

Observatório Popular de Políticas de Sociobiodiversidade e Clima do Maranhão

Políticas climáticas e desdobramentos territoriais no estado do Maranhão: diagnóstico sobre projetos de carbono florestal - REDD+ Jurisdicional

(Relatório de pesquisa)

Andrei Cornetta

Sumário:

Apresentação.....	02
<i>Notas sobre instrumentos econômicos compensatórios: REDD+ Jurisdicional.....</i>	<i>01</i>
<i>Notas sobre os capítulos.....</i>	<i>05</i>
Política Climática do Maranhão: uma análise sobre estruturação e desenvolvimento de projetos de carbono.....	08
Instrumentos de mercado como política climática: uma análise sobre a Maranhão Parcerias (MAPA).....	17
<i>Capital privado e os interesses pela preservação da floresta amazônica: notas sobre a Future Carbon.....</i>	<i>19</i>
Sujeitos sociais, território e as disputas em torno do carbono florestal.....	24
Referências bibliográficas.....	32
Anexos.....	35

Apresentação

O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de criação e implementação do sistema de REDD+ Jurisdicional do estado do Maranhão, com particular atenção aos seus possíveis desdobramentos territoriais e socioambientais. Para isso, a pesquisa parte de uma análise sobre o papel central da Maranhão Parcerias (MAPA)¹, enquanto “Agência de Mercado, Fomento e Gestão Financeira da Política do REDD+ e PSA”, examinando os mecanismos de governança estabelecidos, as parcerias público-privadas constituídas, incluindo o terceiro setor, e sua articulação com as políticas climáticas nas escalas nacional e internacional.

Esta abordagem busca compreender como a implementação do REDD+ Jurisdicional pode reconfigurar dinâmicas fundiárias e socioambientais no estado, potencializando conflitos ou criando novas formas de controle territorial². Ao longo deste relatório, levantam-se questões sobre direitos territoriais, processos de reordenamento do espaço rural e as assimetrias de poder entre os diversos atores envolvidos, com atenção especial à conversão de territórios com florestas em plataformas de compensação de gases de efeito estufa (GEE). Para esta análise, a pesquisa realizou uma série de entrevistas qualitativas com representantes e lideranças de movimentos sociais e entidades representativas de povos indígenas, quilombolas e da agricultura familiar do estado do Maranhão³. A maior parte destas entrevistas foi realizada com pessoas que vêm participando de audiências públicas e atividades formativas relacionadas ao REDD+ Jurisdicional.

A abordagem adotada incorpora uma perspectiva crítica no sentido de levantar questionamentos sobre os riscos associados à implementação desta política, particularmente no que diz respeito à autonomia de grupos sociais cujos modos de vida estão atrelados às florestas e aos bens comuns. Com isso, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre governança climática e desenvolvimento territorial no contexto do estado do Maranhão e da região amazônica, oferecendo subsídios para a avaliação de políticas públicas voltadas às mudanças climáticas.

¹ De acordo com o site institucional da entidade: “A MAPA – Maranhão Parcerias é uma sociedade de economia mista constituída na forma de sociedade anônima, que tem por finalidade promover desenvolvimento econômico e social do estado do Maranhão, por meio da gestão, execução de projetos e prestação de serviços em parceria com a iniciativa privada.”. Ver: <https://mapa.ma.gov.br/sobre-mapas>. Acesso em 20 ago. 2025.

² Aqui nos referimos às medidas político-econômicas que resultam na conformação da economia de baixo carbono como uma forma particular de controle territorial, amparada por uma política voltada à metrificação de emissões de carbono (MORENO, *et al.* 2016) e a criação de instrumentos econômicos de compensação transacionados em mercados especializados.

³ As entrevistas estão transcritas em anexo.

Notas sobre instrumentos econômicos compensatórios de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

Em linhas gerais, os instrumentos econômicos compensatórios são definidos a partir de um parâmetro quantitativo para a simulação de um cenário de emissões de GEE que poderiam ser atribuídas a determinada atividade, caso não existisse um mecanismo de redução ou compensação acoplado à mesma.

Dentre os métodos que fazem parte do conjunto de medidas para se traçar panoramas de compensação de emissões, estão a linha de base (baseline), os cenários de emissões, os cenários de concentrações de gases de efeito estufa (Representative Concentration Pathways, os chamados "RCPs"), entre outros, que operam, invariavelmente, com situações hipotéticas a partir de uma parametrização de cenários futuros.

A partir do momento em que a redução de emissões fica comprovada, mediante a aplicação dos procedimentos exigidos (essencialmente a linha de base e o monitoramento de emissões⁴), o mecanismo mitigador será considerado "adicional"⁵ e a empresa participante poderá dar início à certificação das reduções de GEE que a atividade declara gerar. Essa adicionalidade garante que as reduções sejam consideradas e atribuíveis à iniciativa implementada. Comprovada a adicionalidade e quantificada a redução, a empresa ou entidade participante torna-se elegível para certificar essas reduções, transformando-as em créditos de carbono transacionáveis.

A operacionalização destes instrumentos ocorre predominantemente por meio de mercados de carbono, os quais se sustentam em dois pilares fundamentais: a metrificação e padronizada das emissões (e das reduções alcançadas) e um arcabouço regulatório, estabelecido internacionalmente e implementado nacionalmente através de planos e programas climáticos.

A lógica central dessa padronização reside na instituição de metas máximas de emissões (limites absolutos ou de intensidade) ou limites mínimos de desempenho ambiental para setores ou empresas. Tais limites criam uma demanda por compensações ("cap"), pois as entidades que excedem suas permissões precisam cumprir suas obrigações. Essa demanda é suprida pela compra de créditos de carbono ("trade") gerados por projetos que reduziram emissões além do exigido ou em setores não regulados. Neste sistema, denominado "*cap-and-trade*", comercializa-se, em essência, o "direito de poluir" dentro de um teto estabelecido, internalizando economicamente custos ambientais antes

⁴ Trata-se de um sistema de monitoramento que envolve relatórios e verificação contínua para garantir que as reduções de emissões sejam medidas com precisão.

⁵ Significa que o projeto deve atingir reduções de emissões que não teriam ocorrido na ausência do projeto devido ao desmatamento planejado ou não planejado.

tratados como externalidades indesejáveis. Esta estrutura é amplamente vista como uma ferramenta operacional crucial para a mitigação das mudanças climáticas globais.

Sobre o conceito de externalidade ambiental

De acordo com o Dicionário de Economia, externalidade ambiental pode ser considerada todo efeito colateral, positivo ou negativo, decorrente de atividades econômicas que afetam terceiros sem que estes tenham sido compensados ou cobrados por isso. Esses efeitos não são refletidos nos preços de mercado, o que pode levar a falhas de alocação de recursos e a impactos ambientais não desejados (“deseconomias externas”), como poluição, degradação de ecossistemas ou esgotamento de recursos naturais (SANDRONI, 1999, pp. 193; 506). O conceito de externalidade ambiental, definido pela economia política neoclássica, prevê que as “externalidades negativas”, a exemplo das emissões de GEE, sejam “internalizadas” pelo mercado, tanto pela via estatal através de taxações ao poluidor, quanto pela via do mercado por meio de atividades compensatórias transacionadas em mercados especializados, como o chamado “mercado de carbono”.

Vale dizer que a estruturação deste mercado pela via jurídica e das ações dos estados nacionais foi mais bem delineada pela Conferência de Copenhague (COP-15), que estimulou os países a determinar suas metas e estratégias de redução de emissões por meio das chamadas ‘NAMAs’ – Nationally Appropriate Mitigation Actions.

Seguindo esta perspectiva de quantificação e a adoção de metas em relação a emissões de GEE (mesmo que voluntárias), a COP-21, em Paris, marcou um ponto de inflexão nas negociações climáticas internacionais. Ao invés de estabelecer um tratado vinculante com metas obrigatórias, a exemplo do Protocolo de Kyoto⁶, a conferência adotou uma abordagem onde cada país estabelece suas próprias metas de redução de emissões, as chamadas iNDCs (Intended Nationally Determined Contributions).

Ao unificar as agendas de desenvolvimento, financiamento e clima, o Acordo de Paris galvanizou a métrica do carbono na agenda internacional e estabeleceu uma perspectiva de alinhamento das políticas nacionais a uma estrutura global, com envolvimento de todos os países nos esforços de redução das emissões de GEE. Embora, passados dez anos após a sua assinatura, questões cruciais como o financiamento de

⁶ A Terceira Conferência das Partes (COP-3), realizada em Kyoto, em 1997, foi um marco neste contexto, resultando na adoção do Protocolo de Kyoto. Este protocolo estabeleceu, pela primeira vez, metas quantitativas obrigatórias de redução de emissões para os países do Anexo I, que englobam as nações industrializadas há mais tempo. Estes países se comprometeram a reduzir coletivamente suas emissões em 5,2% em relação aos níveis de 1990, no período de 2008 a 2012.

medidas de adaptações para os países e regiões mais vulneráveis, ainda persistem como um grande embate entre os países do Norte e o Sul global⁷.

No que se refere ao mercado voluntário, um sistema onde empresas, organizações ou indivíduos comercializam créditos compensatórios de carbono de forma voluntária, sem uma obrigação legal, destaca-se o papel do Voluntary Carbon Standard (VCS), gerenciado pela entidade Verra⁸. Trata-se de um dos principais selos de certificação que conferem legitimidade ao carbono reduzido, removido ou estocado por projetos desta natureza.

Apresentado como um modelo para o mercado voluntário, este mecanismo nasceu em 2005 sob a promessa de padronizar metodologias, assegurar credibilidade e garantir confiabilidade aos créditos transacionados. No entanto, sua operação revela uma complexa engrenagem de validação técnica que, longe de ser neutra, atua como instrumento de financeirização da natureza: ao estabelecer critérios como adicionalidade, permanência e exclusividade — auditados por empresas terceirizadas —, o VCS converte incertezas ecológicas em commodities padronizadas.

Este processo, contudo, vem mascarando contradições profundas. A metrificação que se estabelece na chamada “gestão do carbono florestal” desconsideram certas particularidades, sobretudo no que se refere aos direitos territoriais de certos grupos sociais, enquanto legitimam a continuidade de emissões corporativas via compensação. O fetiche da confiabilidade do certificado (essencial para negociabilidade nos mercados *ad hoc*) opera como um dispositivo político que naturaliza a mercantilização dos ciclos biogeoquímicos do planeta. Sob uma perspectiva de rigor na metrificação do carbono, o VCS não apenas viabiliza transações de compensação de emissões de GEE, mas ressignifica economicamente relações ecológicas, no sentido de ratificar a conversão de florestas em ativos compensatórios-financeirizados.

Nesse panorama, o REDD+ Jurisdicional emerge como uma abordagem distinta, sobretudo no que se refere à escala de operacionalização de projetos envolvendo carbono florestal. Enquanto os REDD+ atuam em escalas localizadas – como uma propriedade ou uma área florestal específica, sob gestão de uma entidade proponente –, o REDD+ Jurisdicional opera em escala subnacional ou nacional, tendo o próprio ente governamental como proponente e responsável pela coordenação das ações em todo o seu território (CABRAL, 2025).

⁷ O Acordo estabeleceu que os países desenvolvidos destinassem 100 bilhões de dólares por ano em ajuda aos países pobres, para serem aplicados em atividades voltadas para a adaptação e mitigação capazes de capturar ou armazenar emissões de GEE. Durante a COP29, realizada no Azerbaijão, esse financiamento saltou para 300 bilhões anuais até 2035 para mitigação, adaptação e cobertura de perdas e danos relacionados às mudanças climáticas, valor muito aquém ao 1,3 trilhão reivindicado pelos países em desenvolvimento. Ver: LACLIMA. *Observatório do Acordo de Paris*. 24 nov. 2024. Disponível em: <https://laclima.org/acordoparis/resumao-da-cop-29/>.

⁸ Trata-se de uma organização que opera padrões em mercados ambientais e sociais, incluindo o principal programa de créditos de carbono do mundo, o Programa Verified Carbon Standard (VCS). Ver: <https://verra.org/>.

Seu foco restringe-se às emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal de sua jurisdição, além de considerar a conservação de estoques de carbono, o manejo sustentável e o aumento desses estoques. Neste caso, a referida linha de base (ou Nível de Referência de Emissões Florestais) reflete essa diferença de escala. Em vez de ser construída para um cenário projetual específico, ela é estabelecida para toda a jurisdição, baseando-se em dados históricos de desmatamento/degradação e fatores de emissão regionais ou nacionais (PACHECO; CÁRDENAS, 2022).

Sinteticamente, a adicionalidade é a demonstração de que as emissões florestais ficaram abaixo deste nível de referência jurisdicional, atribuindo-se à implementação de políticas e ações governamentais. Outro aspecto que pode diferenciar-se do modelo convencional, são as questões que se referem à aplicação de salvaguardas socioambientais, tendo em conta de que se trata de uma ação promovida pelo Estado⁹.

No que diz respeito ao mercado e financiamento, os resultados verificados de redução de emissões em nível jurisdicional (geralmente chamados de Unidades de Redução de Emissões - ERUs) tendem a ser transacionados principalmente para governos (visando o cumprimento de suas NDCs - Contribuições Nacionalmente Determinadas) ou para empresas em mercados voluntários. Iniciativas como a LEAF Coalition¹⁰ e padrões como o ART-TREES foram¹¹ criados especificamente para viabilizar esses pagamentos por resultados jurisdicionais com rigor, complementados também por financiamentos de fundos públicos, como o Fundo Verde para o Clima (GCF) (*Idem*).

Em síntese, o REDD+ Jurisdicional distingue-se pela sua escala territorial ampla e governança estatal, seu foco no combate às emissões florestais, a construção de uma linha de base abrangente, a dependência de sistemas de monitoramento jurisdicionais, a ênfase em salvaguardas socioambientais e sua estruturação para pagamentos por resultados baseados no desempenho medido em toda a jurisdição. Neste sentido, espera-se que este

⁹ Considera-se a implementação de um Sistema de Informação de Salvaguardas como algo imprescindível para as mínimas garantias para que os direitos territoriais sejam resguardados e que potenciais riscos sejam mitigados, considerando o histórico recente de duas décadas de conflitos territoriais envolvendo projetos de carbono florestal.

¹⁰ “A Coalizão LEAF é uma parceria público-privada focada em deter o desmatamento tropical até 2030. Ao reunir governos, o setor privado, governos doadores, povos indígenas, comunidades locais e a sociedade civil, a LEAF visa levantar e aplicar o financiamento necessário para enfrentar o desmatamento [...]. A Coalizão LEAF é convocada e coordenada pela Emergent, uma organização sem fins lucrativos dedicada a acabar com o desmatamento tropical. A LEAF visa canalizar fundos para governos florestais por meio da compra de créditos de REDD+ jurisdicional de alta integridade”. Ver: <https://www.leafcoalition.org/pt/home/>.

¹¹ Refere-se de um padrão de quantificação, monitoramento, relato e verificação de reduções e remoções de GEE decorrentes de atividades REDD+ em escala jurisdicional e nacional. Sob o TREES, países e jurisdições subnacionais elegíveis podem gerar créditos verificados de redução e remoção de emissões, atendendo a requisitos precisos e abrangentes para contabilidade e crédito, monitoramento, relato e verificação independente, mitigação de riscos de vazamento e reversão, prevenção de dupla contagem, garantia de salvaguardas ambientais e sociais e emissão transparente de unidades serializadas em um registro público. O TREES baseia-se em programas piloto de ação antecipada e é consistente com as decisões da UNFCCC, incluindo o Acordo de Paris, o Marco de Varsóvia e as Salvaguardas de Cancún. Ver: <https://www.artredd.org/trees/>.

modelo se configure como uma estratégia integrada de governo para enfrentar o desmatamento, tendo a salvaguarda daqueles grupos sociais, cujas territorialidades apresentam as maiores taxas de preservação florestal, seu principal instrumento de ação.

Para isso, questiona-se sobre as relações que surgem no contexto das políticas instituídas no Maranhão relacionadas ao uso das florestas enquanto instrumentos compensatórios de GEE, particularmente o REDD+ Jurisdicional. De que maneira o Estado vem institucionalizando regras para a implementação de projetos de compensação de emissões, sobretudo as chamadas 'atividades mitigadoras'? Ademais, como se configuram os arranjos institucionais entre poder público e atores privados na gestão dessas políticas, especialmente quanto ao papel de empresas e mercados na operacionalização da 'floresta em pé' como ativo econômico? Quais as implicações em termos de direitos para aqueles grupos sociais, cujas territorialidades tem na floresta um elemento central de coesão? Em face do incremento das florestas em novos negócios relacionados às mudanças climáticas, particularmente pela lógica compensatória-financeirizada, questiona-se como estas regulamentações políticas tornam-se preponderantes na mercantilização de bens comuns?

Notas sobre os capítulos

Para responder estas questões, a pesquisa divide-se em três partes: a primeira, traça um painel das políticas ambientais adotadas pelo estado do Maranhão, particularmente no que se refere à medidas relacionadas às mudanças climáticas e ao uso das florestas enquanto instrumento econômico compensatório.

No cenário global de transição para economias de baixo carbono, os estados amazônicos brasileiros enfrentam o duplo desafio de conciliar preservação ambiental com desenvolvimento socioeconômico. O Maranhão, integrante estratégico regional, apresenta uma trajetória peculiar: pioneiro na institucionalização de políticas climáticas com a criação de seu Fórum Estadual em 2006, o estado revela contradições significativas entre estrutura formal e implementação efetiva.

Observa-se neste contexto uma convergência entre a agenda climática e os interesses/disputas entre diferentes atores sociais, entre os quais estão empresas privadas, ONGs, movimentos sociais e setores do agronegócio. Iniciativas voltadas para "agricultura de baixo carbono" ganharam centralidade neste cenário, respaldadas por narrativas de tripla vantagem (econômica, ecológica e social) e articuladas através de parcerias público-privadas.

Este movimento, replicado em outros estados fronteiriços como Mato Grosso e Tocantins, expõe tensões fundamentais: a financeirização da natureza via créditos de carbono, a apropriação empresarial da ideologia verde e a fragmentação das políticas

públicas. O caso maranhense ilustra assim os dilemas da governança ambiental na Amazônia Legal, enquanto região-chave na estruturação de uma economia verde no Brasil.

No sentido de particularizar este último aspecto, na sequência, aborda-se o papel do Maranhão Parcerias (MAPA) como operador estratégico dos negócios verdes no estado. Foca-se em sua atuação como sociedade de economia mista na gestão financeira de créditos de carbono, modelos de repartição de benefícios e nas parcerias público-privadas estabelecidas. Discute-se sua função na mediação entre agentes de mercado, políticas climáticas estaduais e fluxos financeiros transnacionais, evidenciando tensões entre lógicas econômicas e salvaguardas socioambientais.

Neste contexto, o diagnóstico desta pesquisa considera uma análise sobre a Política Estadual de REDD+ do Maranhão, abordando seu arcabouço legal (Lei Estadual nº 12.301/2024), mecanismos de governança e integração com instrumentos como Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e gestão de ativos ambientais. A análise contempla ainda a articulação desta política com as escalas nacional e internacional (padrões ART-TREES), bem como o cumprimento das Salvaguardas de Cancun¹² para garantia de direitos socioambientais. Trata-se de uma estratégia investigativa que procura relacionar diferentes escalas geográficas e as maneiras como as diretrizes instituídas internacionalmente se desdobram em territórios com florestas no Maranhão. Além destes aspectos centrais, esta parte da pesquisa irá se debruçar na análise sobre o papel da empresa Future Carbon, enquanto agente estruturador da comercialização de créditos de carbono do estado.

Articulado com a questão das salvaguardas, o último capítulo dedica-se a identificar o papel dos diferentes atores sociais envolvidos com a questão abordada. Consideram-se os desdobramentos verificáveis de projetos de REDD+ em territórios indígenas, como o caso emblemático a Terra Indígena Alto Turiaçu, do povo Ka'apor, além de levantar questionamentos a partir de depoimentos de diferentes atores sociais envolvidos com a política de REDD+ Jurisdicional, no sentido de problematizar questões relacionadas aos direitos territoriais de grupos sociais, cujos territórios, embora muito diversificados, possuem o dado comum da densa cobertura florestal.

¹² As sete s sete salvaguardas de Cancun estabelecem as seguintes diretrizes: ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes; estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional; respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, leis nacionais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas; participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais; ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, assim como para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais; ações para evitar os riscos de reversões de resultados de REDD+; e ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas. Ver: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/4.salvaguardas-REDD/Salvaguardas-Anexol-Decisao1CP16.pdf>.

Política Climática do Maranhão: uma análise sobre estruturação e desenvolvimento de ações de mitigação de gases de efeito estufa

Antes de adentrar numa análise particular sobre a Política Estadual de REDD+ do Maranhão e o modelo de REDD+ Jurisdicional adotado, é preciso questionar como as diretrizes internacionais e nacionais sobre o clima, assim como os negócios que surgem na esteira das mudanças climáticas, têm sido absorvido internamente pelo estado. A partir desta perspectiva histórica sobre políticas climáticas, é possível adentrar em uma análise mais detida sobre os desdobramentos territoriais de projetos que envolvam a captura e o armazenamento de carbono em territórios com florestas, particularmente Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Reservas Extrativistas e Assentamentos da Reforma Agrária.

Embora o Maranhão tenha um dos primeiros fóruns sobre mudanças climáticas do Brasil, criado no ano de 2006, ainda hoje possui um número reduzido de iniciativas vinculadas a políticas voltadas para o tema, assim como uma economia política ambiental mais ampla, se comparado com outros estados da região amazônica, a exemplo do Acre, Amazonas e Mato Grosso.

O Fórum Maranhense de Mudanças Climáticas foi criado por meio do Decreto n. 22.735 e tem por objetivo geral, assim como grande parte dos demais fóruns sobre o tema, recolher subsídios para a formulação de políticas públicas específicas relacionadas às mudanças climáticas a partir da promoção de debates voltados para o tema.

Devido à data de sua criação, o Fórum maranhense está diretamente atrelado às diretrizes instituídas pelo Protocolo de Kyoto, assim como as regras estabelecidas pela instância nacional representada pela Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas, administrada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTi). As características próprias deste período inicial das regras de Kyoto, são notadas nos objetivos específicos do Fórum:

Promover a cooperação entre o governo, organismos internacionais, agendas multilaterais, organizações não-governamentais internacionais no campo de mudanças climáticas globais; apoiar a obtenção de financiamentos nacionais e internacionais para aplicação em programas e ações relacionadas às Mudanças Climáticas; propor mecanismos de incorporação da dimensão climática no processo decisório relativo às políticas setoriais que se relacionem com emissões e seqüestro de gases de efeito estufa, bem como estimular a adoção de práticas e tecnologias mitigadoras das emissões dos referidos gases [...]; incentivar projetos que utilizem o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, a fim de que se beneficiem do mercado de carbono surgido com o advento do Protocolo de Quioto [...]; promover a realização de estudos e

pesquisas visando a consolidação de metodologias de monitoramento da mudança global do clima [...]; promover estudos e pesquisas visando a implementação de soluções tecnológicas inovadoras para atender ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL (MARANHÃO, art. 2, 2006, p. 1).

Dentre as Secretarias estaduais mais atuantes e que compõem a parte pública do Fórum, está a de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – alterada posteriormente para Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrima). Após alguns eventos realizados pela Sagrima (“Encontros Interinstitucional de Integração Lavoura, Pecuária e Floresta) em municípios como São Raimundo das Mangabeiras e Balsas, passaram a surgir algumas experiências voltadas para a “economia verde”, especialmente experiências de agricultura de baixo carbono (ABC).

O sistema de integração, lavoura, pecuária e pesca, por exemplo, é uma das modalidades consideradas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como agricultura de baixa emissão de carbono.

Após estes primeiros encontros sobre o tema, foi criado um Grupo Gestor do Plano ABC do Maranhão, com objetivo de elaborar um Plano Estadual ABC, além de difundir práticas de baixo carbono na agricultura. O Grupo, coordenado pela Sagrima, conta com a participação do MAPA, Embrapa, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Federação da Agricultura do Estado do Maranhão (FAEMA), Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (FAPCEN), Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) e SEBRAE.

Interessante notar que, apesar do texto que decreta a criação do Fórum Maranhense de Mudanças Climáticas enfatizar aspectos ligados à inovação tecnológica, uso de tecnologias para mitigação de emissões de GEE, enfim, práticas que estão de acordo com o que se previa no período de vigência do Protocolo de Kyoto (2008-2012), às iniciativas do Maranhão em relação à atividades mitigadoras, concentram-se, principalmente, na agricultura intensiva, pecuária, silvicultura, entre outras atividades do agronegócio.

Este movimento de articulações entre políticas para mudanças globais do clima e práticas da agricultura capitalista, especialmente os monocultivos, também surgem com força em outros estados da região, com destaque para o Mato Grosso e Tocantins. As relações entre o agronegócio e estas políticas, particularmente no que se refere a economia de baixo carbono, vêm se estreitando gradativamente a partir dos incentivos financeiros que este novo mercado oferece as diversas atividades do agronegócio; desde inovações tecnológicas mediante a incorporação de fontes energéticas alternativas, venda de créditos compensatórios de gases efeito estufa até a apropriação de uma imagem “ambientalmente responsável”.

Nesse sentido, a Sagrima em parceria com outras entidades como Embrapa, FAEMA e Agência de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Agerp), vem promovendo diversos eventos com a perspectiva do baixo carbono para a agropecuária, com destaque para o “Seminário Agricultura de Emissão de Baixo Carbono no Maranhão”, realizado em 2012, e do “I Seminário de Sensibilização do ABC Cerrado”, realizado em 2015.

Atualmente, a Sagrima vem articulando ações no sentido de consolidação e ampliação dessas políticas direcionadas a setores do agronegócio. O foco recai principalmente no Plano de Ação Estadual para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC+MA). De acordo com a agência de notícias do estado, o Plano ABC+MA é um instrumento legal que reforça o compromisso do estado na redução das emissões de GEE na agropecuária, incentivando a adoção de práticas sustentáveis e tecnologias inovadoras. A meta é reduzir 31 milhões de toneladas de GEE no setor agropecuário maranhense¹³.

No que se refere às políticas envolvendo instrumentos de compensação de carbono por meio de projetos envolvendo florestas, em 2021, o estado institui a Lei nº 11.578 que a Política Estadual de REDD+ integrada ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e à Gestão de Ativos Ambientais.

Ao converter florestas em “ativos ambientais”, isto é, como créditos de carbono transacionáveis (Art. 2º, I), cria-se um instrumento de valoração de um bem comum, assumindo a perspectiva da lógica da compensação-financeirizada enquanto política climática de mitigação. No entanto, a Lei não estabelece mecanismos de controle para mitigar os riscos associados à financeirização dos recursos naturais, sobretudo os que se desdobram em processos de controle territorial.

A legislação incorpora diretrizes internacionais estabelecidas, como as Salvaguardas de Cancun (2010) e o Acordo de Paris (2015), porém apresenta dissonâncias significativas frente aos conflitos socioambientais relacionados à floresta, inclusive envolvendo projetos de REDD+, como o mencionado caso na Terra Indígena Alto Turiaçu, do povo Ka’apor - este caso será retomado no último capítulo.

Sobre este aspecto central, é importante frisar que em parágrafo único (Art. 3º), a Lei vincula explicitamente a implementação do REDD+ ao “cumprimento das orientações contidas nas Salvaguardas de Cancun”. O texto destaca que o respeito a essas salvaguardas, com o objetivo de assegurar os direitos dos Povos Indígenas e demais Povos e Tradicionais, a manutenção da biodiversidade e a conservação das florestas.

¹³ Ver: MARANHÃO. Sagrima realiza reunião de alinhamento para definir metas de programas e serviços para 2025. Agência de Notícias. 03 fev. 2025. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/sagrima-realiza-reuniao-de-alinhamento-para-definir-metas-de-programas-e-servicos-para-2025#:~:text=O%20Plano%20ABC%20BMA%20%C3%A9,pr%C3%A1ticas%20sustent%C3%A1veis%20e%20tecnologias%20inovadoras>. Acesso em 02 ago. 2025.

As Salvaguardas de Cancún x OIT 169.

As Salvaguardas de Cancún são um conjunto de diretrizes e critérios ambientais e sociais estabelecidos pela Decisão 1/CP.16 da Conferência das Partes da UNFCCC¹⁴. O seu objetivo é garantir que as atividades de mitigação no setor florestal (REDD+) – como a conservação e o aumento dos estoques de carbono – sejam promovidas e apoiadas de maneira consistente com a conservação das florestas naturais e da diversidade biológica. As salvaguardas exigem, em particular, que as ações sejam impulsionadas pelo país que abriga o projeto, e que abordem as questões de posse da terra, assegurando a plena e efetiva participação dos povos indígenas e comunidades locais.

A Convenção OIT n.º 169 é uma Convenção Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece normas jurídicas internacionais para a proteção dos direitos dos povos indígenas e tradicionais¹⁵. Pode-se dizer que seu principal objetivo é reconhecer as aspirações desses povos a assumir o controle de seus territórios de maneira a garantir seus modos de vida, mantendo suas identidades, línguas e religiões. A Convenção abrange um leque vasto de áreas, incluindo direitos sociais, econômicos e culturais, proteção do meio ambiente e do habitat integral.

De certo modo, as salvaguardas em Cancun estão contempladas pela OIT 169, na medida em que as Salvaguardas fala em termos de “respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, leis nacionais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas”. Em certa medida, as Salvaguardas de Cancún podem ser vistas como uma aplicação específica dos princípios gerais da Convenção 169 no contexto das políticas sobre mudanças climáticas, sobretudo no que se refere ao uso das florestas em projetos de REDD+.

No que se refere às particularidades da mercantilização dos territórios com florestas e os decorrentes processos de controle territorial, a Lei estabelece:

V - valorizar e valorar ativos ambientais existentes no território do Estado do Maranhão, tais como o carbono retido pela floresta e vegetação nativa, a biodiversidade, os serviços hídricos, as belezas cênicas, dentre outros, com base em metodologias de estoque e fluxo desses ativos; VI - valorizar e valorar os ativos dos povos e comunidades tradicionais, os povos indígenas e os seus conhecimentos tradicionais quanto ao seu papel para a manutenção dos serviços ambientais, bem como contribuir para a garantia de seus direitos sociais, territoriais e culturais e para o desenvolvimento sustentável (MARANHÃO, 2021, Art. 4º, s/p).

¹⁴ Ver UNFCCC, 2011.

¹⁵ Ver OIT, 1989.

Nota-se que a "garantia de seus direitos sociais, territoriais e culturais" dos povos indígenas e comunidades tradicionais atrelam-se de maneira imbricada com os referidos processos de valoração e valorização destas territorialidades, com evidente foco naquelas que abrigam florestas e sociobiodiversidade. Ao estabelecer a valoração de ativos ambientais, a Lei abre caminho, necessariamente, para a aplicação de parâmetros quantitativos que viabilizam a conversão dos ecossistemas, florestas e seus "serviços" em ativos financeiros, ou seja, a sua valorização.

A chamada "linha de base" cumpre esse papel ao estabelecer uma métrica de referência para as emissões. Trata-se de uma metodologia que projeta um cenário hipotético de emissões de GEE (uma simulação) que ocorreriam em determinada atividade ou área na ausência de uma ação mitigadora específica. Em outras palavras, a linha de base estima quanto seria emitido se o projeto de redução de emissões não fosse implementado. A partir do momento em que a redução de emissões fica comprovada, mediante a aplicação dos procedimentos exigidos (essencialmente a linha de base e o monitoramento de emissões) a atividade mitigadora em questão será considerado "adicional" e a empresa ou entidades participantes poderá dar início à certificação das reduções de GEE que o projeto declara gerar.

No caso das florestas e áreas com vegetações nativas, leva-se em consideração o cenário em que o projeto de REDD+ está situado. De acordo com a literatura especializada, projetos florestais de mitigação de GEE devem estimar os riscos de o estoque de carbono do projeto ser liberado na atmosfera devido a sua fragilidade ou a eventos de perda. Para isso, classifica-se os riscos em três categorias principais: internos (como capacidade de gestão e viabilidade financeira), naturais (como incêndios e pragas) e externos (como conflitos fundiários) (ARTREDD, 2023).

A partir desta classificação, criam-se diretrizes que atribuem uma pontuação a cada fator de risco. Este resultado, por sua vez, define a porcentagem de créditos de carbono que o desenvolvedor do projeto deve alocar em uma conta de reserva (*buffer*) para proteção contra possíveis perdas. Os créditos de *buffer* - uma espécie de garantia - podem ser cancelados enquanto tal se ocorrer uma "reversão", com o objetivo de garantir a integridade dos créditos emitidos anteriormente (MCDONALD, 2022).

Aparentemente, trata-se de uma questão estritamente técnica das atividades mitigatórias de emissões de GEE, preocupada com os possíveis resultados adversos da atividade em relação à estocagem do carbono, colocando em risco sua própria legitimidade comercial. Entretanto, a questão suscita aspectos importantes: nota-se que os riscos considerados dizem respeito também, ao direito territorial, na medida em que porções significativas destas territorialidades - florestas - passam a receber novas formas de controle e de interesses individuais.

Embora se reivindique por parte dos que desenvolvem a ação mitigadora, os resultados positivos que um projeto REDD+ pode gerar para as comunidades locais, em termos de geração de renda, garantia de direitos territoriais e conservação ambiental, conforme também prevê a Política Estadual de REDD+ em seus artigos III e IV, assim como a maior parte das políticas estadual e federal que existem sobre o tema.

Observa-se que a legislação estabelece condições obrigatórias para a geração de Créditos de Redução de Emissões, que incluem a exigência do Consentimento Livre, Prévio e Informado para projetos em Terras Indígenas e Territórios de Comunidades Tradicionais (Art. 13, §1º). Além disso, a lei garante o respeito aos direitos territoriais (Art. 13, I), assegura a participação efetiva das populações locais no planejamento e execução dos projetos, bem como a distribuição justa e equitativa dos benefícios (Art. 13, II), e proíbe expressamente a violação de direitos, como a remoção forçada ou a ameaça aos modos de vida tradicionais (Art. 13, III) (MARANHÃO, 2021, s/p)

A despeito da detida atenção que esta legislação em relação aos direitos territoriais de povos indígenas e tradicionais, assim como o cumprimento das salvaguardas, é preciso atentar para os desdobramentos que ocorrem em diversos projetos desta natureza em diferentes partes do Brasil, especialmente na região amazônica. São desdobramentos que têm se manifestado de maneira preocupante no que se refere à garantia aos direitos territoriais - questões e aspectos centrais sobre isso que serão retomados no último capítulo.

Apesar da recém Política Estadual de Enfrentamento das Mudanças Climáticas do Maranhão, instituída pela Lei nº Lei Nº 14.886/2024, ratificar o uso de projetos de REDD+ e PSA como instrumentos de enfrentamento às mudanças climáticas, não aborda questões sobre salvaguardas socioambientais, tendo em vista que estes representam um instrumento de garantia (mínima e precária) da manutenção das florestas nos territórios indígenas e de povos tradicionais.

Por outro lado, a Política ressalta os instrumentos econômicos como meio de efetivo de enfrentamento às mudanças climáticas, com o uso de “mecanismos econômicos e financeiros referentes à mitigação e à adaptação [assim como] medidas fiscais, tributárias e creditícias, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, tanto públicas como privadas” (MARANHÃO, 2024, s/p Art. 9º, I e II). Neste sentido, a Política toma como um de seus objetivos “a utilização de instrumentos fiscais, financeiros e creditícios para promover ações de mitigação e adaptação à mudança do clima” (*Idem*, p. Art. 3º, X e XI).

Dentro desta perspectiva, o atual Governo tem buscado capitalizar recursos internacionais para a viabilização de projetos relacionados à recuperação de áreas florestais degradadas, como parte das políticas climáticas estaduais. Recentemente, o Governo do Maranhão formalizou uma parceria no valor de US\$100 milhões (cerca de R\$500 milhões)

com a Mercuria Energy Group, uma empresa suíça que atua no mercado de commodities e de energia. O acordo foi firmado durante a *Climate Action Week*, evento preparatório para a COP-30 realizado em Londres, organizado pela Silvania, uma subsidiária da referida empresa suíça, voltada para mercados globais de carbono e investimentos.

É previsto que os recursos sejam direcionados a três programas ambientais, considerados prioritários para a atual gestão estadual. O Programa Floresta Viva¹⁶ é voltado à recuperação florestal e restauração de áreas nativas, tendo como foco de atuação o município de São Bento, situado na Microrregião da Baixada Maranhense, almejando beneficiar mais de 100 famílias. Outra frente a ser observada é o “Paz no Campo”¹⁷, programa focado na regularização fundiária de comunidades rurais. E complementando as ações, o “Maranhão Sem Queimadas”¹⁸, voltado ao combate a incêndios por meio da formação de brigadistas, doação de equipamentos e campanhas educativas.

Ainda que estes programas representem iniciativas necessárias e urgentes, é imprescindível questionar até que ponto estas ações não significam uma gestão da crise climática e não instrumentos significativos de sua superação, na medida em que não se compreende a garantia dos direitos territoriais indígenas e dos povos tradicionais, quilombolas e camponeses, sobretudo na ampliação destes territórios como forma efetiva no enfrentamento às mudanças climáticas e a crise ambiental que enfrentamos.

A exemplos de outras iniciativas desenvolvidas em estados da Amazônia Legal, é preciso verificar até que ponto a aplicação destes programas surtem efeitos dentro de seus propósitos e, sobretudo, de que maneira os grupos sociais envolvidos são afetados por estes programas.

Outro aspecto não menos importante a ser mencionado (a despeito de sua evidência e de não ser objeto direto de análise desta pesquisa) é a inconsistência programática entre as referidas iniciativas e as políticas direcionadas a expansão/densificação da fronteira agrícola no MATOPIBA, região geoeconômica onde o avanço das monoculturas resulta na supressão de 218,3 mil hectares de vegetação nativa, quase uma vez e meia a área da Ilha de São Luís, que tem 141 mil hectares (RAD, 2024).

A seguir, a análise se volta para o papel da Maranhão Parcerias (MAPA), uma empresa público-privada, enquanto agente de mercado e fomento na política de REDD+ e PSA, explorando as disputas em jogo e os desafios postos diante das contradições que se apresentam no Maranhão. Para isso, o texto se volta para uma análise sobre a empresa

¹⁶ Para maiores informações acessar:

<https://www.sema.ma.gov.br/noticias/governo-lanca-programa-floresta-viva-maranhao-e-maior-viveiro-publico-do-pais-com-capacidade-anual-de-1-milhao-de-mudas>

¹⁷ Para maiores informações acessar: <https://paznocampo.iterma.ma.gov.br/>

¹⁸ Para maiores informações acessar:

<https://www.ma.gov.br/noticias/governo-lanca-6-edicao-do-maranhao-sem-queimadas-e-novas-acoes-para-o-programa-floresta-viva>

ganhadora do edital que irá conduzir a estruturação e condução do Sistema de REDD+ Jurisdicional. Além disso, o texto contrasta a abordagem do Maranhão com experiências semelhantes em outros estados da Amazônia Legal, e destaca a complexidade e os desafios da implementação dessas políticas, incluindo a necessidade de maior participação e proteção dos direitos dos povos indígenas, quilombolas, tradicionais e camponeses.

Instrumentos de mercado como política climática: uma análise sobre a Maranhão Parcerias (MAPA)

A MAPA (Maranhão Parcerias S.A.) atua como um agente político estratégico na estrutura de governança do estado, cuja finalidade é o de promover desenvolvimento econômico e social do Maranhão, por meio da gestão, execução de projetos e prestação de serviços em parceria com a iniciativa privada.

Inicialmente, a MAPA surge como Companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB), fundada em 1966 para construir unidades habitacionais subsidiadas. Posteriormente, foi transformada em Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), incorporando outras estatais, e, em 2019, tornou-se MAPA, com foco em parcerias estratégicas com a iniciativa privada, gestão imobiliária e prestação de serviços (LIMA; REIS, 2025).

Com esta perspectiva de estabelecer relações entre os setores público e privado, a MAPA se organiza em eixos de atuação que envolvem desde as áreas de Negócios Imobiliários (administração de bens imóveis, estradas, condomínios e estacionamentos rotativos, gestão e administração do Fundo Estadual Imobiliário – FEI), Negócios Públicos e Parcerias (realização de parcerias estratégicas, a partir de oportunidade de negócios, gestão do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Estado do Maranhão – FGP, com destinação de recursos do Fundo de Participação dos Estados – FPE), Prestação de Serviços (áreas de conservação, limpeza, asseio, higienização, vigilância, portaria, copeiragem, cozinha e serviços temporários e terceirizados, obras e serviços de engenharia, serviços de impressão, informática e Tecnologia da Informação (TI), gestão e acompanhamento de contratos administrativos). Além de explorar o serviço de loteria estadual, nos termos da legislação específica (MAPA, s/d, p. 10).

Atualmente, a atuação da MAPA volta-se também para instrumentos econômicos de conservação ambiental, particularmente no desenvolvimento de mecanismos financeiros relacionados a ativos de carbono e serviços ambientais (MARANHÃO, 2022). Seu mandato foi definido pela Lei Estadual nº 11.578/2021, que o designa como o órgão de comercialização, mercados, fomento e gestão financeira do Sistema Jurisdicional de REDD+ e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no Maranhão (*Idem*, 2023).

Vale mencionar que, na prática operacional, a Maranhão Parcerias (MAPA) – designada em 2021 como gestora desses ativos – enfrenta limitações estruturais. Neste contexto, destaca-se a cooperação técnica com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) para aprimoramento estratégico-organizacional e jurídico-operacional do MAPA, visando maximizar sua eficiência para funcionar como um mecanismo financeiro em políticas e ações relacionadas a REDD+, gestão de ativos ambientais e PSA (MAPA, 2022).

IPAM e o REDD+

Membros do IPAM estiveram entre o grupo de pesquisadores brasileiros que durante a COP-9, realizada em Milão, em 2003, apresentaram uma proposta que ficou conhecida como a “Redução Compensada do Desmatamento” (SANTILLI *et al.*, 2000). De acordo com a proposta, os países em desenvolvimento detentores de florestas tropicais em seus territórios que conseguissem promover reduções das suas emissões oriundas de desmatamento receberiam compensação financeira internacional correspondente às emissões evitadas (IPAM; CGEE; SAE/PR, 2011). Conforme seus propositores, esse mecanismo atenderia a um objetivo específico: “permitiria que estas nações participassem voluntariamente dos esforços globais de redução de emissões de GEE, já que o desmatamento evitado não havia sido incluído no Protocolo de Quioto” (MOUTINHO; SCHWARTZMAN, 2005).

Nota-se que o IPAM desempenha um papel crucial na estruturação das capacidades da MAPA no contexto dos negócios verdes e das políticas ambientais do estado. É notória a atuação do IPAM junto aos estados da Amazônia Legal, especialmente no que se refere à formulação de políticas e programas instrucionais que envolvem a conversão das florestas enquanto ativos econômicos de compensação de GEE.

Especificamente no Maranhão, contribuiu para os avanços técnicos e jurídicos do estado no âmbito do Projeto "Valorizando o Ativo Ambiental no Maranhão: Sistema Jurisdicional de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+)". Essa contribuição se deu em conformidade com o Decreto Estadual nº 34.916 de 4 de junho de 2019¹⁹.

Observa-se que a própria atuação da MAPA enquanto gestor de arranjos e financiamentos de projetos envolvendo floresta, deve-se, em grande medida, ao papel do IPAM nos estabelecimento das relações que conformam o caráter público-privado do órgão.

Para a implementação de projetos desta natureza, a MAPA estabeleceu uma comissão de avaliação para a análise de propostas de estruturação e implementação de negócios relacionados à economia de baixo carbono. Conforme mencionado, a Lei Estadual nº 11.578/2021 delega ao MAPA a função de gerir a comercialização, mercados e gestão financeira do sistema jurisdicional de REDD+ e PSA (MARANHÃO, 2022b).

Neste sentido, uma comissão foi criada para a Chamada Pública nº 01/2024 para estudos de projetos de crédito de carbono, onde a proposta da empresa "Future Carbon" foi classificada como ganhadora do Procedimento de Seleção de Projetos de Créditos de

¹⁹ Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=437975#:~:text=Decreto%20N%C2%BA%2037969%20DE%2026,2022%20%2D%20Estadual%20%2D%20Maranh%C3%A3o%20%2D%20LegisWeb>

Carbono, Edital RP Nº 01/2024-DNMS/MAPA. O objetivo geral do edital era a seleção de estudos de viabilidade para a estruturação e funcionamento do MAPA como mecanismo financeiro da Política do REDD+ e ativos de carbono.

A referida proposta ganhadora, identificada como "Proposta 1" no relatório final da comissão de avaliação e seleção, tem como seu objetivo principal a implementação do "Programa Maranhão Carbono Neutro 2050". Sinteticamente, a iniciativa busca contribuir com a neutralidade das emissões de GEE do estado até 2050, por meio da otimização e comercialização de créditos de carbono provenientes de iniciativas de REDD+, ARR e Blue Carbon. A proposta também enfatiza a preservação da floresta, a proteção da biodiversidade e o fomento à infraestrutura e segurança no território.

A empresa projeta uma receita líquida estimada de R\$121 bilhões ao longo dos próximos 40 anos, com a expectativa de gerar um retorno para as comunidades que abrigarem projetos em seus territórios (MARANHÃO, 2024b, p. 16).

Capital privado e os interesses pela preservação da floresta amazônica: notas sobre a Future Carbon

A Future Carbon surge como uma espécie de intermediária no mercado de créditos de carbono, relacionando desenvolvedores de projetos a fontes de capital e a empresas compradoras. Seu papel é voltado também à estruturação financeira e técnica para viabilizar projetos de descarbonização, funcionando na relação entre a demanda corporativa por créditos compensatórios de GEE e as oportunidades de investimento nesse setor.

Recentemente, a empresa passou por um processo de reestruturação societária que consolidou o controle sob a liderança do fundador, com uma participação majoritária de 84%, enquanto outros investidores têm os 16% restantes. Este momento é marcado pela alteração de seu nome para Future Climate, abandona a atuação enquanto desenvolvedora de projetos e passa a direcionar suas ações na mobilização de capital. Seu papel central é atuar na ponta financeira, adquirindo créditos futuros com deságio para revenda posterior, se apropriando de valor a partir do *spread* financeiro²⁰ e da antecipação de recursos para viabilizar projetos (ARBEX, 2024).

A partir desta reestruturação, a estratégia da empresa passa do modelo de desenvolvimento de projetos para atuar como uma plataforma de direcionamento de investimentos climáticos. A empresa estruturou dois fundos: o primeiro voltado para tecnologias de descarbonização e o segundo para projetos de geração de créditos de carbono, com ênfase em restauração florestal nativa. Em entrevista ao Correio Braziliense,

²⁰ Sinteticamente, trata-se da diferença entre o preço da compra e o preço da venda de uma transação financeira.

o executivo da empresa afirma que o mercado está em busca de ações efetivas diante da emergência climática:

Adquirimos uma inteligência especial nessa jornada, e vamos traduzir isso em investimentos de qualidade, efetivos do ponto de vista climático, e de bom retorno em múltiplos, do ponto de vista financeiro. Ainda vai levar um tempo para Wall Street e a Faria Lima chegarem ao interior do Pará. Queremos ocupar esse espaço e acelerar esse processo²¹.

Atualmente a empresa com 78 projetos de geração de créditos de carbono, distribuídos entre energias renováveis, florestas e agronegócio, atrelados às certificadoras Verra/VCS²², Gold Standard²³ e do Global Carbon Council (GCC)²⁴ (MORAES, 2024; SCHUNK, 2025). Dentre as empresas que fazem parte de sua carteira de clientes estão Alupar, BP, Cargill, Casa dos Ventos, Cibiogas, ComercEnergia, CPFL Energia, Ifood, Klabin, Mercedes Benz, Volkswagen; e parceiros como Banco do Brasil, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Nubank, Vinci Partners, XP.

Desde sua criação em 2021, a empresa registrou um crescimento exponencial, com um aumento superior a 400% entre 2023 e 2024, atingindo uma receita líquida de R\$54 milhões. Esse desempenho foi impulsionado, segundo depoimento do executivo da empresa, pela abertura de escritórios em Londres e Abu Dhabi, estratégia que facilitou o acesso a investidores internacionais e captação de capital estrangeiro para o Brasil (MORAES, 2025).

Na matéria “A Faria Lima chega a Amazônia”, publicada em 2022 pela revista Forbes, a empresa era tida como “o maior portfólio de projetos de conservação e desmatamento evitado na Amazônia”. Além disso, a matéria traz a informação de que a empresa à época estaria levantando 1 bilhão de reais “para a compra de 1 milhão de hectares de terras no arco do desmatamento para conter seu avanço”²⁵.

Dentre as diversas atuações da empresa na região amazônica, chama a atenção o Projeto Rio Preto, no estado do Mato Grosso, considerado como o primeiro projeto de conservação florestal do mundo a ser aprovado sob a nova metodologia VM0048 da Verra. Trata-se de um padrão da certificação mais rigoroso no que se refere à contabilidade dos estoques de carbono o que, por sua vez, irá refletir no preço ofertado por estes créditos compensatórios de carbono. Conforme divulgado pela imprensa, “enquanto o preço médio

²¹ Trecho da entrevista de Fábio Galindo, CEO da Future Climate. Ver: MORAES, 2025.

²² Ver nota 7.

²³ Trata-se de uma certificação padrão para projetos de redução de emissões no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, no Mercado Voluntário de Carbono e outras intervenções climáticas e de desenvolvimento. Ver: <https://www.goldstandard.org/>.

²⁴ Programa voluntário de certificação de créditos de carbono, criado para incentivar projetos de desenvolvimento sustentável e auxiliar organizações a reduzir sua pegada de carbono. Ver: <https://globalcarboncouncil.com/>.

²⁵ Ver: <https://forbes.com.br/forbesesg/2022/09/infomercial-future-carbon-a-faria-lima-chega-a-amazonia/>. Acesso em 15 set. 2025.

de mercado do carbono é de US\$4,50, a Future Climate negocia seus créditos a US\$13,40 – valor aproximadamente 200% superior à referência de mercado” (SCHUNK, 2025, s/p).

O projeto é desenvolvido em uma fazenda de 7 mil hectares no Mato Grosso, possui 4 mil hectares de floresta amazônica preservada e está qualificado para gerar 70 mil créditos de carbono (tCO₂e) referentes ao período entre 2021 e 2025. Aprovado em julho de 2025, o projeto encontra-se atualmente em fase de inventário de biomassa florestal e auditoria, com previsão de emissão dos primeiros créditos em dezembro de 2025 (*Idem*).

Um dos diferenciais atribuídos ao projeto, segundo o executivo da empresa, é a destinação de 10% da venda dos créditos de carbono para as comunidades do entorno, o que o CEO chama de "repartição de benefícios". O executivo segue afirmando que este recurso será destinado para o financiamento de três iniciativas: a cadeia do mel comunitário (100% doado para asilos e escolas públicas da região), hortas lideradas por cooperativas locais, e o fortalecimento do viveiro municipal para recuperação de nascentes (*Idem*).

É importante informar que a propriedade onde se desenvolve o referido projeto, também se dedica à pecuária e a produção de soja, dentro de uma proposta que a empresa denomina como “fazenda sustentável”. De acordo com o executivo da empresa, “o proprietário tem três fontes de receita: “a safra do boi, a safra dos grãos e a safra do carbono” (*Idem*).

No que se refere a parcerias da Future Climate com governos estaduais da região amazônica, chama a atenção a participação da empresa no estado do Amazonas, como parte de um conjunto de empresas que foram aprovadas no Edital 02/2023²⁶ para a implantação de projetos de REDD+ nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Juma e do Rio Negro²⁷. Nesta última, foram três propostas, sendo a Future Carbon (à época) considerada a mais favorável enquanto agente executor dos projetos. A empresa também apresentou o projeto ganhador para a RDS do Rio Negro, entre quatro propostas recebidas no referido edital.

A expectativa é que os projetos possam gerar 28,5 toneladas de créditos de carbono nas duas UCs, o que equivaleria a cerca de 3 bilhões de reais. A estratégia prevê que 50% dos recursos captados serão direcionados diretamente às Unidades de Conservação, fortalecimento das Associações-Mãe, melhoria na infraestrutura e outros investimentos que incentive cadeias produtivas. Os demais 50% serão alocados no Fundo

²⁶ Para a leitura completa do edital acessar:

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.sema.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/2_Edital-de-Chamamento-Publico-N.-002.2023-Propostas-de-Projetos.pdf. Acesso em 20 set. 2025.

²⁷ Ver: Agência Amazonas. Governador Wilson Lima anuncia aprovação de propostas para geração de R\$ 3,3 bilhões em novos créditos de carbono no estado. 21 mar. 2024. Disponível em: <https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/wilson-lima-anuncia-aprovacao-de-propostas-para-geracao-de-r-33-bilhoes-em-novos-creditos-de-carbono-no-estado/>. Acesso em 20 set. 2025.

Estadual de Mudanças Climáticas (Femucs) para aprimorar a gestão ambiental e garantir a sustentabilidade financeira do programa “Guardiões da Floresta”²⁸.

É importante ressaltar que estas iniciativas fazem parte das estratégias que compõem o Sistema de REDD+ Jurisdicional do estado do Amazonas, “focado na comercialização de créditos históricos, com 806,9 milhões de tCO₂e já disponíveis para venda e potencial de captar R\$ 2,4 bilhões” (AMAZONAS, 2024, s/p).

Cerca de um ano após o lançamento do referido edital, surgem uma série de denúncias quanto a falta da consulta prévia, livre e informada por parte das comunidades da RDS do Rio Negro. De acordo com uma matéria sobre este caso publicada no site Amazônia Real, “lideranças e moradores garantem que não foram consultados sobre a escolha da empresa, o que viola os termos da Convenção 169 da OIT, que exige consulta prévia, livre e informada para qualquer intervenção em territórios tradicionais” (AMBROSIO, 2024, s/p).

Diante deste cenário, o Ministério Público Federal (MPF) fez uma recomendação para que a suspensão de todos os projetos de REDD+ no Amazonas até que as comunidades sejam devidamente ouvidas²⁹. Conforme descreve o documento do MPF, o contrato com as empresas têm duração de 30 anos e as concessões para o desenvolvimento de projetos de REDD+ envolvem 11,9 milhões de hectares de terras públicas, 483 comunidades e 8.050 famílias, distribuídos em 21 Unidades de Conservação. A expectativa é que se gere uma receita total de R\$8 bilhões (US\$1,6 bilhão) em receitas (MPF, 2024, p.7).

Neste cenário, a Future Carbon desponta como a grande vencedora desta rodada de licitação, com 12 concessões; seguida pela Ecosecurities (suíça), com três; a BR Carbon (brasileira), Carbonext (brasileira) e Permian Global (inglesa) com duas cada. A Carbonext, conforme lembra o texto do MPF, aparece entre as empresas com projetos em áreas envolvidas na operação Greenwashing da Polícia Federal em junho de 2024 (*Idem*).

A Recomendação do MPF está fundamentada, em parte, no fato de que nem as empresas nem o governo realizaram qualquer contato ou consulta com as comunidades tradicionais sobre o tema, violando o requisito da consulta prévia, Livre e informada, prevista na Convenção nº 169 da OIT, comentadas anteriormente. Outro ponto observado diz respeito à negociação de créditos de carbono em terras públicas com potencial de apropriação ilegal por terceiros, em aproximação ao conceito socialmente construído de “grilagem de terras” (*Idem*, p. 3)

²⁸ *Idem*.

²⁹ Ver: MPF. RECOMENDAÇÃO LEGAL Nº 01/2024. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/2024.08Recomendacao01.2024_suspensogeralREDDemPCTsnoestadoAM.pdf. Acesso em 20 set. 2025.

Em sua argumentação, o documento ainda faz menção ao Papa Francisco, citando o Laudato Si (2015), que já alertava para os riscos de especulação sobre terras envolvendo a compra-venda de "créditos de emissão", e como uma prática que não ajudaria de fato a redução de emissões de GEE. Trata-se, como bem define a carta, de um sistema "diversivo que permite sustentar o consumo excessivo de alguns países e sectores [...] solução rápida e fácil, com a aparência dum certo compromisso com o meio ambiente, mas que não implica de forma alguma uma mudança radical à altura das circunstâncias" (FRANCISCO, 2015, 171).

Sob a justificativa da preservação da floresta e de um suposto bem-estar para as comunidades locais, iniciativas privadas, sob os auspícios do poder público, possuem cada vez mais precedência, em detrimento dos interesses coletivos. Contraditoriamente, à medida que aumentam e se aprimoram os instrumentos de contabilidade dos estoques de carbono em floresta, por meio de "soluções de alta integridade", conforme mencionado anteriormente, amplificam-se, do outro lado do processo, os riscos socioambientais, as vulnerabilidades territoriais, a perda de autonomia, etc. A seguir estes aspectos serão aprofundados.

Sujeitos sociais, território e as disputas em torno do carbono florestal

No dia 25 de maio de 2025, o site da Aliança Soja Sustentável, publicou uma matéria sobre a Oficina de Diálogo e Avaliação de material de comunicação do Sistema Jurisdicional de REDD+ do estado do Maranhão, realizada por meio de uma parceria entre o IPAM e a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP). De acordo com o site,

o objetivo do evento foi dialogar sobre o tema com a principais representações deste segmento social, trazendo conceitos sobre clima, as mudanças que impactam a vida e os desafios e soluções para a agenda climática por meio de uma cartilha construída a partir de conversas com COAPIMA, CONAQ, ACONERUQ, FETAEMA, MIQCB entre outros³⁰.

O evento, assim como o material produzido fazem parte do Projeto Destravando e Alavancando o Desenvolvimento de Baixas Emissões³¹, em parceria com a FAS (Fundação Amazônia Sustentável), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o GCF (Grupo de Trabalho dos Governadores para o Clima e as Florestas), com apoio financeiro da NORAD (Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento).

Para além destas entidades, chama a atenção uma participação diversificada da sociedade civil organizada em termos territoriais, culturais e econômicos, mas que guardam a semelhança de possuírem seus territórios e modos de vida atrelados diretamente com a floresta e a produção de alimentos saudáveis.

Diante desta conjuntura, este capítulo examina e levanta questionamentos sobre aspectos territoriais referente à implementação do Sistema Jurisdicional de REDD+ no Maranhão, com foco nos seus desdobramentos em relação aos referidos grupos sociais. Este exame toma como base depoimentos que foram registrados entre os dias 11 e 15 de agosto de 2025, em São Luís, como parte de um programa de atividades associado ao Observatório Popular de Políticas de Sociobiodiversidade e Clima do Maranhão³².

A partir destes registros e a decorrente análise dos depoimentos, discute-se sobre a incidência de projetos envolvendo carbono florestal em termos de salvaguardas, possíveis conflitos socioambientais, distribuição de benefícios, participação na elaboração do sistema e garantia de direitos.

³⁰ Ver: Aliança Soja Sustentável. *Oficina de Diálogo e Avaliação de material de comunicação do Sistema Jurisdicional de REDD+ do estado do Maranhão*. 25 mai. 2025. Disponível em: <https://aliancasojasustentavel.org/oficina-de-dialogo-e-avaliacao-de-material-de-comunicacao-do-sistema-jurisdicional-de-redd-do-estado-do-maranhao/>. Acesso em 20 jul. 2025.

³¹ Para maiores informações acessar:

<https://fas-amazonas.org/wp-content/uploads/2022/04/tdr-119-2022-psi-1.pdf>.

³² Além das entrevistas, foram realizadas as seguintes atividades: Formação MST ferroviários; lançamento do livro Solar; atividade de campo e audiência pública na RESEX Tauá-Mirim.

O conjunto dessas análises visa levantar questionamentos sobre as políticas públicas climáticas no Maranhão e na Amazônia, oferecendo bases críticas para se pensar a governança ambiental de maneira mais equitativa e que vise o protagonismo dos grupos sociais que possuem seus territórios cobertos pelas vegetações nativas do Maranhão³³.

Em diversos casos, projetos de REDD+ podem gerar processos de “reclusão territorial”, de maneira semelhante ao que considera Haesbaert (2004). Nessas situações, comunidades tradicionais e povos indígenas, embora não sejam fisicamente removidos de seus territórios, veem-se apartados deles (ou de parte deles) devido à restrição de suas práticas habituais. Isso ocorre quando o acesso e o uso tradicional da floresta (o que pode incluir o manejo e o corte de madeira para subsistência) são proibidos ou limitados pelas regras contratuais deste projetos - o que significaria um “vazamento” para a contabilidade dos estoques de carbono.

Como desdobramento imediato desse processo, observa-se frequentemente a ruptura da coesão social interna das comunidades que passam a receber ou serem preteridas para abrigarem projetos de REDD+. Uma marca recorrente nesses contextos é a cooptação de lideranças comunitárias, que passam a defender interesses individuais e alheios ao coletivo. Paralelamente a esses conflitos, é comum a ocorrência de disputas fundiárias, onde a implantação de projetos de REDD+ ignora direitos territoriais. Adicionalmente, registram-se casos de apropriação indevida de terras públicas para a geração de créditos de carbono, agravando os cenários de injustiça socioambiental.³⁴

Considerando estes aspectos relacionados às experiências de ao menos duas décadas de projetos de carbono florestal no Brasil, especialmente os vinculados ao mercado voluntário de comercialização de créditos de carbono, é preciso questionar até que ponto a experiência de um Sistema Jurisdicional de REDD+ poderia representar algo distinto em relação aos desdobramentos mencionados? Isto é, de que maneira estes conflitos poderiam ser evitados em um contexto em que o Estado assume o protagonismo da metrificação do carbono sob sua jurisdição? De que maneira as florestas e demais áreas com vegetação nativa no Maranhão serão incluídas na contabilidade global? E, sobretudo, como os diferentes territórios que abrigam estes ecossistemas serão incluídos e tratados dentro do Sistema Jurisdicional de REDD+ ?

³³ O Maranhão abriga um complexo de ecossistemas, com destaque para a Floresta Amazônica, o Cerrado, a Caatinga, a Mata dos Cocais e a vegetação litorânea (manguezais, restingas). Destaca-se a região da Baixada Maranhense, a maior área de manguezal do país, caracterizada por suas florestas hidrófilas e alagados.

³⁴ Para uma leitura sobre situações como essas envolvendo projetos de REDD+ na Amazônia Legal, ver: CORNETTA, 2025.

Os debates sobre as políticas de REDD+ no Maranhão, revelam uma série de preocupações por parte de diferentes entidades representativas dos povos indígenas, quilombolas e camponeses, sobretudo em relação às salvaguardas que garantam os direitos e a participação das comunidades tradicionais e agricultores familiares. A análise dos depoimentos das entidades representativas (CONAQ, ACONERUQ CIMI, COAPIMA, FETAEMA) apontam falhas estruturais nos processos de consulta e riscos significativos aos modos de vida e à autonomia territorial.

A principal crítica levantada pelas organizações é a falta de consulta e participação efetiva no processo de criação e regulamentação da política jurisdicional de REDD+ no Maranhão. A coordenação da COAPIMA, por exemplo, manifesta surpresa e indignação, afirmando que os povos indígenas não foram consultados sobre a regulamentação do REDD+ Jurisdicional no estado. Conforme discutido no capítulo anterior, tomando como exemplo o caso do Amazonas, esta omissão representa um desrespeito à Convenção OIT-169, que prevê a CPLI em qualquer empreendimento que envolvam povos tradicionais.

Neste mesmo sentido, representações da CONAQ e ACONERUQ relatam que, embora tenha havido participação inicial em seminários e cursos, a elaboração da minuta do decreto de REDD+ Jurisdicional do Maranhão ocorreu sem a participação das comunidades que possuem florestas em seus territórios. A falta de legitimidade desse processo é um fator que, segundo relatos, levou o próprio Estado a paralisar a implementação por medo da intervenção do Ministério Público.

Diante dessa falta de representatividade/legitimidade, as salvaguardas são ativamente reivindicadas: a CONAQ, por exemplo, encarou a inclusão da consulta livre e prévia como uma “briga muito grande” desde o início do processo nacional e estimula a elaboração de Protocolos de Consulta Comunitários e Autônomos para definir as diretrizes do procedimento. A COAPIMA, por sua vez, está pensando em judicializar a questão do REDD+ para garantir que os povos indígenas possam ser ouvidos e expressar suas necessidades. A própria COAPIMA sugeriu a inclusão explícita da CPLI na cartilha do REDD+ jurisdicional, demonstrando que esta salvaguarda básica não estava inicialmente assegurada.

Vale dizer que a referida cartilha, desenvolvida pelo IPAM com o objetivo de explicar o REDD+ Jurisdicional, tornou-se um foco de controvérsia entre as entidades participantes, sobretudo por não explicitar os princípios básicos de salvaguarda, assim como o próprio funcionamento do Sistema Jurisdicional. Neste sentido, a Coordenadora da COAPIMA relatou que o IPAM estava produzindo uma cartilha “como se fosse uma formação” e que as entidades foram chamadas para validá-la; uma espécie de chancela da sociedade civil organizada.

A principal crítica, assim, dirige-se à omissão de salvaguardas fundamentais. As entidades sugeriram que a consulta fosse um dos pontos cruciais a serem incluídos na cartilha, assim como a necessidade de participação de todas as entidades representativas dos movimentos sociais. A CONAQ, por exemplo, demonstrou desconhecimento sobre a cartilha e a reunião de abril de 2024 e criticou a superficialidade desses encontros, argumentando que eles servem apenas para "dizer que está dialogando com a sociedade, mas na verdade não está". A FETAEMA também destacou que, para o agricultor, o tema é "abstrato" e "muito complexo", e que o diálogo com o IPAM foi superficial, mais uma "apresentação de slides".

A proximidade entre IPAM e Governo do estado suscita críticas em relação ao papel da ONG. A percepção geral é a do IPAM atuando "quase como um agente do governo" na estruturação da política de REDD+ do Maranhão. Essa dinâmica levanta uma série de questionamentos sobre o "papel de protagonismo de uma ONG à frente de uma política pública" que incide sobre territórios tradicionais e assentamentos.

Algumas entidades, relatam que embora tenham participado dos seminários iniciais, a minuta do decreto de REDD+ jurisdicional do Maranhão foi elaborada pela consultoria do IPAM em um momento subsequente, do qual a CONAQ e outras representações da sociedade civil não participaram mais, acentuando as dúvidas e questionamentos em relação às salvaguardas.

Em geral, os depoimentos indicam que, sob a lógica do REDD+, as salvaguardas dos modos de vida tradicionais estão diretamente ameaçadas. Para a CONAQ, a premissa de "desmatamento zero" é contraditória, pois exige que os quilombolas deixem de realizar suas roças itinerantes – um modo de vida secular que, na verdade, é o que mantém a floresta preservada.

Em relação aos territórios indígenas, o CIMI considera os projetos de REDD+ como "totalmente violentos", pois colocam em risco o usufruto exclusivo sobre o território, um direito constitucionalmente garantido. Segundo a representação do CIMI entrevistada, as empresas que propõem projetos, omitem informações cruciais, como o tempo de contrato e o fato de que o território ficaria sob a ordem da empresa, limitando a autonomia indígena sobre a parte florestal - caracterizando um tipo de arrendamento da floresta. A ausência de clareza e transparência nas políticas de REDD+ somada à vulnerabilidade econômica das comunidades, transforma-se em um risco à coesão social e à integridade das salvaguardas.

Os depoimentos de representantes do CIMI e da COAPIMA, tomam como exemplo o mencionado caso da TI Alto Turiaçu, do povo Ka'apor, como uma situação emblemática no que se refere ao comprometimento dos direitos territoriais indígenas envolvendo projetos de REDD+ no Maranhão.

REDD+ e os Ka'apor: resistência ao capitalismo verde

O caso do projeto REDD+ na Terra Indígena (TI) Alto Turiaçu no Maranhão é um exemplo crítico dos complexos desafios que envolvem créditos de carbono em territórios indígenas na Amazônia. O conflito central gira em torno da atuação da empresa norte-americana Wildlife Works, da divisão interna dentro do povo Ka'apor e das acusações de violação dos direitos à consulta livre, prévia e informada. O processo de consulta foi considerado falho pela Justiça Federal, tendo em vista a falta de representação da coletividade.

Frente a esta situação, foi solicitada a suspensão judicial do projeto pela 1ª Vara da Justiça Federal no Maranhão³⁵ reforçando que, na ausência de normas claras e de consentimento interno das comunidades, tais iniciativas podem aprofundar divisões sociais e violar direitos territoriais fundamentais, colocando em xeque a eficácia e a legitimidade desses mecanismos de mercado como solução para a crise climática.

Esta denúncia também foi encaminhada pela Tuxa Ta Pame (uma das representações do povo Ka'apor) à ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, à presidenta da Funai, Joenia Wapichana, e à coordenadora geral da Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (SABRINA, 2023).

Por outro lado, a situação também apresenta quebra de coesão social dentro da TI Alto Turiaçu, diante do impasse que opõe duas organizações Ka'apor: o Conselho de Gestão Ka'apor Tuxa Ta Pame, contrário ao projeto, e a Associação Ka'apor Ta Hury do Rio Gurupi, que é favorável à proposta, executada pela referida empresa estadunidense (JUNQUEIRA, 2025). Por sua vez, o Conselho Tuxa Ta Pame entende o REDD+ como um "projeto de morte" que, assim como a mineração e o agronegócio, mercantiliza a natureza, gera conflitos e permite que empresas poluidoras continuem suas atividades sem reduzir emissões reais. Lideranças como Itahu Ka'apor veem o crédito de carbono como "o novo madeireiro", uma ameaça que pode causar sofrimento e divisão social, baseando-se em experiências passadas negativas com a venda de madeira (SABRINA, 2023).

Outro aspecto ressaltado nas diferentes entrevistas, é a preocupação com a cooptação de lideranças, a exemplo do que acontece em outros estados da região amazônica. O CIMI relata que o projeto REDD+ potencializou conflitos internos em Terras Indígenas, considerando que se trata de uma oferta "sedutora" e atrai lideranças que não têm uma visão coletiva. Alerta ainda para o fato de que em comunidades vulneráveis é

³⁵ O documento pode ser acessado em:

https://www.wrm.org.uy/sites/default/files/2024-12/Kaapor_Wildlife_Works.pdf. Acesso em 25 set. 2025.

difícil recusar as vantagens individuais oferecidas, “ou seja, isso é estratégico, porque você está se aproveitando de uma situação de vulnerabilidade. Se apresenta só a parte dos benefícios econômicos [...] é mais fácil de ter uma adesão”.

Sobre este aspecto, representantes da FETAEMA enfatizam que o REDD+ é uma atividade “abstrata” e “complexa” para o agricultor. Para evitar que os agricultores “se tornem vítimas de empresários com visão distorcida”, é essencial que haja capacitação e suporte técnico para que entendam minimamente a política, sua medição e comercialização, e possam ter autonomia para dizer se querem ou não participar.

Nota-se que a falta de clareza sobre o funcionamento do Sistema de REDD+ Jurisdicional Maranhão, gera uma série de inseguranças e a expectativa de um risco iminente. Outro aspecto comum entre os depoimentos, dizem respeito a repartição dos benefícios e como os territórios serão incluídos dentro da contabilidade dos estoques de carbono. Há uma preocupação de que essa política (sendo pública e sem transparência), se torne uma imposição aos territórios incorporados ao Sistema. A escolha de uma empresa privada, a Future Carbon, para conduzir o sistema jurisdicional é vista como muita desconfiança, pois uma “empresa focada no lucro pode não priorizar o social e o desenvolvimento comunitário, gerando um cenário de insegurança”.

A falta de transparência e de participação dos movimentos sociais nesta discussão cria-se uma apreensão por parte das comunidades, no sentido de que os benefícios sejam desproporcionais e insuficientes para as demandas locais. De acordo com o relato da representante da CONAQ, “durante o processo de elaboração da minuta do decreto de REDD+ Jurisdicional, as pessoas que participaram dos eventos não souberam dizer algo a respeito de como se daria a repartição de benefícios”.

Tomando como referência a experiência de outros estados, a liderança da COAPIMA, relata que o conhecimento que se tem mostra que a porcentagem estipulada para os povos indígenas é insuficiente. Neste sentido, observa-se nos depoimentos uma crítica profunda da desigualdade inerente a esse processo, isto é, “quem preserva não tem um benefício maior, o benefício é para quem desmata, polui e depois compensa a sua emissão com a nossa floresta”.

Esta mesma crítica também é identificada por parte da CONAQ, rejeitando à lógica da compensação inerente ao REDD+. A entidade defende que isso não deve ser uma “moeda de troca”, considerando que a preservação deve ser garantida para (e pela) o modo de vida das comunidades, e não para a garantia de que “o outro continue degradando”.

O CIMI e a FETAEMA compartilham de visão semelhante: o REDD+ é visto como uma forma de compensar emissões de poluidores dos países do Norte a partir da preservação das florestas: “algo que, por lei, já deveriam ser protegida e que já estão sendo guardadas pelos próprios indígenas, como os Guardiões da Floresta”.

A consciência dos depoimentos demonstra, cada qual a sua maneira, que o Estado brasileiro possui as ferramentas jurídicas e fundiárias para a garantia efetiva da proteção das florestas e demais ecossistemas. Trata-se, na verdade, do direito dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam (CF/88. Art. 231), o direito dos remanescentes de comunidades quilombolas à propriedade de suas terras (CF/88. Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT), assim como o direito à posse, uso e usufruto dos territórios e recursos naturais dos povos tradicionais (Lei nº 10.936/2004).

São estas territorialidades que historicamente não apenas preservam as florestas, como as produzem historicamente como parte de seus modos de vida. Embora exista um entendimento que prevalece em relação às florestas (sobretudo em relação à Amazônia) enquanto um “bem natural”, diversos autores demonstram como a composição florística amazônica está intimamente relacionada com processos históricos³⁶.

Estudos recentes têm demonstrado que as Terras Indígenas possuem as áreas mais preservadas do Brasil. Estas, segundo o MapBiomass (2022), perderam apenas 1% da sua vegetação nativa entre 1985 e 2023, enquanto terras privadas perderam 28%. Outros estudos demonstram como a garantia do direito à propriedade coletiva reduzem o desmatamento na Amazônia brasileira (BARAGWANATHA; BAYI, 2020) e que também são altamente eficientes na promoção do crescimento de floresta secundária nessas áreas (BARAGWANATHA; BAYI; SHINDE, 2023).

Em relação aos territórios quilombolas, pesquisas têm demonstrado como estes desmatam até 55% a menos em países da Amazônia. O estudo revela que os quilombos titulados garantem uma maior preservação das florestas, são mais biodiversos, sendo que mais da metade dessas terras (57%) estão entre os 5% de áreas mais biodiversas do planeta – no Equador, esse índice chega a 99%. Ao todo, esses territórios armazenam mais de 486 milhões de toneladas de carbono irrecuperável³⁷, o que torna sua preservação, sob gestão das comunidades, essencial para prevenir os efeitos mais graves das mudanças climáticas (ZHANG, *et. al*, 2025). Em contraste, um estudo recente realizado pelo Instituto Socioambiental em parceria com a CONAQ, aponta que 98,2% dos territórios quilombolas estão ameaçados por obras de infraestrutura, requerimentos minerários e por sobreposições de imóveis particulares (OVIEDO; LIMA; SOUSA, 2024).

Diante disso, fica evidente que a garantia de direitos territoriais coletivos (uma reparação histórica urgente) se coloca como uma política fundamental para a conservação das florestas. Enquanto os instrumentos econômicos mostram-se incapazes de frear o

³⁶ Ver: BALEÉ (1994), CLEMENT (2006), MAGALHÃES (2009; 2010); NEVES, (2022).

³⁷ "Carbono irrecuperável" refere-se aos vastos estoques de carbono na natureza que são vulneráveis à liberação pela atividade humana e, se perdidos, não poderão ser restaurados até 2050 — quando o mundo deve atingir emissões líquidas zero para evitar os piores impactos das mudanças climáticas. Para maiores informações acessar: <https://www.conservation.org/projects/irrecoverable-carbon>.

desmatamento, podendo ainda intensificar ou gerar conflitos sociais, a titulação de territórios tradicionais e a reforma agrária popular comprova seu caráter (histórico) transformador. Sua eficácia reside justamente na capacidade de se contrapor aos interesses privados, distanciando-se do reducionismo que atribui às florestas um papel de compensação dentro das dinâmicas da acumulação capitalista.

Referências bibliográficas:

- AMAZONAS. CASA CIVIL. *Wilson Lima anuncia aprovação de propostas para geração de R\$ 3,3 bilhões em novos créditos de carbono no Estado*. 21 mar. 2024. Disponível em: <https://www.casacivil.am.gov.br/wilson-lima-anuncia-aprovacao-de-propostas-para-geracao-de-r-33-bilhoes-em-novos-creditos-de-carbono-no-estado/>. Acesso em: 20 set. 2025.
- AMBRÓSIO, N. Carbono: vozes excluídas. *Amazônia Real*. 23 out. 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/rds-do-rio-negro/>. Acesso em 20 set. 2025.
- ARBEX, P. Future Carbon está mudando de nome, de controle — e de estratégia. *Brazil Journal*. São Paulo, 18 set. 2023. Disponível em: <https://braziljournal.com/future-carbon-esta-mudando-de-nome-de-controle-e-de-estrategia/>. Acesso em: 01 set. 2025.
- ARTREDD. *Programa de Arquitetura para Transações REDD+ (ART)*. Resumo executivo: O padrão de excelência ambiental Redd+ (trees), versão 2.0. Winrock International. 2023.
- BALÉE, W. *The footprints of the forest: Ka'apor ethnobotany – the historical ecology of plant utilization by an Amazonian people*. New York: Columbia University Press, 1994.
- BRAZIL FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL. Human Rights Council. AL BRA 3/2025. Indigenous Peoples Ka'apor (MA) and Carbon Credit Project Proposed on Indigenous Land: Informations. [S.l.], jun. 2025.
- BARAGWANATH, K.; BAYI, E. Collective property rights reduce deforestation in the Brazilian Amazon. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 117, n. 34, p. 20495-20502, ago. 2020. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/pdf/10.1073/pnas.1917874117>. Acesso em: 23 set. 2025.
- BARAGWANATH, K.; BAYI, E.; SHINDE, N. Collective property rights lead to secondary forest growth in the Brazilian Amazon. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 120, n. 22, p. e2221346120, maio 2023. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/full/10.1073/pnas.2221346120>. Acesso em: 23 set. 2025.
- CABRAL, M. *Redd+ Jurisdicional: o valor da floresta viva e de seus guardiões*. Página 22, 18 fev. 2025. Disponível em: <https://pagina22.com.br/2025/02/18/redd-jurisdicional-o-valor-da-floresta-viva-e-de-seus-guardioes/>. Acesso em: 9 ago. 2025.
- CLEMENT, C. R. Domesticação de paisagens e plantas amazônicas – a interação de etnobotânica, genética molecular e arqueologia. In: MORCOTE, G.; MORA, S.; FRANKY, C. (Eds.). *Pueblos, plantas y paisajes antiguos en la selva tropical amazónica*. Bogotá: Editorial Universidad Nacional, 2006
- CORNETTA, A. “*Crise ambiental*” e os novos negócios do clima. Uma perspectiva crítica-popular. São Paulo: Expressão Popular, 2025.
- JUNQUEIRA, D. Conflito entre os Ka'apor leva Justiça a suspender projeto de carbono no Maranhão. *Repórter Brasil*, 10 jul. 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/07/justica-barra-projeto-carbono-maranhao-divisao-kaapor/>. Acesso em: 25 set. 2025.
- LIMA, V. F. P.; REIS, R. C. P. Enquanto a regulação dorme: benefícios do REDD+ e atuação de estatal frente ao mercado voluntário de carbono. *REVISTA ARACÊ*, São José dos Pinhais, v.7, n.2, p.8905-8928, 2025.
- MAGALHÃES, M. P. Natureza selvagem e natureza antropogênica na Amazônia Neotropical. In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. *Arqueologia amazônica*. v. 1, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. p. 403-423.
- MAGALHÃES, M. P. Evolução antropomorfa da Amazônia. In: *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n. 12, p. 5-38, jul.-dez. 2009.
- MAPBIOMAS. Terras indígenas contribuem para a preservação das florestas. 2022. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2022/04/19/terras-indigenas-contribuem-para-a-preservacao-das-florestas/>. Acesso em: 23 set. 2025.
- MARANHÃO (Estado). Decreto nº 34.916, de 4 de junho de 2019. Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI para elaboração do Projeto “Valorizando o Ativo Ambiental no

Maranhão: Sistema Jurisdicional de REDD+ e Degradação Florestal (REDD+)”. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, p. 12, 04 jun. 2019.

MARANHÃO (Estado). Lei nº 11.578, de 1º de novembro de 2021. Institui a Política de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, da Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, do Manejo Sustentável de Florestas e do Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+), da Gestão dos Ativos Ambientais e do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) do Estado do Maranhão, e dá outras providências. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, p. 2-8, 04 nov. 2021.

MARANHÃO (Estado). Decreto nº 37.945, de 10 de outubro de 2022. Institui o Plano Estadual de Descarbonização da Economia do Maranhão, e dá outras providências. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, p. 4-7, 10 out. 2022a.

MARANHÃO (Estado). Decreto nº 37.969, de 26 de outubro de 2022. Regulamenta a Lei Estadual nº 11.578, de 01 de novembro de 2021, que institui a Política de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, da Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, do Manejo Sustentável de Florestas e do Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+), da Gestão dos Ativos Ambientais e do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) do Estado do Maranhão, denominada Sistema Jurisdicional de REDD+ e PSA. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, p. 7-10, 26 out. 2022b.

MARANHÃO (Estado). Lei nº 11.734, de 26 de maio de 2022. Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro do Estado do Maranhão, e dá outras providências. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, p. 13-42, 26 maio 2022c.

MARANHÃO (Estado). Decreto nº 38.566, de 3 de outubro de 2023. Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental das propriedades e posses rurais no Estado do Maranhão - PRA/MA. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, p. 5-12, 03 out. 2023.

MARANHÃO (Estado). Lei nº 12.301, de 11 de junho de 2024. Institui a Política Estadual de Enfrentamento das Mudanças Climáticas no âmbito do Estado do Maranhão, e dá outras providências. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, p. 2-4, 11 jun. 2024.

MARANHÃO (Estado). Governo do Maranhão lança Procedimento de Manifestação de Interesse Privado (PMIP) para estruturação de mecanismo financeiro da Política do REDD+ e ativos de carbono. [S.l.]: [s.n.], [2021?]. Notícia.

MARANHÃO PARCERIAS S/A (MAPA). Acordo de Cooperação Técnica nº 05/2021 com IPAM. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, p. 2-3, 04 out. 2021.

MARANHÃO PARCERIAS S/A (MAPA). Potencial do Maranhão para Negócios Verdes. São Luís, MA: Maranhão Parcerias S/A (MAPA), 2022. Disponível em: https://mapa.ma.gov.br/uploads/mapa/docs/MAPA_revista_12_paginas_-nova_logo.pdf

MARANHÃO PARCERIAS S/A (MAPA). *Ata da Reunião Realizada entre a MAPA e o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do MAPA*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 16 fev. 2024a.

MARANHÃO PARCERIAS (MAPA). *Relatório Final da Comissão de Avaliação e Seleção Procedimento de Seleção de Projetos de Créditos de Carbono*: Edital RP N° 01/2024-DNMS/MAPA. São Luís, MA, 1 de novembro de 2024b.

MCDONALD, A. Guide to carbon credit buffer pools. *Sylvera*. 15 dez. 2022. Disponível em: <https://www.sylvera.com/blog/carbon-credit-buffer-pools>. Acesso em 24 set. 2025.

MORAES, F. Nasce a Future Climate. *Correio Braziliense*. 09 ago. 2024. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/colunistas/fabiano-moraes/2024/08/6917163-nasce-a-future-climate.html#google_vignette. Acesso em 01 set, 2025.

MORENO, C.; CHASSÉ, D. S.; FUHR, L. *A métrica do carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

MOUTINHO, P.; SCHWARTZMAN, S. *Tropical Deforestation and Climate Change*. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) Environmental Defense. 2005.

NEVES, E. G. *Sob os Tempos do Equinócio*: oito mil anos de história na Amazônia Central. São Paulo: Ubu Editora; Edusp, 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção n.º 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. Adotada em Genebra: 27 de junho de 1989. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf>.

OVIEDO, A.F.P.; LIMA, W. P.; SOUSA, F. As pressões ambientais nos territórios quilombolas no Brasil. Brasília-DF: ISA/CONAQ, 2024. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/pressoes-ambientais-nos-territorios-quilombolas-no-brasil>. Acesso em 24 set. 2025.

PACHECO, P., & CÁRDENAS, C.. O que é REDD+ Jurisdicional?. Forest Trends: Washington DC. 2022.

RAD 2024: Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2024 - São Paulo, Brasil - MapBiomas, 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11Akq8viBlruA86uVlxRsqtYzv4kz6qgQ/view>

SABRINA, F. Empresa americana alimenta conflito indígena para lucrar com reparação ambiental. *The Intercept Brasil*, 27 nov. 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/11/27/empresa-americana-alimenta-conflito-indigena-para-lucrar-com-reparacao-ambiental/>. Acesso em: 25 set. 2025.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best seller, 1999.

SANTILLI, M. MOUTINHO, P.; SCHWARTZMAN, S.; NEPSTAD, D.; CURRAN, L.; NOBRE, C. Tropical deforestation and the Kyoto Protocol: an editorial essay. In: *Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia*. 2000.

SCHUNK, S. Projeto brasileiro é primeiro do mundo a unir créditos de carbono de alta qualidade e impacto social. *Exame*. 27 set. 2025. Disponível em: <https://exame.com/esg/projeto-brasileiro-e-primeiro-do-mundo-a-unir-creditos-de-carbono-de-alta-qualidade-e-impacto-social/>. Acesso em 28 set. 2025.

UNITED NATIONS. Framework Convention on Climate Change. Conference of the Parties (COP). The Cancun Agreements: Outcome of the work of the Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention. Decisão 1/CP.16. Cancun: 10 dez. 2010. (FCCC/CP/2010/7/Add.1). Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/4.salvaguardas-REDD/Salvaguardas-AnexoI-Decisao1CP16.pdf>

UNITED NATIONS. Human Rights Council. Mandates of the Working Group on the issue of human rights and transnational corporations and other business enterprises; the Special Rapporteur on the promotion and protection of human rights in the context of climate change and the Special Rapporteur on the situation of human rights defenders. Ref.: AL BRA 3/2025. Geneva, 29 abr. 2025.

ZHANG, Y. *et al.* Tropical tree growth driven by climate and functional traits. *Communications Earth & Environment*, v. 6, n. 1, p. 424, 2025. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s43247-025-02339-5>. Acesso em: 23 set. 2025.

ANEXOS
(Entrevistas)

Entrevista 1: Coordenação COAPIMA
TI: Caru. Aldeia Massaranduba.

Como a Coapima entende o REDD+? Qual a impressão que vocês têm e como esse projeto de REDD+ chegou nos territórios indígenas?

É o seguinte: a gente tem uma crítica em relação a isso. Por quê principalmente com REDD+jurisdicional. Eu venho acompanhando esta questão no âmbito do comitê dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia Legal. E lá eu fui descobrir enquanto coordenadora das organizações eu fiquei surpresa em relação à questão da criação do REDD+ aqui no Maranhão. Na COP 28 o governador aqui do Maranhão e de todos os estados dizem que é um dos melhores inscritos mas de que adianta ter um REDD+ bem elaborado Se não houve consulta com os povos indígenas eu não sei dizer se houve consulta com os povos quilombolas e querem ribeirinhos mas os povos indígenas não foram consultados Então essa é a briga que nós temos com o governador do Estado.

Nós nunca fomos chamados para discutir isto. Então não tem sentido ter uma regulamentação sobre o REDD+ no Maranhão se os próprios indígenas não foram consultados. E se eu for para copa eles vão passar vergonha e se eu tiver oportunidade de uma fala eu vou detonar o governador porque não é de hoje que nós estamos pedindo uma reunião para tratar deste assunto. E a gente sabe que essa questão do REDD+ está avançando muito rápido, ela está aparecendo em todas as cópias e agora eu fiquei sabendo que ele foi apresentar lá em Cali e eu fico preocupada com esse sentido então assim. eu tenho essas críticas e a coapima também fez uma nota de repúdio em relação a isso porque porque a gente não foi consultado a nossa assessora jurídica e nós estamos pensando em judicializar essa questão do REDD+ para que pelo menos os povos indígenas sejam ouvidos e que eles possam falar da Necessidade deles eu estou acompanhando isso de perto mas os meus parentes não eles nem sabem o que é isso do que se trata quando você fala de rede para eles porque a primeira coisa que chega para eles é que nós não queremos o REDD+porque proíbe a gente caçar proíbe de fazer uma roça proíbe Então a primeira coisa que vem na mente deles é isso então se você fala de uma política de rede para eles eles não aceitam nos territórios.

Então nós temos inúmeros desafios com esse REDD+ jurisdicional.

E quando se fala do REDD+ privado ninguém sabe o que é isso nós até tentamos levar alguma formação Mas a gente não Conseguiu alcançar a todos os territórios em relação a esse tema aqui no Maranhão.

REDD+ jurisdicional? Função da Floresta

Eu vou ser bem sincero nesta questão. é uma análise que eu faço enquanto indígena e enquanto liderança de movimento indígena a Cohab que a nossa organização no nível da Amazônia estava promovendo uma formação nos nove estados da Amazônia trazendo este tema para que as organizações pudesse entender o que é o REDD+ jurisdicional e uma coisa que me chamou muito atenção porque a pessoa que estava fazendo esta formação é a mesma que dá certificação como é que eu vou falar de formação para as lideranças de

movimentos sociais se eu trago a pessoa que dá a certificação então eu faço uma crítica Nesse sentido porque bagunça a mente das pessoas. parentes indígenas Principalmente aqueles que não entende muito bem português, de você trazer um tema desses numa linguagem muito técnica eles não vão compreender Então você tem que ter o máximo de informação para que as pessoas tenham compreensão daquilo que eles estão falando.

Então você vê que o benefício maior é para quem desmata e polui. E quer dizer que nós que preservamos não temos um benefício maior. então nossas áreas aqui de manhã é tudo invadida cheio de fazendeiro próximo então parece que quem vai receber mais é aquele que desmata. Além disso tem parentes nossos que têm essa ideia de fazer uma produção em longa escala e desmatar uma área de 50 mil hectares E aí como é que fica então a gente faz uma análise em relação a isso muito negativa. por exemplo nós vamos estar trabalhando a questão da Preservação a gente sabe que aqui nos 17 territórios do Maranhão. Apenas três desses que estão na Amazônia a maioria fica no cerrado, então assim, eles estão emitindo o gás carbônico as empresas estão poluindo então é uma coisa muito controversa em relação a isso entre quem desmata de quem preserva e quem polui é bem complexo esse tema.

formações? Ipam?

Na verdade, isso não foi uma formação. o que que ele sugeriram? Era uma cartilha que eles estão produzindo como se fosse uma formação. é outra coisa que eu tenho batido muito em relação a porque quem construiu toda essa política de rede aqui no Maranhão foi o ipam. E desde O projeto janela janela vem acompanhando isso. então o que eu falei para eles o seguinte de que adianta vocês fazerem uma cartilha que a sociedade civil não sabe e nem entende o que é isso e vocês aprovam uma coisa por isso que eles chamaram algumas entidades para validar essa cartilha eu tava neste dia e nós avaliamos que tinha que mudar muitas coisas que não estava do jeito que nós queremos e nós estamos esperando essa devolução mas foi uma reunião para validar uma cartilha do REDD+jurisdicional.

Eles estão fazendo o ajuste a partir das nossas sugestões

Uma das propostas que não estava na cartilha era a questão da consulta livre e prévia informado que não estava na cartilha então nós sugerimos que esse seria um dos pontos e a participação de todas as entidades representativas dos movimentos sociais. várias comunidades não estavam representadas como as quebradeiras de coco.

REDD Jurisdicional? Territórios

Nós não temos essa informação não existe esse diálogo com o governador. também não há esse diálogo com ipam e nem com o secretário de Meio Ambiente não existe essa informação não fomos informados sobre isso Temos uma dificuldade muito grande de sentar e discutir sobre isso outros estados tem avançado muito nisso Como é o estado do Pará.

o governador Brandão não então nós temos muito essa crítica em relação a isso.

REDD+ não é confiável?

Nós temos vários relatos sobre isso, quantas vezes as pessoas veem, fazem uma conversa e apresenta uma coisa que não corresponde à verdade. Eu já passei por essa situação, veio uma pessoa conversar comigo achando que eu não estava por dentro do assunto e eu respondi a ele que sabia de todas as situações que existem na Amazônia e eles ficaram surpresos comigo quando eu comecei a citar algumas leis.

O próprio advogado disse que eu estava bem informada.

O território Alto Turiassu é um dos maiores e depois vem Araribóia e depois a terra indígena Caru.

Edital MAPA e Future Carbon ?

Eu tive essa informação através de uma técnica que trabalha em São Luís que é da secretaria do meio. e sei dessas informações através dela ela comunicou a gente o que está acontecendo em relação ao REDD+ jurisdicional do Maranhão Então ela havia me falado isso. é uma questão que eu me preocupo muito com isso porque como é que nós vamos falar sobre o REDD+ enquanto indígena se nós não participamos disso nem foi falado nada em relação a esse edital com os povos indígenas. quem são essas empresas?

Também não foi discutido nada sobre partilha.

O que nós temos de conhecimento é no âmbito do gcf de acompanhar o REDD+ jurisdicional de outros estados e que já está estipulando a porcentagem que irá ficar para cada parte.

Mas as porcentagens que nós observamos é muito pouco, fica muito pouco para os povos indígenas a maior parte fica para o município e para o estado.

E nós observamos que esse percentual é muito pequeno diante das nossas demandas de escola saúde, no desenvolvimento então representa muito pouco dentro daquilo que nós precisamos.

Cooptação?

é muito preocupante isso porque hoje a gente vê isso acontecer na realidade por exemplo hoje o que mais tem dentro de uma organização indígena de uma liderança que não tem uma visão coletiva é muito mais fácil de ser cooptado por essas empresas. então assim eu me preocupo muito com essas coisas a gente enquanto lidera-se indígena se a gente quer ser eleito é para defender o direito do povo não é para ser vendido por qualquer coisa por qualquer Mixaria vão me vender. muitos territórios Hoje não tem projeto nenhum não tem estrutura não tem educação e saúde de qualidade então tem Território que passa até necessidade de forma eu não me venderia por Mixaria e a maioria das lideranças estão se cotada. São vários desafios que os povos indígenas enfrentam nesse sentido .

Entrevista 2: Coordenação CONAQ e ACONERUQ.
Quilombo Acre. Município de Cururupu. Território de Santa Maria

Eu sou membro da Coordenação Nacional de Quilombola Conaq. Hoje eu estou como diretora administrativa da nossa organização jurídica. e também estou coordenadora do projeto vida de negro do centro de cultura negra do Maranhão. e também técnica de campo do projeto desde 2015 e agora neste biênio coordenando o projeto. Então Essa são algumas das minhas atribuições e engajamento. além de ser membro do grupo de movimento negro do município de Cururupu que é um grupo de conscientização Negra minerar da qual eu estou como vice-presidente e também estou sou a segunda secretária da minha comunidade da associação do meu quilombo entre outras atribuições. Faço parte do coletivo de mulheres da conaq. E também do coletivo de Meio Ambiente da Conaq.

Hoje pela CONAQ eu estou no GT de salvaguarda de Redd+ mais e do GT de repartições e benefícios. então representa a Conaq a nível Nacional neste debate que está sendo feito. E também faço parte do comitê gestor da política nacional de gestão territorial da pmg tac política nacional de gestão territorial quilombola, criada no ano de 2023.

Ou eu sou formado em gestão ambiental então é o tema que me apaixona como as ideias e as propostas de projetos de rede chegaram para konac assim como nos territórios e para as comunidades. a visão Geral do movimento em relação às propostas de rede

Esse debate sobre política de rede sobre o Red na verdade como todo não só o jurisdicional mas Quando surge essa questão que vem da economia verde desde eco-92. na época Conaq já estava militando na época da Eco 92, no sentido de participar de De alguns debates que foram feitos no Rio de Janeiro naquele momento. Mas podemos dizer que foi na Rio + 20 quando a gente começou a se envolver mais com esse processo. Porque até então a pauta ambiental era uma pauta que ficava em terceiro e quarto quinto plano, para nós sempre foi o essencial e ainda é a questão territorial. a garantia do direito do direito ao território e a nossa titulação. essa sempre foi a nossa bandeira de frente. As outras questões Nós deixamos de lado a não ser as políticas de educação e saúde.

Mas foi somente na Rio + 20 que nós conseguimos enxergar que várias questões que são ambientais também fazem parte da Luta pelo território. foi quando a gente se depara também com os conflitos socioambientais. nós não víamos esse viés nos conflitos vimos o conflito pelo conflito.. E aí a gente começa a estudar mais e a se envolver mais com estas discussões E aí a gente...

e mais recente vem essa questão do Redd.

Vem chegando em alguns estados como no Mato Grosso onde nós temos Comunidades Quilombolas aí depois vem no Pará onde também nós temos o número significativo de Comunidades Quilombolas e quando essas políticas chegam Nós não estávamos preparados. nem para recebê-las nem para entendê-las. e os nossos territórios começam a ser impactados e a gente sem entender direito que tipo de política é essa O que é rede o que que significa. a gente vê as propagandas muito bonitas que as comunidades vão

ganhar rios de dinheiro porque agora você vai vender carbono e vai receber em dólar e começam a chegar a essas propagandas nos territórios. e aí a gente começa a sentir a necessidade de discutir isso. nós chegamos a realizar algumas Oficinas, alguns eventos. nós fizemos uma parceria com o Instituto socioambiental o Isa e a terra de direitos. E nós começamos a fazer uma série de discussões para entender o que é rede o que é venda de carbono. e como você traz os nossos territórios estão preservados. embora com muito conflito conflito com mineradoras, especulação imobiliária, conflito com o agronegócio, mas o que ainda a gente consegue proteger é muito significativo está com a vegetação nativa preservada os ecossistemas protegidos e com toda a sua biodiversidade.

e isso acaba chamando atenção desses projetos de rede que querem adentrar em nossos territórios. primeiro foi com os indígenas, por conta que já são áreas regularizadas e com uma extensão muito grande de vegetação mas hoje a gente já se depara com Essa realidade nos nossos territórios. principalmente com o chamado mercado de carbono voluntário. e esse mercado voluntário já está aí há algum tempo ou de muitas situações nós nos deparamos inclusive lá no Pará com os malungos através da assessoria jurídica verificaram contratos exorbitantes de mais de 100 anos com uma empresa para explorar o território e com a população sem o direito de receber nada. diz que as pessoas iam receber mas não podia tirar um Cipó. quer dizer Mudar toda uma lógica ou dar uma forma de vida por conta de uma história de manter a floresta em pé.

Depois o próprio Ministério Público entrou e fez um estudo sobre essas questões e começou a mapear esses contratos absurdos que começaram a surgir então diante dessas situações nós começamos a fazer esse debate.

Aqui no Maranhão Mais recentemente nós começamos a trazer essa discussão para cá haja vista que o Mato Grosso já estava implantando o Red, o estado do Acre, entre outros estados que já estavam implantando essa política jurisdicional de rede. e agora essa política está aqui no Maranhão. Se não me engano foi no ano de 2019/2020 que começou essa discussão aqui.

e como Nós já estávamos fazendo esse debate a nível nacional com os outros estados que estavam sendo impactados. eu recebi um convite na época que a Luciene era a trabalhava na saf e foi ela que nos convidou para participar de um seminário que a Secretaria de Meio Ambiente estava realizando e que estava discutindo sobre rede. aí que eu participei e tentei acompanhar o que estava acontecendo aquele Estado do Maranhão Porque até então nós não tínhamos muito esse conhecimento do Red jurisdicional.

Nós sabemos do mercado voluntário, as notícias que nós tínhamos as informações, os exemplos tudo referente ao mercado voluntário.

Aqui no Maranhão eu não tenho conhecimento de um projeto de rede mais voluntário em algum território quilombola.

Até porque no mercado voluntário eles têm uma visão da segurança da segurança jurídica do empreendimento que a área precisa estar pelo menos legalizada. no caso das terras indígenas aqui no Maranhão elas já são homologadas. e no nosso caso como quilombola

nós não temos isso temos apenas quatro territórios cinco agora. e desse cinco quatro são parcialmente titulados. portanto, são pequenas áreas.

Temos apenas quatro titulações feitas pelo INCRA. cinco agora com aliança que saiu recentemente desse território.

E temos no estado cerca de 70 títulos desde a década de 90 para cá mas que são pequenas porções, são áreas pequenas que talvez não tenham o número de toneladas de carbono que esses projetos pretendem.

Então é por conta disso que eu acredito que até este momento os territórios quilombolas não são tão assediados aqui no Maranhão, no caso do mercado voluntário. porque são áreas que a maioria delas não estão regularizadas E também porque são áreas pequenas mas que estão preservadas.

REDD jurisdicional?

Acho que foi em 2019 ou 2020 que chega essa discussão que o Estado do Maranhão e ia começar a elaborar a sua política jurisdicional de rede. e Nós Somos convidados para participar de um seminário da secretaria. e aí eu participei pela conaq, estava feita em, mix CB, a coneuri que a nossa organização estadual. acho que tinha uma ou duas pessoas representando as entidades indígenas não lembro se era Cohab ou coapima. e tinha uma representação dos Pescadores.

Eles apresentaram o projeto através de uma consultoria feita pelo Ipam. que nos apresentou algumas questões sobre o que era Red e o que era o Red jurisdicional.

Eu me manifestei sobre o que eu já tinha de conhecimento e as minhas preocupações com relação a essa questão do Red. isso foi o seminário que foi realizado antes de 2019.

depois eu participei de outras atividades que foram realizadas alguns cursos esses cursos já foram feitos de maneira remota durante o período da pandemia. foi tudo online

Nós participamos desse evento, tenho certificado e tudo mais posteriormente a esse curso essa consultoria do ipam começaram a elaborar uma minuta é de jurisdicional do Maranhão. Só que nesse momento nós não participamos mais da elaboração da minuta.

A gente quando Conaq não participei e também desconheço de outra pessoa que tenha participado. Não sei se a representação da Coneruq que era o Reinaldo na época também não participou.

A gente só foi tomar conhecimento mesmo quando saiu a publicação já do Decreto de criação da política jurisdicional de REDD do Estado do Maranhão. nós tentamos e nos debruçamos sobre a leitura e sentimos falta de algumas coisas.

Eu penso que da forma como foi feita que levaram apenas algumas representações Eu particularmente só fiquei sabendo porque conheci uma pessoa que participou. e que sem querer me falou que havia participado de um evento onde foi apresentado a minuta do Decreto.

Ele me disse que dos Quilombolas havia apenas a presidente da Coneruq com o pessoal do município dela do município de Penalva. Tinha alguns indígenas, representantes da SEMA, mas não houve a questão da consulta.

é preciso considerar que esse processo começou antes da pandemia e que ao longo da pandemia diversas atividades foram realizadas. fizemos alguns cursos que também foram remotos e que dificultou o entendimento. e logo depois disso já se define uma minuta com grupo muito pequeno, com o mínimo de pessoas de um estado com o contingente populacional de povos e comunidades tradicionais que é gigante. só de Comunidades Quilombolas são mais de 1.500 comunidades no estado. tem as comunidades indígenas, os pescadores ribeirinhos quebradeiras de coco todo mundo. e fazem um evento com meia dúzia de pessoas para apresentar uma minuta de uma política que vai mexer com a vida de muitas pessoas.

por exemplo Nós não sabemos como se dará a repartição de benefícios. isso não foi discutido. nem as pessoas que participaram desse evento souberam dizer algo a respeito. nós não discutimos como vai se dar a questão da salvaguarda. como vai se dar a participação Nossa enquanto quilombola enquanto comunidades tradicionais nesse processo.

é uma das questões que nós temos debatido muito nestes encontros de retomada da cor na conaredd. como vai se discutir a questão da salvaguardas nos territórios nacionais sem que as representações das entidades dos povos tradicionais não estejam presentes dizendo da forma como elas querem que Os territórios estejam salvaguardados.

o que que ela entende como salvaguarda até mesmo nesse debate de nível nacional. por exemplo está lá representado a Conaq com muita insistência a nós que nós queríamos se estar presentes. foi somente assim que nos colocaram no Conaredd. que saiu agora recentemente em julho o decreto das diretrizes

A gente não participou diretamente desse debate, tinha apenas uma representação e outras entidades acabaram sendo representadas pelo CNS pelo Joaquim.

tinha o Joaquim representando toda uma população de povos e comunidades tradicionais. a elevar a representando o cnpct que é o Conselho Nacional. quer dizer uma representação de uma representação. porque ele foi representado o cnpct dentro da conared. como é feita essa representação se dentro do cnpct a gente não faz esse debate.

e aqui no estado do Maranhão foi isso. foi feito esse processo chamava apenas algumas pessoas para participar das reuniões onde se discutia, mas não houve uma consulta ampla livre como como prever a conversão da oit 169.

Eu já ouvi falar por terceiros que está vendo uma movimentação e também nós estamos no final de uma gestão, então não sei como vai ficar isso.

Nós não sabemos como o Estado está fazendo esse debate para implementação da política. Outros estados como Tocantins e o Pará Estão tocando essa política. e no Pará o

peçoal representante das Comunidades quilombola principalmente da maluco estão indo para cima estão reivindicando a sua representação dentro do processo. no Tocantins recentemente o peçoal entrou com uma Ação contra o estado por não ter feito uma consulta prévia e aqui no Maranhão está parado.

são poucas as pessoas que sabem se você for perguntar para as lideranças sobre essa questão muitos não vão saber responder. até a gente que participou eu digo para você foi uma coisa muito superficial.

às vezes eu fazia alguma intervenção mas devido aquilo que a gente já conhecia de outros estados.

Salvaguarda e participação das entidades

Exatamente isso, esse é o meu ponto de vista. houve uma sub representação.

no começo houve participação durante os cursos e seminários mas depois que saiu a minuta não houve mais nenhum tipo de consulta com as entidades representativas dos movimentos sociais. não houve uma divulgação ou uma reunião mais ampla para conferir se era isso mesmo.

conversando com uma servidor que acompanha o processo ela me disse que uma das coisas que fez com que o estado Tenha parado esse processo foi por conta disso principalmente por medo do Ministério Público vi e travar tudo. porque eles viram que o processo não foi legítimo

REDD+ Jurisdicional e territórios quilombolas?

Não está claro como será feita essa inserção dos territórios dentro do Red jurisdicional. O que estou falando para você não foi discutido.

Porção florestal dos territórios na contabilidade jurisdicional?

não. foi uma discussão muito superficial. o decreto está aí e pode ser visto que isso não está claro. estava conversando com um companheiro e ele estava me dizendo que aqui no estado a repartição vai ficar da seguinte maneira 10% para indígena 10% para quilombola e assim por diante. isso não está claro não foi feito esse debate está constituída a política e esse debate não foi feita para dizer como os nossos territórios vão ser impactados não foi feito esse debate. não se discutiu a questão da repartição do benefício. Qual é a área prioritária do Estado? Onde o estado vai trabalhar o seu Red jurisdicional? Quais são as comunidades envolvidas? não se sabe se vão ser só áreas públicas, e mesmo nessas áreas públicas as pessoas estão lá habitando.

Essas ocupações são centenárias são territórios já constituídos pela comunidade mesmo não havendo uma titulação. Inclusive essa foi uma discussão que a gente fez muito forte agora pela quando estava discutindo as questões das diretrizes. Essa é uma das questões a serem colocadas para o estado a nível nacional. Por exemplo, nós temos estados como Mato Grosso que estão anos luz à frente e que já estão fazendo seus projetos de rede tanto

no mercado voluntário quanto jurisdicional. e só agora o estado brasileiro cria diretrizes para regulamentar essas atividades.

e hoje na conarede tem a representação das empresas. tem a representação da sociedade civil mas as empresas estão lá são coisas que são muito difíceis para a gente emplacar dentro da questão da salvaguarda e também em relação a repartição dos benefícios às empresas não aceitam. foi muito Custoso para que a consulta livre e prévia fosse feita desde o início do processo. assim mesmo como no jurisdicional. tem uma pessoa do Tocantins que acha que isso não deveria ocorrer porque são áreas públicas e como é um projeto feito pelo estado não há essa necessidade. mas a convenção da oit-169 que Qualquer que seja um empreendimento deve haver consulta para dizer se nós queremos ou não e de que forma nós queremos então isso foi uma briga muito grande.

Agora saiu as diretrizes de salvaguardas e também vai sair das diretrizes da repartição de benefício. Isso foi uma das coisas que ficou para mim a meu ver que não houve uma participação ativa para nós entendermos como vão se dar essas questões e vamos deixar para discutir quando esses projetos chegarem no território?

Nós temos a lei o estado vai implantar e agora o estado vai chegar na hora de implantar ou delimitar sem que as comunidades fiquem sabendo Quais são as áreas que vão ser contabilizadas dentro do Red jurisdicional. e também não se sabe como isso vai ser negociado com que empresa ou com qual país.

Nas diretrizes nós colocamos algumas coisas para que os estados que já estão implantando façam uma reavaliação e passem a implantar o que de fato foi reivindicado pelas entidades e pelos territórios. Espero que agora o estado do Maranhão possa retomar a proposta a partir dessas diretrizes de salvaguarda e repartição dos benefícios.

e que isso seja apresentado de forma Clara e que seja consultado esse processo deve ser feito

Como o Ipam e os Agentes do Estado receberam a sua crítica?

uma das coisas que eu coloquei era a forma de como a gente já tinha conhecimento em relação à questão do Red. e como seria a participação das Comunidades inseridas no processo. aí eu trouxe para eles algumas questões por exemplo isso que a gente falava agora a pouco. como nós vamos discutir a nossa participação no dividendo no lucro do negócio. e uma das coisas que eu tinha colocado para eles era por exemplo como vai ser implantado isso esse projeto de rede nesses território embora seja do Estado quem está lá são os nossos. como vai ficar a nossa participação?

Agora eles dizem que a floresta em pé e eu vou deixar de fazer a minha roça e a Itinerante eu vou viver de que eu vou viver de crédito de carbono de recursos que vai chegar sabe se lá como.

Então essas foram algumas perguntas que nós ficamos sem resposta. Exatamente porque a gente precisava fazer esse debate.

eles falam que não é bem assim, mas a experiência que nós já vivenciamos é essa.

Então quer dizer que se vai ser uma política diferente nós precisamos saber como ela vai ser.

Nós não sabemos qual a diferença que o Estado do Maranhão está apresentando na implantação do Redd jurisdicional.

É muito simples o que nós queremos saber: Como será a participação das Comunidades tradicionais e quilombolas no Redd jurisdicional?

Impacto no modo de vida? Impasse entre preservação e modo de vida

É isso que é bem contraditório. Não somos nós que dizemos isso é o próprio estado que reconhece que a população tradicional indígena quilombola ribeirinhos somos os verdadeiros Guardiões da Floresta por isso que os nossos territórios estão preservados recentemente Saiu até um estudo internacional dizendo que as áreas de comunidades tradicionais são as mais preservadas inclusive mais do que as próprias unidades de conservação.

Então como é que nós temos um modo de vida secularmente o modo de vida que é a nossa roça que essas rochas itinerantes o pozinho para que outra vegetação se regenere para que nós possamos continuar fazendo as nossas roças. agora quando vem essa lógica de uma política de red que é desmatamento zero que nós temos que deixar de fazer as nossas roças Isso muda completamente o nosso modo de vida. e é isso que eu falei isso não significa a salvaguarda do nosso território. porque isso não salvaguarda as nossas vidas muito pelo contrário. vamos deixar de fazer aquilo que nós fizemos a vida inteira e esse modo de vida que preserva a floresta e nós temos essa relação harmônica nós entendemos como parte da natureza e por isso que a gente depende dela Isso significa que nós dependemos dela para tirar o nosso sustento Inclusive a garantia de renda e de dinheiro por isso que nós preservamos a floresta.

Se a política do Redd é desmatamento zero, como é que eu vou deixar de fazer a minha roça vou viver de quê.

não vai haver mais cultivo e algo que faz parte da nossa vida.

Isso significa deixar de produzir os nossos alimentos o milho, o arroz, o feijão e a mandioca Então é isso que me chama atenção.

Precisamos discutir uma política de Redi que dialogue com tudo isso. nessas diretrizes que nós trabalhamos agora na conarede Nós deixamos isso claro. nós fizemos questão de deixar claro que os nossos modos de vida devem ser mantidos. e não modificados por conta de um projeto de redd seja ele do mercado voluntário ou jurisdicional.

Significa que os nossos modos de vida devem ser preservados porque são eles que garantem aquilo que eles querem a floresta preservada.

e se não te dar parte da vegetação dentro do nosso sistema não vai haver produção de alimento.

Esse é um debate que a gente tem feito inclusive dentro da própria Cola Red nas discussões das diretrizes e temos focado muito nisso é o respeito às tradições e ao modo de vida das populações tradicionais.

Como você enxerga essa transformação da floresta em uma compensação?

Esse é outro debate importante. é o debate que eu tenho feito dentro da Conaq e com outros grupos que essa questão como é que nós vamos preservar enquanto os outros degradam e dar essa condição para o outro degradar.

São essas coisas que não aparecem de maneira clara nas propagandas que fazem sobre o REDD+. Eu particularmente acho que quem está degradando é que deve cumprir com o seu papel ou seja que deixe de degradar e que busca alternativas e não fazer com que eu mude o meu modo de vida para que o outro continue degradando e eu garantir essa desigualdade.

Nós temos que discutir a questão das mudanças climáticas que é para Além da questão da política de REDD+ e do mercado de carbono. e é muito nessa perspectiva de que a gente não pode ser a moeda de troca. a gente garante a preservação não porque é para o outro degradar mas é porque a gente entende que é algo que nós entendemos como parte de um processo. mas isso já tem uma outra conotação e que daria um outro rumo. que nós queremos é permanecer com o nosso modo de vida Mantendo as florestas preservadas e não garantir que o outro continue degradando.

Eu lembro que na Copa que eu fui do Egito e estávamos num debate sobre a financeirização da natureza. e nós dialogamos muito sobre isso. quem é que tem que receber.

e somos nós que menos recebemos. Há muita gente ganhando dinheiro com isso às nossas custas. Essas não adianta tapar o sol com a peneira tem que responsabilizar quem é o culpado de fato. Enquanto isso não acontecer, pode vir REDD+ pode ser o projeto que for que não vai resolver o problema.

As pressões sobre os recursos naturais também só aumentam. São mais pessoas vivendo na cidade. Então como vamos conseguir resolver essa questão Como é que vai resolver essa questão da redução das emissões que se prega nas cop.

Sem que os próprios responsáveis pelas emissões não busquem nenhuma medida efetiva para reduzir suas emissões.

Cooptação?

Pelo menos nos territórios quilombolas, no estado do Pará, por exemplo, onde a gente tem mais onde já teve casos, no Mato Grosso a gente não tem conhecimento. Mas no Pará houve um caso do REDD+ voluntário. teve relatos de cooptação. e na população indígena isso aconteceu muito. e nós estamos muito preocupado com isso por exemplo lá em Santarém nós tivemos uma reunião onde foi muito discutida essa questão. e lá há uma pressão muito grande, para os lados de Santarém, Óbidos, onde tem uma das áreas de grande extensão territorial uma das maiores áreas quilombolas no Boa Vista rimar que são áreas que são muito assediadas por essa questão do programa de REDD+ e uma das coisas que nós discutimos é essa ponto é uma questão muito difícil lidar com essa questão dos conflitos internos o que a gente tem feito o que nós temos dialogado, É nesse sentido de levar a informação, de outras experiências de outros exemplos que já aconteceram Isso é fundamental para que outras lideranças tenha conhecimento sobre esta questão, e que saiba a tomar as decisões corretas. Não que seja uma proibição de ter um projeto de REDD+ mas que seja tomada uma decisão com consciência e muito bem pensada.

Mas a questão da cooptação não é só nessa questão de REDD+ , é em qualquer empreendimento que vai afetar os nossos territórios. As pessoas tendem a fazer esse processo de manipulação de computação da liderança ou do presidente da associação levando vantagens individuais. essa situação é cotidiana

Seja qual for o empreendimento, uma rodovia, um linhão. Essa é a prática da cooptação de lideranças. Então essa é uma preocupação que nós temos mesmo de levar formação e informação principalmente para as lideranças de outros casos que já existiram.

informando por exemplo a importância de toda a comunidade estar envolvida. e sobretudo a questão da consulta prévia e Pública. Essa é uma das questões que nós procuramos trabalhar dentro da salvaguarda principalmente através da consulta a gente tem estimulada a questão da elaboração dos Protocolos de consultas ponto dos protocolos comunitários e autônomos de consulta porque nesse protocolo vai estar as diretrizes sobre como deve ser todo o procedimento da consulta e sempre em parceria com o MP.

[...] não que estão com seus territórios protegidos mas que vivem em situação de vulnerabilidade na maioria das vezes. E você chegar a oferecer vantagens individuais é muito difícil para uma liderança não querer que isso chegue para o seu território.

Oficina do Ipam?

Se teve alguém da Conaq. Não fui eu eu não tenho conhecimento desta reunião. também não conheço a cartilha. Nós participamos desse processo lá no início até pode ter alguém da Conaq ter participado mas eu duvido porque dentro da Conaq quem está acompanhando essa pauta aqui no Maranhão sou eu e eu não recebi convite nenhum E se alguém tivesse participado provavelmente eu saberia. E na verdade as pessoas participam por participar porque não há nenhum entendimento.

Eu concordo com isso é mais para dizer que está dialogando com a sociedade, mas na verdade não está.

Entrevista 3: Representantes da FETAEMA

não só sabendo, mas entendendo também que tem outros sujeitos que estão se apropriando e tal para contribuir para que a gente possa avançar, principalmente nos territórios com essa discussão. Exatamente. Bom, se vocês puderem fazer uma apresentação rápida, vou falar sobre o papel de vocês dentro da entidade e como vocês têm acompanhado como a questão ambiental é trabalhada dentro da FETAEMA.

Quer começar? Pode ser. Eu sou [...], sou assessor da federação da FETAEMA. E a política ambiental no Estado é muito complexa. Por quê? Porque nós temos muitos conflitos socioambientais. Então, em termos de política do governo do Estado com a Secretaria do que cuida especificamente do meio ambiente, nós temos algumas divergências com relação à sua atividade, à sua prática. E essa questão do clima, devido à instalação de grandes projetos de monoculturas, ele está sofrendo um impacto muito grande, até mesmo com mudanças de algumas práticas que os agricultores tinham. Aquele tipo do período certo das chuvas, tudo isso mudou um pouco, foi um pouco abalado. Então, nós estamos enfrentando agora uma situação que a gente está se adaptando ao clima. O Estado do Maranhão tem muitos recursos hídricos, mas mesmo assim o nosso clima está mudando.

O Maranhão está ficando. Mais quente, o Estado está ficando mais quente. O Maranhão já tem uma área que é de desertificação, fica na fronteira com o Piauí, mas, devido à instalação de grandes projetos, nós estamos perdendo áreas muito grandes do Cerrado. E isso, querendo ou não, impacta diretamente na questão hídrica, e também no modo de sobrevivência das famílias e no próprio clima. Também, então, a gente está começando a viver uma situação de preocupação, de um certo temor, porque o clima que a gente estava habituado, a gente já sabe que não tem mais. E as estações estão um pouco modificadas. E tudo isso impacta diretamente na agricultura familiar.

Especificamente sobre o REDD+, como é que vocês foram informados sobre isso? De que maneira isso chegou para a Fetaema?

Ela já vem há muito tempo na região da Amazônia, é uma política a querer ser discutida, discutida, discutida. E no governo passado, o IPAM, lá do Pará, que é o Instituto, ele talvez, num diálogo com o poder público do Flávio Dino, aí eles vieram para implementar essa questão da política do REDD+. Mas essa discussão do REDD+, ela não está muito internalizada assim em todos os aspectos da cultura familiar do Estado, entendeu? Por quê? Porque às vezes ela é vendida como uma política que é benéfica não é. Sim, por isso ela aparentemente, assim, aparentemente, ela vem para colaborar e vem para ajudar. Mas, às vezes, também a gente percebe que ela cria um certo controle, não é? Sobre toda aquela área onde ela vai ser instalada.

E que muitas das vezes, se a pessoa não se entender bem, ela pode perder até o controle do manejo da situação lá da produção mesmo dela, não é? Então, é um negócio assim complicado e que a gente ainda precisa discutir muito isso com os agricultores, para que eles entendam bem que aparentemente pode ser bom, mas talvez no final seja uma coisa um pouco mais complicada para eles. A FETAEMA. Já faz esse trabalho de informar, de fazer alguma informação, enfim, para informar os agricultores sobre essa política e como ela funciona. Essa política, como eu já disse antes, quando eu estava em uma outra

entidade, quando eu conheci ela no Amazonas, não é. Ela não era muito discutida. Só no governo do Flávio Dino é que, com o IPAM, eles começaram a querer colocar esse REDD+

Eu fiz alguns questionamentos lá para os técnicos, lá no IPAM, não é? E com a saída do Flávio Dino, a discussão do REDD+, ela pode até estar assim acontecendo, mas não está mais com aquela força que tinha. Porque o Brandão, ele não dá muito essa. Mas, em contrapartida, ele faz. Coisas um pouco mais pesadas que o REDD. Aí a gente está em uma situação um pouco mais complicada. Mas realmente não. Ainda assim, com a força que deveria ser, não.

E aí você falou do IPAM, não? Eu vi algumas matérias na internet de oficinas que o IPAM vem fazendo em parceria com a Sociedade Pop e que convidou várias entidades, não é? E a Fetaema é uma delas, mas aparece Aconeruq, que aparece Coiab, etc. Enfim, várias entidades representativas de populações indígenas tradicionais e agricultura familiar.

E aí eu queria saber como foi a participação. Como é que vocês viram?

E isso me parece que teve uma oficina que foi em abril deste ano sobre uma cartilha informativa sobre o REDD+ jurisdicional. Então, eu queria saber como foi a participação dessa oficina junto com o IPAM. Como é que vocês enxergam o IPAM dentro dessa articulação política? Foi, acho que, dia 29 de Pontinho. Nilvani, Nilvani é também a nossa diretora aqui da FETAEMA, na Secretaria de Finanças e Administração da Casa, e também é bom para receber vocês. Bom, aqui na FETAEMA, nós temos uma diretoria composta por dez diretores, né? E aí, dependendo dos eventos, vai aquele diretor que tem mais afinidade com aquela política, com aquela discussão. Eu, particularmente, não participei dessa oficina.

Mas, por essa articulação sendo da AMA, acredito que talvez pela questão de terra, território, a questão agrária pode ter sido ele. Então, particularmente não vou saber se já que é uma escuta sobre uma ação específica. Sim, então não consigo te criticar, como for, te dar nenhuma avaliação em relação à oficina. E em relação ao IPAM, Miguel, você tem algo? Porque assim, o IPAM eu vejo ele como ele é um instituto muito dinâmico. Ele tem várias ações, ele tem várias atividades, né? Mas, nós não, pelo menos assim, eu nunca participei de uma atividade de rede deles. Eles tiveram que formar reunião no ano passado, eles tiveram. Que no início do ano passado, eles conversaram, tá? Então, logo lá no início do ano. Mas, depois, nós não conversamos mais.

Eu, pelo menos, nunca participei de uma atividade deles. Tem algum diálogo mais permanente, mais alinhado para ampliar essa discussão a nível de Estado? Eu acredito que não possa ter fluído ainda, né? Acredito eu, né Miguel? Eles tinham um escritório em Chapadinha. Sim, em Chapadinha. Eu nunca entendi porque eles estavam em Chapadinha. Mas, eles têm um negócio lá em Chapadinha. Eu acho que na Amazônia tem em Belém, no Mato Grosso, né? E eles estão lá em Chapadinha. Chapadinha, não sei se é uma pesquisadora, é uma pessoa que representa aí, né? Isso é bom, dessa discussão do DEF. Sim, é porque o IPAM é muito presente nessa articulação entre os movimentos e algumas entidades, principalmente população indígena, né? E essas políticas, de quase todos os Estados da Amazônia Legal, a gente vê uma presença muito forte.

É importante entender como é que é essa dinâmica do papel de protagonismo mesmo de uma ONG à frente de uma política pública, né? E uma política pública que incide sobre os territórios que têm floresta, que é a população indígena tradicional e os assentamentos. E aí, pensando nessa questão do REDD+ particular, né? Do mercado voluntário RED. jurisdicional, ele tem uma diferença de escala que é importante. O REDD+ jurisdicional é uma contabilidade do carbono dentro da jurisdição do Estado, né? Então, eu queria saber se foi informado, se foi discutido com vocês como é que as áreas da agricultura familiar entraram nessa contabilidade. Se vocês têm esse conhecimento. A nossa discussão foi assim, foi superficial. Foi um diálogo assim que parecia que ia se estender. Foi uma espécie de apresentação. Eles vieram, se apresentaram, discutiram um pouco e tal. Mas essa discussão assim mais técnica não.

Não foi um pessoal do IPAM que estava trabalhando com o... Não, não, não, não. Não tem nada a ver com aquela agenda, não. É isso que eu tentei tentar, nós aqui, mas não é um assento. Foi uma reunião que a gente teve no início do ano passado, realmente, com os representantes que falaram. Mas foi assim uma espécie de apresentação em dizer o que é que eles estavam querendo fazer, mais ou menos esse aspecto, mais técnico. E foi falado sobre a comercialização de créditos à participação. Não, não. Também não. Não. Como é que vocês enxergam? Porque assim, é uma atividade que chama atenção, porque ela dá um outro sentido econômico para as áreas com floresta, para as áreas preservadas. E é um sentido de compensar.

Quem está emitindo lá no hemisfério norte compensar a emissão de um país ou de uma empresa que tem meta? Como é que a FETAEMA olha para esse novo sentido, para esse novo significado econômico que é atribuído à floresta como uma área de compensação? Se vocês já fizeram essa reflexão interna... Olha, a gente já trabalha com a cultura brasileira na perspectiva de uma visão geopolítica de preservação. A gente orienta para que todas as áreas que assentam a área de reclamada ou não têm as suas áreas de preservação. A gente não tem essa... Primeiro, que a gente não sabe se a participação agora é muito importante, não se interessa. Eu acho. De extrema necessidade, eu gostaria que, para ser mais justa, cada país cuidasse da sua preservação e conseguisse ter sua produção.

Eu sei que o olhar do Paraguai é interessante, mas às vezes está todo mundo globalmente poluindo, desmatando, impactando, e aí tem muito esse olhar para cá que, ao mesmo tempo que tem um lado bom, tem um lado que não é muito interessante. Mas vamos olhar para cá, para o recorte da agricultura familiar. É uma discussão importante, é muito interessante para a gente. Seria muito importante que o Estado brasileiro, que o Governo Estadual, abraçasse. Eu acho que é fundamental, enquanto um programa que isso fosse mais potencializado para nós enquanto sociedade civil, enquanto organização da categoria. A gente faz toda a nossa conscientização dos agricultores e empresários que ainda não têm esse olhar econômico, ainda à altura que a gente poderia ter de trabalhar essa questão de produzir de a partir dessa produção, dessa contribuição com o meio ambiente.

A gente também tem um resultado econômico que vai ficar bom. Eu acho que é muito interessante, mas a gente ainda não está, né, Miguel, de uma forma tão ampla, aprofundada aí no debate ou ampliando isso a nível de Estado. E isso eu digo com as pernas que a gente tem. com as condições que a gente tem hoje para a gente, enquanto

instituição, enquanto organização, fazer dessa forma. Seria muito interessante a gente ter a condição de fazer isso dialogar não só os movimentos sociais que constituem a os vários movimentos que existem no Maranhão, mas que a gente pudesse ter esse abraçar esse olhar de priorização, esse olhar de importância também do Estado, para que isso pudesse se mexer, ser potencializado, ser massificado. Eu acho que a gente precisa avançar ainda muito nisso.

Não sei como é que está a visão do MST, provavelmente já deve ter dado opinião para você ou se tem um olhar no meu ponto. De a gente precisa ser muito trabalhado ainda no Maranhão, né, Miguel? Muito, muito, muito, muito. É uma coisa que é uma técnica, né, que o avião tem que não só pelo lado comercial, né, porque se ele começar a olhar só pelo lado comercial, ele vai perder aquele lado ambiental, que é o melhor que tem os dois juntos, né? Então, ele precisa também entender que tem regras para isso, tem algumas regras. Tem empresas que são especialistas, tem as leis, tem a venda na bolsa, esse negócio todo. Então, o agricultor tem que entender tudo isso para ver que pode oscilar, pode aumentar o lucro dele e a responsabilidade dele também, não só econômica, mas.

também é saudável para todo mundo, né? Porque todo mundo vai se beneficiar com isso. Eu acredito que é uma política muito interessante, né? Que nós ainda não trabalhamos. Estou falando aqui. Nós não trabalhamos ainda, mas tem aqui na academia mesmo, tem várias pessoas aqui na academia que já discutem isso, tem grupos, tem empresas e tudo. Às vezes a gente fica com medo, porque o sujeito principal da história talvez não tenha acúmulo e muita informação, ele não entende todo o E como se trata dessa prática, seria interessante que ele entendesse o processo todo, porque aí a gente vai se ver dentro de uma condição que ele fez uma coisa. Boa que é interessante e que ele está vendendo um produto que vai beneficiar várias pessoas.

Apesar de a gente saber que tem empresas que vão pagar porque estão fazendo alguma coisa ruim em outro local. Exato. É um tipo de compensação que não é bom para ninguém. Mas, já que tem essa compensação e isso garante um pouco da floresta em pé, é interessante porque tem outros que querem só derrubar. Nessa questão que você diz assim, é preciso que os agricultores entendam como funciona, mas assim, é bem técnico para o agricultor entender, é burocrático. É abstrato, né? Muito, muito. Como é que você vai explicar hoje o que nós fazemos? É que eu disse. A nossa produção de forma sustentável com base agroecológica, preservando as reservas, a gente já faz isso instintivamente, naturalmente, culturalmente. A gente já faz isso.

A gente não tem esse olhar dessa produção de carbono, que é algo que não é visível a olho nu para nós agricultores. A gente não faz o nosso esforço de manter a floresta em pé, pensando no retorno econômico dessa sequência de carbono, mas a gente já vem fazendo. É o que eu digo: enquanto tem tanta gente se matando, poluindo, degradando o meio ambiente e depois quer compensar isso, olhando para cá, para o Brasil, para a Amazônia. E aí, olhando para esse idioma, parece. Que é algo legal, mas o bom é que não precisasse. Mas tudo bem, existe. Agora, é complexo demais para o agricultor entender tudo isso. Entender é mais um bem, além da gente manter os nossos babaquais, que também produz os nossos bacurizeiros, que além de ter aquela riqueza que é o bacuri, a lindeza que é olhar para uma árvore daquela, a gente já tem tudo isso.

Mas como é que você vai explicar para o agricultor que, além disso, ele tem que estar adequado? Aí existe a questão também da reprodução circundiária, tem as terras, tem a parte burocrática, tem o documento para poder ser adequado. E além dessas partes, como é que o agricultor vai ter consciência? Do quanto está gerando de como organizar para quem vender o que tem para vender? Oscilação de bolsa, não sei o que. E se não tiver, não é só uma conscientização, é uma capacitação e um acompanhamento, um suporte mais técnico. Porque se não, ainda que exista, existem várias centenas de agricultores e agricultoras que têm condição de estarem dentro do programa dessa política, mas não têm condição, não se enxerga algo distante, algo abstrato. E acho que isso é um empecilho muito grande.

Não é acessível hoje, se o governo não assume. Não é acessível ter uma equipe técnica para se organizar essa demanda, para se organizar esses agricultores. Para fazer com que o agricultor, pelo menos em pequenos blocos, a partir da experiência de pilotos, ele deu certo. Além daquilo tudo que eu já faço, eu ainda consigo vender esse carbono. Então, além de não existir um suporte com pequeno grupo, não existe nada também a nível mais amplo, a nível de Estado. Então, eu vejo que é algo bem desafiador. É super interessante, super interessante, uma vez que existe para compensação. É interessante que se trabalhe, mas com a agricultura é muito complexo. E para a gente, com a organização, também não é fácil. Embora a gente seja uma organização, uma federação muito comprometida com todas as questões.

ambientais com as mudanças climáticas, com os impactos dessas mudanças climáticas. Com tudo isso, a gente não tem condição, a gente não tem permissão de fazer todo esse trabalho, que é de apropriar, de empoderar o agricultor a agricultora, de poder entender isso naquilo que precisa ser entendido, compreendido para ser acessado. Nós somos diretores dessa federação porque nós somos agricultores e agricultoras. Nós não temos uma formação técnica aqui, não somos só nós, agricultores mesmo. Senão, não estaremos aqui neste papel de apresentação. O corpo técnico que a gente tem hoje da federação está todinho na frente de vocês. Um excelente corpo técnico, muito bacana, bem empoderado, mas a gente não tem essa condição de fazer esse trabalho à altura do que é necessário. Então, eu queria fazer esse recorte, porque parece algo simples de ser entendido, mas não é.

[...] com dificuldade de acessar tecnologia, com dificuldade de compreensão técnica, com várias limitações que existem. Então, pode ter um potencial, pode até ter um interesse, mas aí, sem o suporte, sem o acompanhamento, meu potencial, meu interesse, eu fico aqui. E vocês enxergam algum risco, por exemplo, para algum assentamento, para alguma comunidade de agricultura? familiar. Esse fato que você acabou de falar, que é importante se atentar, tem a própria dificuldade do assunto em si, que é super técnico e abstrato. Aí tem a falta, às vezes, de informação para saber como os territórios vão ser inseridos, que tipo de risco talvez que vocês enxerguem. Eu estou perguntando isso porque, por exemplo, nas terras indígenas, principalmente no Pará, em reserva extrativista, também tem algumas situações de cooptação de lideranças.

E aí, como resultado disso, você tem a quebra da coesão social, da gera-se conflito interno onde antes não existia. Então, se vocês já fizeram alguma discussão interna sobre isso. Algumas vezes que a gente foi conversar, orientar sobre isso e as boas iniciativas que teve

em relação a isso, a primeira uma desconfiança, né, [...] E a primeira coisa que existe é a desconfiança das pessoas que a gente orienta, que a gente indica, para que possam estar se organizando para acessar e se existir, se é real, se acontece. Para nós, em si, não tem nenhum problema. O que pode acontecer em algumas situações é de ter áreas de agrários socioambientais que têm bastante potencial, mas são áreas que estão em conflito, porque têm fazendeiros dizendo que são donos, têm agricultores que estão lá historicamente há décadas e mais.

Décadas, há mais de duas gerações, que seja em território quilombola, que seja em áreas tradicionais. E aí, na hora que vai se organizar a comunidade, tem-se o risco de ter ainda uma disputa maior por também se olhar o impacto financeiro. E aí, claro que quem está grilando, ou que seja fazendeiro, ou que seja produtor de qualquer monocultura, tem esse tipo de atrito. Então, tem as questões que, no Maranhão, eu acho que ainda está, né, Miguel, em segundo lugar em maior número de conflitos agrários socioambientais. Então, isso já traz para ti um recorte de que aqui nós temos muitas áreas que é difícil devido a essa situação. Eu acredito que. Isso é um dos pontos que a gente pode ter dificuldade, mais do que no Maranhão, né?

Mas tirando isso, eu acredito que toda a comunidade, a nossa categoria de trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares, entendendo que é uma política positiva, que é importante, e que isso só vai ser mais uma motivar o agricultor ainda mais, cuidando dessas reservas da floresta em pé, é positivo, é positivo. O único recorte que não sou eu que todo mundo ainda acha assim é que, ainda assim, é como sabe, eu queria que existisse um programa político como é que eu posso estar usando o nome errado. Essa é a compensação da questão do carbono. Miguel, essa específica. Acho que é um programa. É um programa para não usar a palavra errada. Esse programa, um programa desse, ele deveria existir e ter um próprio, não só porque tem outros países destruindo para lá e tem que mirar para cá, porque tem que compensar aqui.

Eu acho que isso deveria ser uma coisa que não dependesse, sabe? Deveria ser uma visão de que todos os Estados tivessem que ter algum tipo de incentivo para cuidar do seu território, para cuidar do seu país, para a gente não ser olhado também só como uma válvula de escape. Eu não sei se eu estou me entendendo, sabe? Porque ao mesmo tempo que ele é algo positivo, ele é só mais um. Jeitinho de que destrua lá. A gente vai achar uma outra forma de onde já tem alguma coisa, alguma floresta em pé. A gente agrada eles e aí eles continuam morrendo lá e a gente desgranha aqui, e o de lá se sobressai que a gente está destruindo aqui.

Isso é ruim porque quando a gente olha para os efeitos globais, o que é causador de impacto para tudo o que a gente está sofrendo. A gente culturalmente sabe o tempo de plantar, sabe o tempo da chuva, sabia quando o inverno ia ser farta, quando a produção ia ser farta, quando o inverno ia ser farta. Hoje em dia a gente não sabe mais. Então isso parece que enquanto houver esse tipo de jeitinho, alguns. Países vão se dar ao luxo de fazer o que querem. Então, eu faço esse olhar do meu ponto de não conhecimento técnico acadêmico enquanto agricultora. Enquanto eu vou fazer esse jeitinho, eu acho que quem for mais capitalista, [...] vai continuar fazendo o pior, porque de algum jeitinho tem alguém que vai ser compensado um pouquinho a mais para poder ser usado como desculpa aqui.

Entendeu? Então, assim, é muito do meu lugar de fala mesmo. Não sei se você está me seguindo também. Então, eu queria que houvesse isso, mas não só por esse olhar. Talvez se a gente tivesse isso, mas como, sei lá, um olhar mais positivo, porque para mim eu até vejo. Eu até enxergo esse programa com esse recorte negativo. Eu enxergo de qualquer forma, embora seja uma compensação. Mas a gente sabe por que é uma compensação. Então, ainda tem o que é negativo, sabe? Ele tem esse que é negativo, que para mim é caro, pesa, né? Mas, em resumo, uma vez, infelizmente, de compensação, é interessante ser potencializado, ser abraçado. Eu acho que deveria ser muito mais abraçado pelo Estado brasileiro, inclusive deveria ser condicionado algumas políticas públicas, né?

Tem tantas políticas públicas que os governos estaduais têm interesse, mas, para isso, eles precisam potencializar outras coisas que dialogam. Né? Então, essa questão ambiental, infelizmente, não parece ser uma prioridade, né? Não parece, mas acho que não é. A gente sente isso na pele todo dia. Enquanto não for uma prioridade, é muito ruim, porque os loucos e as loucas que tentam fazer a sua parte são criticados. Que tentam conscientizar, são criticados, né? São chatos, né? E tem, muitas das vezes, que contra a briga virar algo ser marcado, ser ameaçado. Você faz todo esse trabalho de orientar as comunidades, os agricultores e as agricultoras, onde temos que conscientizar, tem tantos outros para anunciar, para assediar financeiramente, para dizer que tem outros meios que tu.

Tem mais abertura, que é melhor aproveitar qualquer tipo de indecisão para desmatar, reingressar, matar dentro, ganhar ou economia de outra forma. Então, para a gente, é um trabalho largo, mas a gente precisaria que o governo abraçasse para se fortalecer. É um ponto de vista muito particular também, não sei se não posso nem dizer que é uma visão, que é mais um desabafo. A minha fala, eu sei que, enquanto institucional, é bem na linha. Mas uma outra palavra que eu possa ter usado é pessoal. É particular, tá bom? Agora, se nós entendermos que tem alguns aspectos dessa política do REDD+, ela tira os direitos que as pessoas têm sobre a área. Sobre o território, aí é ruim isso, mas quando o sujeito é amparado por uma política pública discutida, tomará que o PSA possa realmente rodar esse pagamento com serviços ambientais e possa rodar de uma forma mais eficiente.

Aí se torna uma coisa que ajuda, ajuda, e o sujeito fica mais amparado. Mas ajuda porque se for dentro de uma visão que algumas práticas do REDD+ têm, é muito perigoso ele perder a autonomia dele lá dentro do território. Aí vira uma coisa ruim. Sim, minha pergunta é muito nesse sentido, porque tem situações, por exemplo, de terras griladas que estão em áreas da União, por exemplo, e aí eu estou pensando mais no Pará. Que algumas empresas compraram essas áreas e instalaram um projeto de REDD+. Então, parece que dá uma roupagem ali, que ali você tem uma atividade que é benéfica. Não é aquele grilo que vai desmatar aquela coisa, aquele padrão que a gente E isso pode reforçar, por exemplo, o domínio de território. Você pode acentuar conflitos, dificultar processos de direitos territoriais. Nesse sentido, bom, você queria falar mais alguma coisa?

A gente está observando alguma fala, sei lá, se colocando nesse território, e aí a política não é executada, não é trabalhada dentro do nosso Estado. E aí a gente olha para o Brasil, principalmente para a nossa região ao nordeste, que é uma região muito mais cheia de vegetação e também muita concentração de poder da grilagem. Então, a gente tem muito. Quando você fala, você traz essa pergunta e aí eu vou para a área dos territórios, eu vou para a área dos quilombos, eu vou para a área de conservação e preservação ambiental,

que mesmo com tudo isso, nós ainda temos muita área que ela precisaria, e se tivesse um beneficiamento de uma política dessa, ela seria interessante. E é interessante como o Benjamin já trouxe: precisaríamos conhecer para que elas pudessem ter uma política de beneficiamento para o nosso solo, para a nossa produção.

para a nossa forma de conservação da agricultura familiar porque, quando você tem uma forma mais conservada, você tem uma produção diferenciada. Eu digo isso na região que eu moro, que é a região da Baixada. A gente tem uma área que é muito bem conservada e que houve a grilagem, houve a grande devastação e que a gente tinha uma conservação ambiental muito boa. E, quando você vem para esses níveis, a gente termina perdendo um universo muito grande. Mas, ao redor, a gente observa que tem muitas áreas quilombolas, tem áreas que são riquíssimas, que produzem e estão no isolamento, estão no esquecimento da política de fortalecimento. Do governo, e aí eu não falo só do Maranhão, eu falo no sentido geral porque a gente precisa trabalhar muito, ou seja, mundialmente. É um tema que ainda vai ser muito crescido, debatido e feitas muitas análises científicas. Como é que a gente vai avançar e ter um meio ambiente conservado? Eu falo isso em função da necessidade. A gente tem a necessidade, o Maranhão, e a Lígia, a nossa secretária de política agrícola, onde acompanha muitas políticas de fortalecimento da agricultura familiar, mas também o desafio da agricultura familiar. E a gente consegue perceber que tem lugar onde a agricultura familiar é desenvolvida ainda. Tecnicamente, na forma muito cultural ambiental.

Sim. Ah, você só queria? Não é? Sim, é. Eu ia pensando aqui, né, essa dicotomia entre agricultura familiar e agronegócio. Sim, pelo que eu tenho acompanhado, o agronegócio tem se aproveitado muito mais dessas políticas e das inovações que vêm na esteira dessas políticas de mudança climática, né? Tanto do ponto de vista da geração de energia, né, e até pensando no estoque de... Então, não sei se vocês acompanharam, tem até um selo da Embrapa do gado carbono zero, alguma coisa assim, que tem estudos que mostram que o pasto fixa carbono. E, claro, uma atividade que a gente sabe que é altamente. Emissora de gás de efeito estufa que é a pecuária, né? Enfim, mas eles têm se aproveitado dessas inovações, né? E a agricultura familiar, eu vejo, está mais tímida, né?

Nesse sentido, agora, por outro lado, eu estou perguntando isso porque eu li recentemente um artigo que demonstra que quanto mais diversa for a agricultura, que é a característica da agricultura familiar, mais capacidade de fixação de carbono tem. É isso. Quando você olha, quando você olha esse território amazônico, nosso, aí você vê por que que o agronegócio se apropria mais. O agronegócio, ele, por várias questões políticas, dependendo da conjuntura, por financiamento. Da política também, né? Por alinhamento político, pela própria abrangência técnica, pela força de capital que eles têm, eles conseguem. O que é misturado pra nós não é pra eles. Não é pra eles se apropriarem de nada. Acho que é bem conveniente, porque você vê o discurso de como é a criação de gado zero, gado carbono zero.

Eu acho que é isso. Aí vem o discurso de gado carbono zero, onde eles não respeitam nenhum tipo de distanciamento. Se tu for olhar aqui no Maranhão, onde tem o Babaçu, onde qualquer outra área que eles poderiam ter qualquer outro tipo de árvore nativa ou frutífera, que também são nativas, para consorciar com o cartão verde. Então, é mais uma maquiagem. Do meu ponto de vista, eu sou só uma agricultora falando. Mas tem coisas que

estão na cara que não colam, né? Está na cara que não cola, mais interessa quem? Certas horas, certo discurso, certa narrativa colar, passar. Porque, no meu ponto de vista, isso não cola. Você olha para produção de uma agricultura, a gente está aqui no Maranhão, onde é mais um dos estados de fronteira, mais um dos estados impactados pelo Matopiba.

E aí você vê vários territórios aqui que eram de mata preservada, de áreas que estavam na mão dos agricultores. E, enquanto abre o negócio, ele chega assediando financeiramente, expulsando a base de peneiro, expulsando a base de truculência, de violência, de mão armada. E aí, você vê hoje determinadas áreas que eram cheias de pequi, que eram cheias de macabu, que eram cheias de babaçu. E você vê a soja, do meu ponto de vista, que você vê o pasto, do meu livro. E aí, tantos conflitos, tantas sequelas, tanta coisa assim:

produção diversificada, consorciada, um sistema de produção sustentável. E você vê a monocultura chegar e se instalar de uma forma totalmente a olho nu, visível, gritante. Você vê a diferença de um sistema de produção, de uma forma de produzir para outra, a organização social que tinha ali, a cultural. Então, até hora que dá pra se armar uma certa revolta, tem que incluir certas coisas que, pra mim, não deveriam colar, sabe? Tudo isso acontece pela falta de informação, não é? A gente cria tanta política pública interessante, isso, mas o sujeito não tem o conhecimento e não sabe como acessar nem como aquilo funciona, e é o que foi feito pra ele. E acaba que outros vêm e se aproveitam daquilo porque têm informação, têm o conhecimento.

Então, nós estamos numa me perdoe, é que sempre me incomoda quando parece que tá tão fácil pra esse aqui pegar, só basta ele se apropriar. Aí, quando ele não se apropriou, chegou e pegou. Acontece que ele não consegue se apropriar. São tantos fatores que dificultam o empoderamento desses coitados aqui, e tem a hora que a gente, às vezes, assim, não é assim, sabe? É o sofrimento da gente, às vezes parece que não se apropriou. Não é uma falta de interesse, não é um querer, é não ter as condições, é não ter um cenário, é não ter ninguém que queira facilitar a sua vida, é não ter uma capacitação. Não existe, parece que não tem pessoas. Sabe? Eu chego em uma comunidade super parada, a gente faz a única possibilidade que E aí parece assim: olha, você viu que tudo já existe?

Tá vendo? O que está acontecendo com o povo? Tem tantas barreiras que impedem isso. O que? Impede. O que impede? O que impede? E aí, quem realmente acaba se apropriando, parece que muitas vezes até tem interesse. Não é tão necessário. Olha, a política pública ela deveria ser, deveria ter a sua origem na necessidade do sujeito. Aqui no Brasil é o contrário. O governo vê a necessidade e faz a política,[...] mas ele não consegue fazer com que o sujeito se aproprie dela. Não é? A gente tem um cronofiso. Não cria as condições para a política chegar lá na base beneficiar aquele debate. Não. A política até chegou, mas se eu não sei pra que serve aquela política e eu não demandei, eu não briguei por ela, eu não conquistei.

Eu não dou valor àquilo. Eu não entendo. Eu não sei o que é aquilo. Fica um negócio muito complexo. Nós temos o cronofiso, mas nós não temos assistência técnica. O dinheiro está no banco, mas é muito pouco acessado. Aí fica um paradoxo, fica um negócio de samba do crioulo doido. Por quê? Porque o dinheiro está lá, o agricultor precisa, mas não sabe ou não tem todas as condições necessárias para acessar. Não tem orientação técnica. Aí fica uma loucura isso. Aí o dinheiro não quer. As pessoas não querem trabalhar com ela. Não é por

aí, entendeu? Essa é a Então as informações a gente precisa ter noção. Por isso que eu digo: o agricultor precisa entender. Um pouco da política do carbono. Porque senão ele vai se tornar vítima dessa política com empresários que têm uma visão totalmente distorcida da coisa.

Ele não vai entender como é que é mensurada essa quantidade, ele não vai entender como é que é feita essa venda, entendeu? Eu não quero que ele faça isso, mas que ele entenda minimamente a para não ser explorado, para não ser roubado, para não ser enganado. E que ele também tenha a sua autonomia de dizer não, eu não quero mais, não, eu quero continuar. Porque em alguns momentos do rádio tem um monte de conflitos com a Justiça. E no caso do jurisdicional como é uma contabilidade do e pelo. Fato de não estar claro como os territórios vão ser inseridos vai ser uma imposição a um assentamento ou um território específico. Vai ter essa escolha de decidir se vai. Mas vocês veem caminhos para isso? Para esse esclarecimento, para esse diálogo?

Como fazer isso? Como superar esse desafio? Olha, isso vai ser. Eu tenho um programa que eu assisto, é Tiro Porrada e Bomba. É mais ou menos assim: vai ser do Tiro Porrada e Bomba. Sabe por quê? Porque o governo, quando a gente vê uma política do poder público, ele pode até ter a melhor das intenções, mas na hora da prática de fazer, sempre distorce. Sempre fica um negócio complicado. Sempre tem. Uns probleminhas. Agora, eu acredito que vai ser necessária uma mobilização social, uma mobilização das entidades, para que a gente consiga pelo menos difundir essas informações, procurar discutir isso. Porque aqui no Brasil tudo está sendo resolvido quase pelo poder judiciário e, às vezes, você tem muita dificuldade com o judiciário, porque têm judiciário para tudo.

Eu acredito que a gente vai ser forçado a discutir isso de uma forma mais eficiente na frente. Mas, para isso, tem que ser uma coisa que a sociedade esteja demandando realmente, que queira discutir isso. Porque se não, o IPAM vem, faz o trabalho dele do jeito que ele quer do jeito dele e depois fica a bomba aí para se tirar uma coisa que está dentro de um arcabouço legal. Aí é que é mais complicado ainda, né? Quando uma coisa é feita dentro de um arcabouço legal. Sim. Como é que você vai quebrar isso? Eu, assim, olhando para o Saber Nova e o que eu traço, que a gente precisa fazer isso, eu sou de um quilômetro, sou de uma área de quilômetro. Nós temos um território um pouquinho grande, né?

No sentido de povos, né? Não tanto concentração de área para trabalho, mas de povos, sabe? E quando a gente fala isso, eu vejo que a gente precisa ter uma incidência muito mais forte nesse debate. Como é que nós faríamos isso? Como é que a gente vê esse caminho? Pergunta, né? Eu vejo que as organizações precisam abraçar isso com muita certeza de que não é uma questão só da política. Ela é uma questão de sobrevivência para os nossos povos, para o nosso ramo da agricultura familiar, porque a agricultura familiar não é agropecuária 100. Ela tem a agropecuária muito nativa, que é a um ou outro dentro dos assentamentos que constrói isso, mas ela é uma política de sobrevivência para o que nós passamos a viver em campo.

Se nós não abraçarmos isso, as organizações, as entidades, os movimentos... isso vai ser só na base da porrada. Não é um tema e uma necessidade para. Nós que vivemos no campo e para nós que somos da agricultura familiar, porque o empresariado não está

preocupado. Ele só se preocuparia se ele tivesse uma boa reserva para vender, para que economicamente viesse para isso. Para nós, não. Para nós é sobrevivência e é uma questão de permanência com o povo no campo. Eu olho muito, eu estou falando no sentido de agricultura familiar, com esse campo que nós atuamos. A federação tem uma capilaridade muito grande de chegar nesses espaços com essa abertura de diálogo que nós temos, das pessoas compreenderem que é necessário a gente ter isso. E aí eu não diria que nós precisaríamos ter.

Grandes quantidades, para começar, a gente precisa começar das pequenas quantidades para a gente chegar a um tamanho de grande quantidade. Juntando a tudo isso, porque quando você vai botando isso no papel ou juntando isso nos espaços que você está, a gente vai ter uma conservação maior, a gente vai ter uma conscientização maior, a gente vai ter um público maior. Porque eu posso não cumprir ideia, mas se eu chegar mais lá na frente, já estou entendendo, já vou conseguir cumprir ideia. Então eu penso que é um desafio, mas o movimento social, e aí eu digo muito isso, nós no Estado, não falo do governo, falo de modo movimento, e aí são vários movimentos aqui que a gente consegue abraçar isso. Mas, para abraçar, a gente precisa também ter esse conhecimento.

Eu acho que as capacitações, as formações, entender isso como é que funciona economicamente, como também politicamente para aquelas famílias. Eu acho que é isso. Eu vejo que é necessário que a gente tenha essa abertura. Vamos conseguir rapidamente. E aí aqui já pode se pronunciar, mas eu tenho visto muito. Nós temos trabalhado, o nosso secretário agrário, na época, ele sempre dizia assim: e hoje a Lídia que acompanha, não dá para trabalhar produção, não dá para trabalhar desapropriação se você não trabalha o meio. ambiente não dá para você ficar numa política de conservação se você também não pode ter uma. Você produz sua produção, então tem que consorciar. E isso é uma coisa que eu acho que é menos entendida. Eu acredito que é nessa linha da incidência com mais frequência.

Conhecer, porque aí nosso povo da base, nosso povo não tem essa curiosidade de buscar esse entendimento da política. E aí, nós aqui, eu sou agricultora, então nosso corpo técnico é gigantesco, mas tem hora que a gente precisa buscar esse conhecimento que às vezes a gente não tem. E isso é uma necessidade. A nossa presidenta da casa, que é uma jovem, que é quebradeira de coco. Ela sempre disse assim: nós precisamos conhecer, nós precisamos ler, nós precisamos buscar esse conhecimento até para a gente ajudar as nossas outras pessoas. E a gente tem feito isso, tem buscado muito esse conhecimento de causa, porque se você não tem, você não fala. Uma coisa é contar uma história, uma coisa é eu viver uma história e relatar essa história.

Então, o tema é super interessante; nós temos essa capilaridade, nós temos essa capacidade e, acima de tudo, nós também temos o interesse de nos envolver nessa política, porque se é uma política que ela economicamente pode influenciar na vida das pessoas, ou para bem ou para mal, porque alguém vai querer se dar bem dentro dessas políticas. O agricultor é a pessoa que tá ali com um porte de conhecimento bem reduzido. Como vocês falaram muito anteriormente, não é todo mundo que conhece. É muito abstrato, não existe sentido. E aí eu penso que a gente precisa levar nessa linha. É uma linguagem muito técnica e, aí, pra nós que somos agricultores, que estamos aí buscando esse entendimento,

é muito técnico. Mas também não é formação das lideranças, formação das organizações, formação dos agricultores.

Eles precisam ser como se fosse uma vida contínua pra eles, porque, daqui pra frente, a gente tem que trabalhar. Com isso, a preservação da água, se nós não tivermos um consentimento pra preservar a água, as nossas fontes, tudo isso gera um carvão e não vai ter uma preservação, não vai ter. Então, eu penso nessa linha. A gente, de acordo com as nossas pernas e as nossas condições, já fez essa conscientização das práticas agroecológicas, mas pra além disso, já que você falou alternativas pra facilitar que seja melhor trabalhado esse programa. Eu acho que se houvesse uma ampla divulgação, uma conscientização da importância de se manter a floresta e de uma cada vez mais a produção de alimentos de forma sustentável, da importância do sistema. Agroflorestal que tem que ser incorporado cada vez mais.

Se houvesse também o olhar do governo, o olhar do Estado mais valoroso, para que a gente também pudesse certificar esses produtos que a gente tem hoje nas florestas. A gente tem que ser ativista com o grupo da açúcar, com a correta, com o consentimento. Eu acho que poderia ser muito mais. Eu acho que a gente tem várias cadeias ali: o baturi, o pequi, tantos outros produtos, o açaí que entra no Maranhão, e a Jussara, tanto que infelizmente não tem uma certificação, não tem uma valorização. E cada vez mais que a gente já fez isso, que poderia ser certificado

tanto esforço, mas se também potencializar esses seria muito importante. Nós desejamos e lutamos muito para desenvolver tantas comunidades remotas e saudáveis. Para isso, seria muito interessante essa integração das organizações, dos movimentos sociais, das organizações não governamentais. Mas também haveria, de alguma maneira, que a gente pudesse estar também fazendo. Porque o governo, além de ter esse olhar desde a conscientização da própria divulgação do programa, esse programa é pouco divulgado, ele é muito desconhecido, ele é muito complexo. Por isso que, até muitas das vezes, quando chega em algum município, em alguma área que. Se vai falar, há uma desconfiança muito grande. Se isso é geral, se vai acontecer, se é bom, se não é. Então, você vê que o básico, que é o básico, poderia se tornar mais fácil. A compreensão, o empoderamento é a divulgação.

E a gente às vezes até pode ter a boa vontade de fazer uma divulgação, mas muitas das vezes, dependendo da organização, tem as limitações de não ter a perna para fazer da forma adequada. Também, às vezes, eu posso muito bem querer fazer e eu não ter limitações que me possibilitam tecnicamente de tirar as dúvidas todas as dúvidas ou organizar até que isso chegue no momento de ter o resultado final, um programa assim trabalhado. Como um todo, então, eu acho que primeiro considerar e concordar que é importante que a gente abrace, que a gente possa sensibilizar, fazer essa divulgação da maneira que a gente puder. Mas essa divulgação tem que ser criada, essa conscientização tem que ser criada. A gente tem que trabalhar cada vez mais a consciência ambiental, a produção de alimentos saudáveis de forma sustentável.

E, para isso, eu sei que a gente vai esbarrar em vários entraves, várias dificuldades, mas eu acho que não deve faltar fé e resiliência. Fé e resiliência são as palavras que vão nos manter no mar para fazer, mas eu acho que é possível. Depende do que tem vontade.

Vontade política, vontade de fazer trabalho feminino, vontade feminina, mas é preciso que tenha essas condições, que a gente também leve para lá essa informação da melhor maneira possível, o mais qualificada possível para quem está lá, preservando. E eu acredito que o maior público interessado, o principal público, deveria ser o público da cultura familiar, não tanto como os produtores de monocultura, não do agronegócio. Eu acho que quando se cria um projeto, ele é muito bom, mas quando você vê que está sendo distorcido, desvirtuado, ele deixa de ser tão bom, ele deixa de ser inclusivo.

E aí acaba que fica concentrado na mão de poucos que vão continuar aproveitando essas estruturas e guarda-chuvas para fazer marcação e a gente deixe de potencializar um número muito maior de pessoas que estão produzindo uma diversidade muito maior de produtos que estão inseridos em vários fatores em comunidades. Então, tem todo esse contexto da terra cultural e realmente da produção diariamente saudável, dessa diversificação, dessa diversidade de produtos que têm que ser produzidos para garantir a segurança alimentar. Isso tem uma última questão que eu estou me esquecendo de perguntar, que ela é importante para falar essa dificuldade. Como o é divulgado, vem sendo estruturado. A Mapa, que está à frente, lançou um edital para que as empresas concordassem, para que elas tocassem o programa. É uma empresa de São Paulo chamada Future Carbon que ganhou este edital.

Inclusive, teve uma controvérsia, mas enfim, essa empresa que está à frente. Como é que vocês enxergam essa [...] de uma especializada nesse mercado de carbono estar à frente de um programa de um REDD+ Jurisdicional, ou seja, que é um programa público? Que menino, como é assim! Eu deixei essa para o. É extremamente complexo, é uma situação muito difícil. Eu acho que agora a sociedade está ouvindo essa discussão. Um pouco de ficar falando de soberania de patrimônio, essas coisas. É muito complicado como, às vezes, pode parecer uma raposa tomando conta do galinheiro. Aí é complicado demais. É uma situação que é ainda mais complicada quando, como a gente já vem dizendo antes, as pessoas precisam ter um melhor sobre essa política, saber como funcionam as formas. E, olhando um pouco da história, é muito comum que, às vezes, essas empresas tenham um poder tão grande que vêm muito empoderadas e que, numa ambição sem limites, possam destruir o patrimônio, tanto o cultural quanto o ambiental, quanto o próprio.

Então, realmente, é uma situação difícil; isso requer. Uma pré-condição para que a sociedade possa resistir. E eu acho que talvez gere algumas complicações; talvez vá gerar algumas complicações, porque como é uma empresa privada e ela tem que ter alguns resultados, se não tiver resultados, é muito complicado. Aqui no Maranhão, atualmente, a gente está começando a reviver uma situação da década de 80, um pouco da década de 70, ainda mais agora com o advento da direita no cenário político nacional. Os embates com o jagunço já são corriqueiros aqui no Maranhão. Isso é uma situação difícil, e uma empresa que tem um contrato que tem um interesse ele não vai se deter por pouca coisa; ele vai usar todos os meios possíveis para atingir o seu objetivo.

Eu acho que a gente vai precisar se unir mais, discutir mais e melhorar, e se preparar um pouco para os embates que talvez vão vir com mais força. E o clima está mudando. A gente mora numa bola e, se está ruim de um lado, daqui a pouco fica ruim de outro também. E se a situação não estiver preparada, quem não tiver conhecimento sobre a situação, vai sofrer muito. Bom, primeiro, eu acho que o próprio empreendedor não teve a ideia da abertura

para isso. Não sei nem se essa foi a colocação, mas o que eu acho eu acho que eu disse nas palavras que eu sei que não têm a ver com o cenário político. Uma empresa como muitas dessas aí no mercado que está muito focada no lucro muitas vezes não está olhando para o social, não está preocupada com o desenvolvimento das comunidades.

A compreensão do fato de direito do principal sujeito, o produtor, o agricultor, e quando não se faz de uma forma justa, transparente e qualificada, deixa margens para desvio de finalidade. Deixa margens para onde às vezes o lucro está à frente e o objetivo maior, que é a preservação, que é essa preservação da biodiversidade. E a gente, quando a gente está lá nas nossas rochas, nos nossos territórios, o quanto é gostoso a gente estar perto da placência. dos nossos rios, dos nossos riachos, estar produzindo, estar naquela sombra,

aquele, dependendo do olhar dessa empresa, do interesse desse tipo de empresa que está à frente do projeto. A gente vai passar para aquele lado do bairro. Será que o público procurado, trabalhado, vai ser considerando esse local, esse sujeito? Ou será que a gente pode perder o controle e, amanhã ou depois, ser trabalhado a outro que deveria? Porque, já que abre margens para se trabalhar até a monocultura dentro, porque vamos dizer assim, não sei se é uma coisa de verdade, mas grandes plantios de eucalipto ou outras coisas aqui no Maranhão, a gente tem determinados territórios e locais certos, plantios que deveriam, e justamente esse tipo de plantio que pode ser beneficiado diretamente por a aloqueira, poder ser olhada por recortes ao invés de olhar para o pequeno que quer ter uma produção de floresta.

Uma produção no sistema produtivo de floresta produtiva pode ser olhada por outro lugar. Então, eu acho que é muito ruim; eu particularmente acho que não é legal. Eu acho que, com isso, os riscos a gente tem o risco da gente não ter o sucesso, o resultado de um desenvolvimento socioeconômico sustentável. A gente tem esse risco de acabar de estabelecer quem está controlando, de que forma. Vai investir os recursos, se isso vai realmente deixar resultados positivos ou não. Então, eu acho que isso é um cenário de insegurança. Seria interessante se fosse de uma forma que passasse mais segurança, porque particularmente não sei se eu coloquei uma raposa para cuidar do meu galinheiro. Não tenho essa certeza. É um ditado popular que diz muito. Então, acho que é isso. Tem alguma questão, Kátia, que você queria colocar? Não, eu só queria ouvir mesmo. Acho que é isso. Tem alguma questão que vocês acham que foi um prazer. Não, para mim também. É muito boa a conversa aqui, muito boa mesmo. Obrigado, gente.

Entrevista 4: Representante CIMI/MA

Então, se você puder fazer só uma rápida apresentação sua e seu papel aqui no CIMI. Bom, eu chamo [...], estou hoje na coordenação de junta no CIMI, voltando a atuar na região do sudoeste do estado, acompanhando um pouco as situações da quantidade ali na região, que está ali, uma região de transição. Tem Cerrado, Amazônia, região Imperatriz do portal da Amazônia, mas toda aquela região tem a região mais sul, que tem todas as próximas cidades indígenas. Começa a região amazônica Araribóia, então isso vai subindo e tem o Cerrado, que também está ali, que faz uma região de transição. Tem a presença atualmente dos Krikati, Gavião e Guajajara, Araribóia especificamente, e os Awá não contratados isolados que também estão aqui na Araribóia, têm grupos de Awá isolados.

Porém, dado por estar na coordenação, a gente acompanha também aqui outras terras indígenas do Maranhão. Tem várias cusacas indígenas aqui no estado do do Ponto Secapó, com os Guajajara, Verdeira Acaru, com os próprios Awá naquela região que estão na Verdeira Acaru e na terra indígena Awá. Então, têm os Cariocariri dentro da dinâmica nossa e acompanhados das cusacas indígenas aqui no Maranhão. E assim, a gente vê que o CIMI tem uma posição muito crítica e atuante. Em relação aos projetos de rede na Amazônia e aqui no Maranhão, como é que tem sido esse acompanhamento? À medida que começou a chegar aqui no Maranhão, nós começamos a perceber que o governo do estava realizando reuniões com o representante do governo. Isso por volta de quando? De 2023.

Então, começou a chegar nesse período que eles começaram a fazer reuniões aqui, o governo do estado do Maranhão, no sentido de criar uma jurisdição no Maranhão para atuar com rede. Então, foram feitas as reuniões nesse período de 2022, depois no mesmo período foi o financiamento ecológico da Amazônia do Cerrado, o governo puxou também essa. discussão e a isso ele foi trabalhando. No final de 2023, o governo aprovou o plano que ele chamou Plano Decenal para os Povos Indígenas. Depois, eu posso pegar a lei. Dentro desse plano, ele tratou de vários assuntos: reativação do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena, construção de escolas indígenas, CEAP, que é o Conselho Estadual de Felicidade dos Povos Indígenas, só que meteu o pagamento para o serviço ambiental também dentro.

Ou seja, já que tem o Plano Decenal, a gente já vai aproveitar, porque a legislação está pronta, a gente já discutiu, então nós vamos aprovar no final. Mesmo já em novembro, dezembro de 2023. aprovam os professores vêm e aprovam o Plano Decenal para os Povos Indígenas. Aí, dentro do Plano Decenal, estava o pagamento para o serviço ambiental. Então, o Governo do Estado deu uma jogada de mexe nesse sentido, porque não houve questionamento. Então, os indígenas também não sabiam que estava sendo discutido isso. Quando a gente começou a alertar em relação a o pessoal começou a buscar informações, porém já estava tudo pronto para ser aprovado como foi. Houve uma reação da Coapim, da Coordenação das Organizações Povos Indígenas do Maranhão; eles publicaram uma nota quando foi aprovado que o Governo do Estado do Maranhão.

Estava desrespeitando porque não tinha discutido isso com os. E de fato, não foi discutido. Ele fez isso, se discutiam muitos temas durante a Coep, que era a comissão para os povos indígenas do Maranhão. Se discutiam vários temas. Esse tema não se discutia, mas eles aproveitaram para colocar dentro. Essa foi a reação do Movimento Indígena do Maranhão

nesse sentido. Então, o plano já considerava o pagamento por serviço ambiental e considerando os territórios indígenas. Considerando os territórios indígenas. Que aí começa o. Quando se aprova o plano, as empresas começam a enxergar os territórios, porque aí já tinha uma jurisdição. O Estado do Maranhão tinha legalizado e aí começaram a discutir nos territórios indígenas a elaboração dos projetos de REDD+. Começou inicialmente por Arariboia, região de Arando.

Teve um grupo, inclusive, de WhatsApp, onde tinham representantes da empresa, lideranças indígenas, e as lideranças indígenas pediram para nos perguntar se a gente se aceitava para participar do grupo, porque era para fazer a E a gente disse: 'não, perfeitamente, nós aceitamos e ficamos contigo Dada essa situação que a gente já estava vendo, olha, o negócio está bem adiantado, nós também nos preparamos no sentido de ter um parecer do. CIMI contratamos uma pessoa que se aprofundou sobre esse processo e a gente ia colocar até para poder orientar as comunidades indígenas como é que isso se fazia. E assim nós fizemos. Mas foi há um processo assim de computação, digamos assim, de acerto muito grande dos territórios, principalmente os territórios que estão mais na Amazônia.

Houve uma tentativa de elaborar um projeto com o Gavião, inclusive, estava praticamente assinado, mas aí se acionou a liderança, se acionou o Bancheiro do Grupo Federal, ele pediu para cancelar, não se foi aprovado. Mas há um processo de A Airboy, uma discussão muito superficial, trazendo. O que é o RED? Os benefícios que ele vai trazer. Essa discussão é feita pela empresa.

E aí ele também conhecia os rapazes. A empresa que eles estavam, o World Trade. E aí eles vieram, estavam fazendo essa discussão. A gente também fazendo a discussão. Então, se aproximou bastante os conflitos. Uma parte dos indígenas achava que era interessante fazer o... Agora, o que não chamou a atenção é que eles não colocam todos os elementos que um projeto de território indígena implica. A única parte discutida é: vocês vão ter direito a ter o recurso. Mas não se diz em momento nenhum que aquele território vai ficar sob a ordem da empresa. A empresa, daqui pra frente, é ela que vai ter autonomia. Os indígenas não vão ter mais autonomia sobre o território. Sobre a parte florestal, a parte florestal, sim. É como se fosse um arrendamento da...

Exatamente, exatamente isso. É sobre o arrendamento. Não se diz isso dos indígenas. Não fala Porque à medida que você faz o você está limitado Não pode mais desenvolver atividades naquele território Não se pode Então eles não dizem isso dos indígenas Não se fala isso Atividades o senhor diz o próprio modo de O modo de vida Por exemplo a caça a derrubada das Para fazer as Não se pode mais Eles não se fala isso nem se fala que a partir então aquele território porque foi uma das outras questões que eles também não se falavam é que não se pode fazer na metade de um Não se faz a metade do território tem que ser feito no território inteiro Não vamos pegar aqui 10 hectares e fazer Não se faz isso Vamos pegar 20 mil hectares E fazer.

Então, não se. Por isso que eles tentam discutir todas as regiões para pegar o território inteiro como processo. E os indígenas não sabiam disso. Essas informações não eram ditas. E, à medida que a gente foi conversando com as lideranças, colocando: olha, não é assim o projeto. Ah, e o tempo. E o outro tempo. Ele não dizia quanto tempo era. O tempo

de contrato do O tempo de contrato do Isso é omitido nas reuniões que são feitas nos territórios. Não se fala. Porque, minimamente, são 30 anos. Ele não diz isso. Se apresenta um projeto só falando da parte econômica, das vantagens econômicas. Ou seja, isso é estratégico, porque você está pegando. Um pouco da situação de vulnerabilidade. Você apresenta só a parte dos benefícios econômicos. É mais fácil de você ter uma adesão.

Mas a consequência desse projeto todo não se fala. A mesma coisa foi com Capó. Lá na região Altura Sul, se falava só dos benefícios. Quando o conselheiro Chata Pamem nos procurou, e a gente também procurou outras organizações para falar sobre isso, que a gente foi discutindo como é que era o processo mesmo do projeto de rédeas, as consequências do território. Porque aí você tem uma perda de autonomia, um aumento de conflitos internos, uma dependência do recurso que consequentemente vai te levar. À alimentação externa De fora, coloca em risco uma questão fundamental que é, digamos assim, o uso fluido exclusivo dos indígenas sobre o território. Porque a Constituição garante o uso fluido exclusivo. Então, isso está se passando para uma outra pessoa, para uma empresa. Então, isso que seria perigoso.

Então, esses elementos são perigosos. Então, eles não se falavam. E a gente foi colocando exatamente isso para o Escapol. E aí, o Conselho Autorizado do Acampamento começou também a fazer recense. Disseram: " não, a gente não aceita. Por nossa parte, a gente não aceita. Outras lideranças não, mas a gente quer discutir Disseram não a. Gente não aceita porque nós já entendemos como é que é o projeto. E, diante disso, eles provocaram várias discussões. Teve conflitos no meio interno, ameaças entre os povos. Porque você falava de todos os benefícios. Então, você coloca a cifra de milhões. É muito sedutor. É sedutor. Não, olha, vamos pagar 10 milhões, 15 milhões. É uma coisa assim impressionante. Então, todo mundo os olhos brilham quando você fala isso. Isso, eu falava.

E aí, quando o acampamento começou a entender, não é só questão de milhões. A gente vai perder o, ou seja, a nossa autonomia, uso exclusivo. A gente não vai ter mais direito. Aí, começou a dizer não, a gente não aceita. Não queremos um projeto desse. E começam também os conflitos internos. E o outro elemento que aí também o pessoal começou a é que o projeto está sendo intermediado por uma empresa no território, mas não vai ser no nome da empresa, em nome de uma outra empresa que vem de que vai contratar, que vai pagar. Por quê? Porque aí a gente sabe bem muitas empresas hoje não podem mais, nos seus países, poluir. Então estão fazendo esses projetos para poder terem as suas licenças, para poder continuar poluindo os países de origem.

Então, facilmente isso é feito. Então, aí também eles acabaram entendendo: peraí, não, essa daí, ela intermedia o projeto. É uma empresa que intermedia o. Não é ela que sabe. Ela é uma terceirizada da empresa que realmente tem o interesse de fazer o. Então, eles começaram a entender isso. Em outra liderança, isso acabou. E aí acionou o Ministério Público Federal. Em vários momentos, digamos assim, acionou o governo do Estado. Tivemos a reunião em dezembro de 2024 sobre isso com o governo do Estado, com o Ministério Público Federal. O Dr. Hilton chamou uma reunião para discutir isso porque começou a chegar no Ministério Público Federal muitas denúncias sobre isso. E a gente levou também. Então, é isso. E por fim, sim, a FUNAI foi obrigada a se posicionar.

tem uma posição hoje pública de que esses projetos não podem ser desenvolvidos nos territórios porque não há uma jurisprudência ainda. A própria FUNAI não há uma jurisprudência sobre isso, então isso acabou aqui no Maranhão também contribuindo para uma certa acalmada das presenças. E, por último, agora nós tivemos o conselho do [...] O CAPOL conseguiu uma decisão judicial para não fazer nenhum tipo de projeto de rede no território do Alto Brasil, exatamente por isso. A FUNAI foi consultada e disse que não tem nenhuma jurisprudência ainda sobre isso, então a gente aconselha de fato que não faça. E aí o juiz deu uma. Decisão: a partilha quer o público favorecer o nosso CAPOL. Lógico que isso acaba indo para outros territórios. Então, nesse processo, a gente foi enfrentando essas situações, mas foi desafiador.

Desafiador porque o RED, o aparato do governo do Estado, está para para isso. A Secretaria de Meio do Estado está discutindo isso nos territórios indígenas a partir do entendimento do mas o próprio Estado não sabe como fiscalizar um projeto desse. Não sabe nem como fazer. Eles admitiram isso porque o doutor Yuto perguntou: mas como vocês pretendem fiscalizar um negócio desse se vocês não apresentam aqui hoje, não dizem como isso? vai acontecer. Ele não sabe, e aí é um risco, porque você vamos licenciar um projeto desse com o nosso apoio, mas a gente não sabe como fiscalizar, não sabe como isso acontece, se não está preparado para isso. É um risco, e essa é uma das coisas que os povos indígenas entenderam: os CAPOL, os Gavião, Gajarararibóia, o pessoal da Geralda Tocupã, os Crepuncateia entenderam que o que estava sendo colocado ali não era bem aquilo que se pensava, por mais de todas as vantagens econômicas.

Mas eles viram o perigo que estava por trás. A partir daqui, a gente foi conversando e colocando, então, para os povos indígenas, um projeto de rede é totalmente. Violento e potencializa e coloca os territórios em risco, porque você abre um precedente para essa questão fundamental: a questão do fluxo exclusivo. Esse é fundamental, porque quando se garantiu o direito da escolaridade na Constituição, o artigo 231, 328, uma das questões que não era mais era os povos sem direito usam o fluxo exclusivo, não sabe ninguém mais. Então, quando você abre mão desse direito, aí é o risco, aí é o risco. E os indígenas entenderam isso: vai ter gente aqui monitorando o nosso território, dentro do nosso território, que não somos nós. Vai ter. E, nesses casos, dessas investidas aqui no Maranhão, parece que houve uma.

Quebra da coesão social interna, mas esses territórios que foram detidos para desenvolver projeto de REDD+ já existiam. Esse conflito interno ou ele passou a existir após o projeto, em função dos diferentes interesses internos? O projeto de rede, ele potencializou um dos conflitos que já existiam, lógico que em menor proporção, porque isso eram conflitos, muitas das vezes, digamos, tipo disputa de cargos. Por exemplo, na área da saúde, na área da educação, nunca tinha se discutido assim ter conflitos internos numa magnitude do que a gente viu, por questões econômicas, por recursos que acentuou. Então, né, acentuou, porque. Assim como eu disse, quando você apresenta os benefícios em termos financeiros, aí começou a discussão. Aí, pronto, as lideranças, que esses indígenas que estavam teriam esse entendimento, buscavam fazer o projeto.

Aí tinha que enfrentar desde o que nem eles publicavam, nota publicaram nota contra o CIMI, contra a sociedade, porque a gente estava, além de reproduzir as notas, por exemplo, do Conselho do Xatapamém, do pessoal da Araribóia, da Geralta, O Preto e as nossas

também, o nosso entendimento. Isso acabou provocando uma discussão muito grande, e esses indígenas estavam, caramba, assim, indignados, porque nos acusavam da gente de que estávamos atrapalhando o interesse deles. Eu via essa nota. Então, foi agora, teve uma denúncia lá no MPI. Eles estiveram lá, os caras, a Araribóia está ligada, articulada pela empresa. Tá sabendo que foi o pessoal da empresa que levou, ele levou, assessorou. Eles fizeram denúncias da gente lá no MPI em relação a isso, que ele levou palavras de na querida do desenvolvimento do território e tal.

O MPI, até agora, recebeu, mas não entrou, não chegamos ainda na intimação. Mas a gente sabe que chegou, que tem oficialmente a denúncia feita. Mas, enfim, isso tem provocado o REDD+. Essa discussão, ela tem potencializado conflitos internos. muito sérios entre os povos aqui no Maranhão, Araribóia, Contatúria, Sul, geral. Atocupreda um pouco menos, porque a incidência da empresa sobre eles foi um pouco menor. Então, eles, o Gavião, também entendeu, entendeu logo de imediato. A liderança não, opa, cancela, porque cancela qualquer atividade em relação a isso. Porque agora nós entendemos a região, que é o município, está em risco, e a FUNAI também pediu para cancelar. A FUNAI fez o papel que tinha que ser feito, aí ela pediu para cancelar. Então, se cancelou.

Então, isso amenizou a situação também, porque aí eu acho que, quando entra o órgão oficial, ele se posiciona diante mesmo. Do próprio dos indígenas e tal, isso há uma outra compreensão desse sentido que, aí, o dinheiro, opa, de fato tem algo errado. Porque se a FUNAI também está se dizendo que não é o caminho, não é esse que tem perigos. Aí, a gente tem que observar melhor de fato aquilo que está sendo feito. Então, isso de certa forma, com o Gavião, ajudou. A posição da FUNAI ajudou e ajudou, e ele ajudou a frear o governo. Isso é quando a FUNAI se posiciona publicamente através de uma nota que ela não, isso não abriria discrepâncias. A FUNAI não estaria apoiando tudo isso. Isso dá uma, o governo do Estado também dá uma recuada no sentido de fomentar o processo.

das terras indígenas porque estava demais. Estava assim: fizeram reunião nos Cricatirio, a Secretaria de Eventos fizeram reunião nos Cricatirio, fizeram reunião na Araribóia, estiveram em reuniões na Autoria Sul, junto com os caras da ouvindo junto com os caras da Quais são os órgãos do Estado que têm feito essa reunião? A SEMA é a Eles que têm feito a A SEDHIPOP tem acompanhado na pessoa da Rosilene, que é a secretária geral da Junta dos Povos Indígenas. Ela tem acompanhado, mas ela está alinhada com a SEMA? Não, não está alinhada. Ela foi se criando esse entendimento do que era mesmo o reino. Então, a SEDHIPOP, a Rosilene. Ela, meio que, olha, não é essa a discussão que a gente quer fazer. Então, a gente vai acompanhar, mas não vamos mais fomentar e nem discutir isso por dentro do SEDHIPOP.

Não vamos acompanhar o governo do estado nessa. Então, nesse sentido, a Rosilene ali, ela contribuiu bastante, porque aí ela disse: " Olha, não vamos entrar nessa daí, porque vai ser furada A partir do posicionamento da FUNAI, da FUNAI, aí ela também contribuiu para que a SEDHIPOP não fomentasse ou viabilizasse mais nenhum espaço para discutir essa questão de rede com os indígenas, que estava uma coisa assim acelerada. A assembleia do movimento indígena, o governo do estado. Estava lá pautando, abrindo regras retóricas como algo de benefício. Em março de 2023, nós tivemos lá na Terra Indígena o aplicativo da Assembleia da Coapima, a Assembleia Regional Todos os Povos Indígenas. A

representante dos povos indígenas do Maranhão estava lá e a representante da SEMA foi lá para falar sobre isso.

E ainda nos acusou durante a Assembleia de não compreender o processo. Assim, abertamente, desqualificou, desqualificou total. O CIMI faz discussão que não está sabendo o que está. Não é essa discussão que é feita. Ficou meio até constrangedor para a gente, porque as lideranças indígenas não entenderam bem. E como muitos ali não estavam podendo dar dinâmica para o que estava sendo discutido, isso caiu como uma bomba ali no meio. E o pior de tudo que foi no final do quando os trabalhos estão se encerrando, que você não tem direito de responder. Que aí está se encerrando. Mas retomamos no dia seguinte. Tivemos que abrir, fazer abrir a discussão novamente para poder a gente esclarecer qual era o Qual era o processo que tinha sido feito. E assim o movimento indígena abriu.

A gente explicou, mas a SEMA se prestou muito desse serviço durante esses 23, 24. Eles fomentaram isso em todos os espaços, tentando convencer as lideranças indígenas a. Aceitarem os projetos de rede exatamente como é o projeto da salvação dos povos dos territórios. E tudo isso foi muito bem feito. Porque eles começaram a, a gente pode ver o movimento do Estado. Eles vêm fazer discussão com o pessoal do Acre, criam a jurisdição, começam a comentar o Maranhão Verde, um recurso para pequenos projetos dentro dos para ajudar, para adaptar. E aí, em seguida, aprovam o pagamento do serviço ambiental. Você vê que tem uma forma pedagógica, e criando a estrutura para a entrada das empresas, criando a estrutura. Sobre essas reuniões, essas oficinas, esses cursos que têm sido realizados nas terras indígenas.

Uma entidade que chama muita atenção e que é muito atuante, principalmente nesse papel de convencimento, é o A gente teve também no território do Picati. Como é que vocês veem essa atuação do IPAM? Porque está ali quase como um agente do governo, mas, no entanto, é uma ONG. E eles estavam aliados com o governo do Eles fizeram, junto com o governo do Estado, na terra indígena do Picati. Eles se reuniram, fizeram uma das oficinas, foi lá o Adelson José e era o IPAM que estava Que estava articulado pelo governo do Estado para fazer a discussão. E aí é interessante os termos que eles entendiam bem como era projeto de rede. Tipo assim, o Estado falando. Sobre, entendem como é que é o vai passar para vocês direitinho como é que funciona.

Tipo, assim, desqualificando qualquer outra. Então, colocava a ONG no papel de protagonista, que deveria ser do E aí, lá no Picati fizeram isso, não convidaram nenhuma outra organização que pudesse, digamos, se pensar diferente aqui em relação a nós e os indígenas. Fazer isso foi, se eu não me engano, acho março ou abril do ano passado. Me lembro porque os meninos ficavam me ligando, perguntando se o Simi não vai participar da discussão. Bom, não fomos convidados, mas aí acabou saindo que o pessoal do Ituan estava lá e que estava alinhado. Com o governo do estado discutindo em vários espaços, inclusive os quilombolas, também comentaram que os territórios quilombolas estavam passando. Enfim, o Ituan era uma outra que estava com uma cena nesse sentido.

Eu li uma matéria recentemente sobre uma dessas oficinas que foi realizada no dia 29 de abril desse ano, que é uma parceria que estava na matéria: uma parceria entre o Ituan e a Cedipop para a elaboração de uma cartilha para explicar o REDD+ jurisdicional. E aí, na

matéria, dizia lá as siglas das entidades que participavam. Então, estava a Coapima, estava a Aconeruq, Miqcb, enfim, várias entidades, mas principalmente. Entidades de povos indígenas e quilombolas. E eu conversei com algumas pessoas; umas não ficaram sabendo dessa oficina e outras falaram que sim, que participaram, mas que não estavam de acordo com o conteúdo da cartilha. E que aí fizeram uma série de sugestões para, enfim, ajustar o conteúdo daquela cartilha. Um detalhe importante: essa matéria eu li num site chamado Soja Sustentável.

E me parece, a impressão que eu tenho é que, do jeito que está escrita ali, a matéria parece que essas entidades estão de acordo e parece que tem uma espécie de chancela para esse projeto. Então, é um processo transparente, discutido com as entidades com a sociedade civil, mas conversando com as pessoas, eu não tive essa mesma impressão. É, eu fiquei sabendo também através de matérias que tinha acontecido essa oficina. A gente não foi. Não foram convidados. É assim, o Docibe nunca aparece. A gente não foi nos convidar, mesmo porque a gente tem uma Isso é diferente, é uma posição pública em relação ao REDD, e o Governo do Estado sabe disso. Então, eles jamais iriam nos chamar. A gente foi sabendo.

Agora sim, a gente estranhou porque, tipo assim, o Miccb que está lá com a Coapima foi, sendo que publicaram uma nota contra tudo isso e tal. O que que levou eles a participar de um momento? desse que discuti em vez desse que tem. Tempo atrás, eles não estavam de acordo e eu mesmo estava de acordo. Então, foram as conversas que tipo de cooperação acontece ali. Mas, enfim, eu acho que depois dessas reviravoltas que se deu aí no início deste ano e que ainda vai dar a decisão, a posição da FUNAI publicamente, essa decisão da Justiça Federal em relação à questão das terras indígenas, isso esfria um pouco o Estado. A posição ou a recomendação do Ministério Público Federal em relação a isso, a organização acaba em termos de território indígena, e eles agora têm, sei lá, talvez vão pensar outra estratégia e tal, como fazer, mas.

Até o presente momento, eles estão organizados para contratar as organizações que fizeram as denúncias públicas. No caso, o próprio CIMI hoje é a SMDH, que é a minha pessoal grata que também estava ajudando lá os capôs. A própria Rama entrou agora nessa última nota, entra também na carta, assim sei como é que, nesse sentido, as situações que se E a nota saiu depois da decisão. Sai a nota da associação aos capôs e tudo. O que me estranha é que essa nota vem da associação capô, mas aí depois o ISPN também, meio que de uma forma bem sutil, também vem para querer trazer essa conversa. E a gente também ficou meio surpreso porque tem hora que tem. Uma posição tem hora que tem outra posição.

A gente não sabe bem como é que, mas nesse sentido da gente entender como que isso está reverberando com as organizações que têm uma posição mais crítica em relação a isso. Então, a gente se enfrenta a esses desafios ali, enfrentar essa situação. Não sei, depois da nota você vai saber, nem com a Ariane, nem com o Fábio como é que a gente estaria. Necessita da continuidade do acompanhamento sobre isso. Os Ka'apor devem continuar. Araribóia também, o pessoal lá agora na Assembleia da Coca Lítia, o pessoal do Palmeiras. Ribeirão escutiu isso, enfrentamento lá, tentativa da monocultura e essas. São de rede. E enfim, no Maranhão, tem um pouco de Cerrado. Até então, a única tentativa foi com o Bernadouro, mas nas outras terras indígenas do Cerrado não se fala.

As ruas indígenas, pelo menos abertamente, não têm empresas chegando e discutindo no Cerrado, mas nessas regiões, nas terras indígenas amazônicas, essas ruas indígenas são as mais ameaçadas. A impressão que me passa é para desenvolver o, a gente prefere as terras indígenas que estão na Amazônia. As terras que estão no Cerrado não são muita nossa prioridade. Há um processo de visão bem claro, não só as que estão na Amazônia. O Cerrado não nos interessa, deixa ele meio como uma. MATOPIBA e a galera se viram para lá. A gente pega essas terras e vamos decidir sobre essas terras que estão mais no Rio, mais na Amazônia. E é isso porque todo esse processo salva, mas o governador tem que entender porque já tem o Cerrado e a Amazônia, então tem uma transição.

Daria perfeitamente, encaixaria perfeitamente. Mas as outras são terras indígenas que estão na Amazônia: Cabo Caru, Cabo Autoriaçu, Bacurizinho. Então, são todas elas. Então, é nesse sentido de que é muito bem claro. O recorte. O recorte. Eles querem desenvolver o Talvez esse seja um desafio que a gente tenha que pensar com a mas a empresa está atuando. Essa é a carta contra a em outras avaliações e os prints que eu recebi de outras conversas em outros grupos. A gente ficou sabendo que são o pessoal da empresa que estão usando os nomes dos indígenas. Eles cadastram o chip, o nome dos indígenas, só que quem está escrevendo não são os indígenas. São o pessoal das empresas que estão utilizando. Isso é muito grave. É grave. É muito grave.

Eu estava falando com o José, falando com o Itarroa, e ele falou: " Olha, isso é grave. E se é eles que estão fazendo E de fato a gente percebe, não dizendo que os capôs não são capazes de escrever tão bem como estavam escritas as mensagens. Os capôs não escrevem tão bem em português. Muito bem. Não é a língua materna, né? Não é, não é. A gente vê claramente o E o teor de texto é diferente, né? É diferente. E aí eu fui perguntar para o Itarroa. Ele disse: não, é os indígenas, são o pessoal da empresa que está fazendo isso. Eles estão direto lá no território, nessa parte do território, para tentar convencer. Isso é uma desconfiança, não tem uma prova concreta. Não tem uma prova concreta, é, mas muito provável, né?

Sobre as... sim. Mas faz muito sentido, porque a gente ouve quando eles mandam, de fato. Geralmente, os indígenas escrevem grandes mensagens. Se fala por áudio, exatamente. Não são de escrever, porque não é a língua materna, não pode. escrever um texto. É áudio. É áudio. E aí nós perguntamos se era dele de fato. O fato de ser mensagem de texto já gera desconfiança. Já gera desconfiança com. Nas nossas páginas, vai lá, vai lá e comenta ou faz descomentado. Na minha página, vai lá e comenta, faz descomentado. E é como se fossem os indígenas. Só que ali tu não tem foto. Eles colocam o... Tem o nome, só não tem foto, sabe? Por isso que aí a gente desconfia. E aí os capocos confiaram que estão fazendo isso. Eles vão atacando, né?

Tentando desqualificar. Essa nota de repúdio, será que também não pode ter sido um processo? São eles que escrevem. São eles que escrevem. Esse aí sempre tem prova. Tem prova. Os capocos são eles que escrevem. Mas aí tem anuência. Tem anuência de alguns indígenas, de algumas lideranças. Bom, aí já muda um pouco de teoria. Eles que escrevem colocam o exemplo assim: porque a gente conhece o sim, sim como alguém que escreve outra cena, sabe? Falando agora um pouco do rede jurisdicional, que também é o foco da nossa pesquisa, esses projetos que a gente está conversando agora são projetos

individuais e que funcionam no mercado voluntário. O rede jurisdicional tem um outro caráter porque ele abrange o E aí é uma contabilidade geral do carbono estocado que, de alguma maneira, vai. ser comercializado.

Mas, em nenhum documento a gente encontra especificando de que maneira os diferentes territórios vão ser incluídos nessa contabilidade. Tem informação. Isso tem circulado nesses cursos. Como é que vocês estão vendo isso? De fato, não tem. Eles também não conseguem dizer isso. O próprio mapa que está à frente não consegue falar. Não consegue dizer. Mas o mapa é o que desenvolve o programa jurisdicional, né? Isso. Eles também não conseguem dizer como é que vai ser isso. O Vini ele estava tentando entender isso. Inclusive, o Maranhão estaria se colocando isso no jurisdicional. Como é que iria ser negociado? Na bolsa, como que? Exato. Porque ele não tem claro. Talvez não exista isso aí. Isso também foi uma suposição que ele fez. Ele decidiu que talvez isso não exista.

Eles estão tentando criar aí, depois discutir como é que vai ser, mas eles parecem que não sabem como fazer. A ex-secretária de direitos humanos, como é que chama? Ela, Amanda, Amanda, Amanda respondeu isso claramente pro doutor Hilton que eles não sabiam de fato também como que isso seria. Ela diz que, olha, a gente não sabe, não se sabe, estamos buscando um mecanismo como vai ser, mas o que a gente não tem, não consegue responder isso aqui, como vai ser. Podemos mandar aí, vai aquela resposta. Né trágica, deve mandar para o senhor depois, não sei. O Mas, ela também, eles também não sabem explicar como era que iam fazer isso aí? Os projetos como é que vocês vão fazer isso? Eles também não sabem dizer.

O Igor só tá Se você pega, não tem nada disso lá de como é que vai nas oficinas, isso não se é falado, porque ele traz que também não tem. O que é colocado são as vantagens financeiras que você vai ter. Só é, não, o REDD é bom, porque você vai ter dinheiro, vai poder ajudar a comunidade, vai sair da situação de vulnerabilidade. Se você pega os dinheiros, e aí, como? É que vai ser como é que vão vender, como é que vão medir. A gente não sabe. Ele não disser para a... Então, as discussões que é feita é essa. E aí, internamente, tem esse apelo econômico que vai trazer recursos, etc. Agora, externamente, para a sociedade, tem um apelo ambiental que isso vai servir para preservar as florestas.

É uma maneira de preservar a floresta onde já está preservada. E como é que o CIMI enxerga essa? É um processo de uma resignificação da floresta como uma forma de compensar emissões de quem está lá no norte, poluindo aquilo que a gente estava discutindo antes aqui. Como é que o CIMI vê e como é que as comunidades indígenas? Também têm um olhar para esse novo significado da, que ao meu ver, é uma banalização do que é a riqueza da. É um novo resignificado de proteção da floresta, mas é de uma floresta de fato que ela já é protegida. Ela, pelo menos, deve ser protegida porque são áreas da da União cujo uso flutua, é dos indígenas que fazem essa proteção.

E, nesses últimos tempos, é quem mais tem feito o projeto com os guardiões da, com os mares, é quem tem feito essa proteção territorial e, conseqüentemente, garantido nessa floresta, porque o Estado mesmo não tem conseguido. O Estado brasileiro não tem conseguido fazer a proteção territorial, haja visto aí. Porque se deu o Mianomano aqui mesmo agora, recente a desintrusão da terra de Nariboia, onde tinha um milhão de cabeças de Ndoruku, o tamanho do Tatar. Então, agora, ainda nos Caiapó, o Estado não consegue

fazer. Então, os indígenas estão fazendo os projetos de proteção territorial. Então, o projeto de realidade sobre uma terra indígena, que ela deve ser protegida e que está sendo protegida pelos indígenas, não tem sentido.

Nesse sentido, é você tirar dizer exatamente isso: colocar em risco o usufruto dos indígenas para beneficiar empresas de fora, porque para proteger o essa floresta existe uma legislação específica. Para poder fazer isso, independentemente do rédio, já existe a terra indígena. Não tem que ser protegida, isso é fato. O Estado tem a responsabilidade para a proteção. Tem um órgão específico para isso, que é a FUNAI, que é para garantir a proteção do território. Tem o IBAMA, que é para contribuir com a FUNAI nesse processo de proteção. Então, achar que o rédio vai proteger é lógico. Esse é o discurso, a narrativa que é feita no sentido de ganhar adesão para que haja um apoio para o projeto. Não, gente, terra indígena, ela profissionalmente ela deve ser protegida.

Não pode ser isso. Então, é lógico, para os olhos da sociedade. Ah, não, beleza. Passa isso para os indígenas também, só que os indígenas vezes tentam convencer os indígenas disso, que vai ajudar na proteção do território, na proteção da floresta. Porém, é falar, você discutir a proteção do território, que por lei ele deve ser protegido. E aí, a questão que a gente estava falando antes, dessa falta de estrutura mesmo, de transparência do rede jurisdicional, como vai funcionar. E a gente viu que, recentemente, a MAPA lançou um edital para uma empresa privada desenvolver esse programa. Empresas especializadas e várias empresas conhecidas nesse mercado participaram desse edital e uma delas. que é a Future Carbon, que é uma empresa de São Paulo, ganhou esse edital.

Não sei como se vocês acompanharam esse processo, se essa empresa já está atuando, que talvez muitas respostas que o Estado não tenha vai delegar para essa empresa que é especializada. Então, não sei se ela já está atuando. Como vocês estão acompanhando esse processo que, a meu ver, ele é central? A gente viu, acompanhou o que houve, mas aqui mesmo no tempo do Maranhão, aqui na Sardina, não se chegou ainda. Não teve movimentação da empresa ainda. A gente acompanhou, viu o que teve; a empresa ganhou, se preocupou como vai ser isso agora, como é que vai chegar nos territórios. Essas discussões até a gente ter que acompanhar, mas, ainda não oficialmente, não se chegou aqui. A gente tem dialogado com o, não tem se falado até então.

Até então, não se criaram espaços para aprofundar essas discussões. Me chamou muito a atenção o tempo do que é longo e que está de acordo com o tempo dos projetos de rede. Se for, no mínimo, 30 anos. Eu não lembro se é 40 anos o contrato. E a cifra altíssima. Altíssima. É isso que eu me pergunto assim: isso não se dá. Uma das empresas estava tendo que apostar. Não, a gente pode fazer uma experiência de 10 anos. Não existe experiência de 10 anos e nunca vamos fazer um projeto desse. Ou se faz, no mínimo. 30 anos ou não, se E isso está determinado. O MPI chamou uma discussão,

reuniu algumas lideranças indígenas para discutir, mas o que o pessoal falou é a mesma situação. Não se sabe dizer que o governo brasileiro é política pública, mas não se sabe dizer concretamente nos territórios como vai ser. Como os territórios vão reagir ou as perdas que vão ser feitas. Na nossa Assembleia Nacional, estava lá o Cléber Caripuna; a Rosana até na mesa fez essa fala. Como que a própria PIB estaria vendo essa situação dentro dos territórios indígenas? Porque, na nossa leitura, é uma ameaça ao Zufu e que o

próprio movimento indígena não tem discutido. Isso, na perspectiva do movimento indígena, a PIB e Coiab são entidades que estão sempre presentes nessas formações. Mas, me parece, como eu comentei antes, me parece que é utilizado também para ter uma espécie de chancela e que há esse diálogo, que há a transparência que há a parceria.

Mas eu não sei se, de fato, isso está acontecendo. Com as pessoas com quem eu conversei até o momento, me parece que não é bem assim. Da APIB e da Coiab eu não sei, porque ainda não conversei com ninguém. Mas eu sei que eles são muito atuantes nessa pauta. Bastante! E o Kleber ficou meio que também assim, entendendo: olha, a gente precisa entender, saber como é que o governo. Está puxando isso porque a gente também não estamos fazendo alguma discussão nos territórios e a gente precisa aprofundar. O certo é que o movimento indígena está vendo, tem no convidado para participar, participa, mas que também ainda não tem todos os para poder fazer uma leitura mais crítica, mais aprofundada sobre isso, sobre esse processo.

Então, a gente tem buscado dialogar bastante, inclusive com os representantes da PIB, da Coiab sobre isso, ter uma leitura mais aprofundada e com as lideranças que estão mais envolvidas nos processos, os próprios guardiões da floresta, que aí é outra perspectiva. E eles fazem essa. Leitura muito melhor do que de fato é uma proteção feita por um projeto, uma proteção feita por eles mesmos, pelos próprios indígenas. Então, eles têm feito um pouco essa leitura. E a leitura, a liderança mais atuante, são mais incisivas no combate direto. Então, eles estão muito bem alinhados nesse sentido. Esse ano, ainda o ano que vem, essas questões voltam com mais forças para as retóricas indígenas. Aqui, o CIMI agora, principalmente depois da COP, principalmente depois da COP.

A leitura que a gente está fazendo é que a COP vai ser o balcão do A COP vai ser o balcão do negócio para a questão do Por que estamos dizendo isso? A Marcilene Guajajara foi para Dubai. A última foi na Foi a do Egito, não? Não teve uma. Teve uma em Dubai também. Eu fui em Ela foi com a delegação da COIAB. Ela foi com a delegação da COIAB para Dubai. E ela disse que ficou surpresa. Ela voltou na Navonça comigo. Fui lá no território, na terra de Nacarú. E ela estava conversando comigo. Ela sugere... Não tem outro assunto nessa COP a não ser a questão de Eles só queriam discutir com a gente a questão de REDD+

A gente queria discutir outra situação de apoio para os territórios, mas não. O pessoal queria discutir quanto a gente precisava nos territórios para a discussão. de REDD+ Mas eu tenho certeza. Ela disse que era meu irmão. Era essa a discussão. Ou seja, se em Dubai essa já era a tônica com o movimento indígena, com a discussão aqui não vai ser diferente. Eles vêm exatamente para cancelar o que está posto. E aí, depois disso, vai vir muita força para os territórios. Tudo está sendo firmado. Ou seja, o terreno está preparado. Jurisdições, discussões. Eu próprio não chego sozinho chamando para discussões, discutindo empresas. Agora, é quanto a gente vai desenvolver e como vai se fazer isso. Acho que a COP, nesse sentido, a COP vai ser fundamental nesse processo aí.

Ou a gente vai fazer a resistência porque. Vai ser essa discussão, não vai ser outra, porque já o Dubai já vinha. Os indígenas já sofreram um pouco esse assédio lá pra poder discutir isso. A gente ficou assim, chegou horrorizado. Ela achava que ia ser não. A gente foi preparado pra fazer outra discussão, chegou lá e a discussão era essa. Então, ela ficou

bastante chocada mesmo. Ela disse: eu nunca tinha visto isso. A gente foi lá pra falar das invasões dos nossos territórios. Todo o pessoal queria discutir era questão de rede. Nós não fomos discutir isso aí, nós não estávamos preparados pra isso. Então, essa é a tônica que vai ser. E aqui, então, vai ser diferente. E olha, inclusive. Me ocorreu agora isso: vão utilizar não só como balcão de negócio, mas como vai ser uma COP na Amazônia.

Vão utilizar o momento pra buscar territórios pra desenvolver. Porque isso aconteceu com o primeiro projeto de carbono florestal no Brasil, na Eco 92. E o primeiro projeto é no litoral norte do Paraná, na Mata Atlântica. Quem foi procurar as terras foi o Al Gore. Ele tem um jornal da cidadezinha, ele visitando-o. E é o primeiro; não existia nem rede lá. E compraram lá umas fazendas de búfalo pra reflorestar o pasto com Mata Atlântica. Só que aí, todos esses processos que a gente está vendo que estão acontecendo aqui na Amazônia. Já estavam acontecendo lá com o camponês do lado do acampamento, José Lutzenberg. Já desde o princípio, né? Então, já nasce com essa questão de conflito. E vai ser diferente. A COP vai ser isso. É de novo o mesmo processo.

E a COP, eu acho, com muita grana, com muito recurso. Todas as empresas vão traicionar o governo brasileiro nesse sentido, né? Porque muitas delas que financiam o programa de rede também estão financiando o Fundo Amazônia, né? A Noruega financia o Fundo Amazônia, uma das maiores financiadoras, mas também financia o projeto de Sabe assim? A própria Alemanha e outros mais. Eles vão vir com muita força para cima. E o governo brasileiro não vai ter força. Porque, ou seja, a gente vai tentar equilibrar, vamos tentar fazer os projetos para garantir o dinheiro para o Fundo Amazônia e compensar as comunidades a sua perda desses territórios com o dinheiro do Fundo Amazônia. Visualizando esse cenário aí na Copa, que vai ser bem, é bem plausível mesmo esse cenário.

Brasil vai ser diferente porque tá estourando em tudo quanto é lugar. Os governos foram se preparando, se preparando, se preparando, criando jurisdições. Não existia só o Acre, né? Começa ali, começa ali com o Acre, que depois foi fazendo assessoria para os outros estados. Sim, foi Amazonas, Mato. Grosso foi tudo bebê no Acre. Porque o Acre sempre esteve na vanguarda, mesmo dessas políticas. Com o governo PT, né? Com o Viana, né? Com o Viana. E é muito interessante, né? Porque a discussão da Floresta em Pé é uma apropriação do movimento popular, que nasce com seringueiros. Exatamente. E tem mais esse adicional de uma apropriação, né? Do próprio discurso, né? Um discurso diferente, né? Os caras refazem o discurso, refazem a política de uma outra forma e vêm com uma narrativa para convencer a gente com muito daquilo que a gente acredita.

Exato. O próprio discurso que nós fazemos, que é a nossa pauta, defendemos aí todos esses anos. Imagina. E é muito sutil. Por isso que é difícil de compreender isso na prática, principalmente quem está ali na ponta do. Porque parece que é um discurso que está alinhado. O Marcos Apurinam, quando foi coordenador da Goiaba, já traz essa pauta: nós defendemos a floresta. Ele falou em 2009. Lembro como fosse hoje. Lá na Assembleia da Goiaba, na Ternina Criativa, aconteceu aqui no Maranhão. E o Marcos Apurinam, naquele período como coordenador da Goiaba, já dizia em 2009: nós precisamos receber, porque nós protegemos a. Assim mesmo, é o discurso do Marcos Apurinam. Mas isso é um discurso perigoso. A ideia de proteger a floresta não é bem. Essa você só recebe porque você preserva a.

Para os indígenas, é outra lógica, não é nessa lógica capitalista. E aí, Lourenço Cricati, na época, exatamente fazia o contrário, dizia exatamente que não, não é por aí o caminho. A gente precisa proteger o nosso território, garantir a sobrevivência nossa. A Sonia, na época, também falava, também era contrária a ele, não concordava com esse discurso do Marcos. E era porque ela era vice do Marcos, vice coordenadora do Marcos. Ela foi eleita ali e continuou como vice. Depois, foi o Marcos o primeiro a fazer o eleito no lugar do Gessinaldo. E a Sonia, vice, já havia essa discordância, já em 2009. Discordavam desse discurso. Mas a gente já via que já estavam. Aí, depois, o Alvim Suruíla, Rondônia, na linha do mesmo pensamento do Marcos, tem toda a discussão na Rondônia do projeto de React, conflitos e tal.

Depois, os próprios Munduruku, em seguida, começam a discutir projetos de Munduruku, lá de React, conflitos. Outra confusão entre os Munduruku também. Lembro porque o colega meu acompanhava o Marabá, que estava na coordenação do CIMI 912, e a gente conversava, trabalhando com a Célia, e ele dizia: olha, cara, eu não sei mais o que fazer, porque a região de Santarém com o Munduruku estamos enfrentando o diáspora, esse negócio de região. Enxerga o pulo para cima, o Felício Ponte atuava lá e era uma confusão. E eu disse: esse negócio vai chegar no Maranhão, porque cara, esse negócio é complicado. A gente nem se prepara sobre isso, e o Lindo Acre já enfrentando outra situação. Lindo Maranhão, as Rezecs também. As Rezecs também, o pessoal da Rezec, rapaz. Então, assim, é muito tempo que isso vem sendo.

E aí, acho que a Cop é exatamente cancelar todo esse processo que foi acontecendo ali. Foi acontecendo aí com os governos se preparando, se preparando, se preparando. Ontem mesmo, nós estávamos conversando com o Gabriel, aqui da assessoria jurídica nossa, e ele disse: olha. Tem uma ação aqui no geral público sobre a questão do zonamento ecológico. É, tem mesmo, porque nós fizemos... o governo do estado estava fazendo o zonamento ecológico sem conversar com as e tentando passar para as comunidades que não era para beneficiar as comunidades. A gente sabendo que não era bem assim, tinha mais coisas por trás, porque a gente estava cometendo de acesso à documentação e depois a participação das comunidades. Sem comunidade, quando ele abriu a participação das comunidades para discutir o zonamento, como era que né, apresentar a proposta, o que tinha sido feito e se houvesse algum questionamento.

Relação a isso, que logo depois da pandemia, que ainda não se reuniam presencialmente, quantas cidades vão se reunir virtualmente? Se, no Brasil, o déficit de acesso à internet ainda é de milhões, né? Imagina o Maranhão, que tem como é que nós vamos discutir com as comunidades virtualmente? O município entendeu isso, e aquela consulta ali não deveria existir. E, depois, se você faz a cadastrão de um tema, você não podia mais discutir. Era só aquele, não podia mais ser... dizem, vou discutir esse aqui, nesse horário, mas também... o outro também me interessa? Não, você não podia mais. Ou seja, totalmente assim, violento, né? E que impossibilitava. A gente discutiu. E aí, o Gabriel da Rapa é... Ah, mas ele é velho, né?

Porque a gente, naquele período, já entendia que as reuniões com o presidente do governo do Acre já vinham acontecendo. A gente entendeu já que eles vão criar uma jurisprudência. O Estado vai criar para o Recife. Ah, mas vai. Vai ter certeza. E, de fato, foi. De fato, foi em novembro de 2003. Saiu. E agora, aí é o Mato Grosso, Rondon, Tocantins, Maranhão,

Amazonas. O que isso tem em Todos os estados na Amazônia. O Tocantins é considerado uma cidade. Todos eles. Então, é óbvio. Aí vem a Copa para É significativo. Ela não vem à toa para Belém. Vem costurar todo esse processo. Não é? Belém é uma cidade bonita. Vai tomar muito açaí lá, com peixe feito. Não é? É simbólico. É simbólico. Onde acontece a ECO 92.

E a gente costura tudo isso. É simbólico. Quando a gente estava discutindo, você dizia: "E aí, Raddafi? Ah não! Vai ser, eu tenho certeza E agora, todo mundo está entendendo que de fato vai ser isso mesmo. Não vai ter espaço para outra discussão. A gente vai esperar lá, lógico. A Cúpula dos Povos vai fazer barulho e tudo mais. Mas vai ser isso. O espaço oficial, nem quase ainda tem acesso. Pouca gente vai ter acesso. O agro vai, não é? Com certeza. Eles estão discutindo o reto para a soja, não é? Projetos de carbono do soja que é o eucalipto. Eles vão. Agora é. E aqui vai ser desafiador para nós, não a rama. Porque me lembro agora, falando em rama, para a gente entender isso, o Fábio nos ajudou no período da pandemia.

A gente fez uma oficina com o Fábio aqui. E o Fábio me mandou até no e-mail. Ele disse: olha, não manda para ninguém, que era aquilo que a gente já desconfiava, não é? Ele disse: eu já recebi do pessoal do Estado todo o projeto. Vai dar pronto. Vai dar pronto. Sabe, ele encaminhou na época Encaminhou e disse: olha, vê aí. Tá pronto, eles estão só esperando a hora. Isso aí. Então, o governo do Estado, eu falava de Dino, sabe? Agora tá aí o meu super. Ministro, etc, etc, mas falava do o cara que fez isso tudo, aí essa porrada toda aqui no Maranhão. Sabe, e a gente não. E essa era uma dificuldade nossa. Eu até talvez começasse com o Fábio também, é que como o Flávio Dino ganhou uma visibilidade gigantesca, a gente tinha dificuldade de falar quase além do Maranhão, porque ninguém acreditava.

Ninguém acreditava que Flávio Dino estava fazendo isso. Sabe assim, a gente tinha dificuldade. Ah, mas o Flávio Dino, o cara que tá pagando cinco mil, não sei quanto, pro professor, tá, não sei, vem lá com os indígenas. A gente tinha dificuldade. Sabe quem acreditou na gente? No fundo do caso, no fundo do O. Rodrigo veio pra cá com atividade da Semana Social Brasileira que a gente provocou. O Rodrigo conhecia o Igor da Cáritas. O Igor disse: "Cara, vamos falar com o Rodrigo pra vir pra cá e a gente conversar essa situação, porque nós estamos morrendo asfixiados aqui. Nós estamos asfixiados e a gente não consegue dizer pro mundo o que está acontecendo." Convidamos o Rodrigo, ele veio prontamente, atendeu.

Tinha uma relação próxima com o Igor, quando ele viu, quando a gente apresentou o apresentamos o relatório aqui pela CNBB da situação do Maranhão, e uma delas era essas questões já de rede. Aí o Rodrigo: "Cara, tem muita coisa no Maranhão Aqui que tá acontecendo que de fato ninguém tá olhando. E aí começou a ajudar nos ajudar e aí saiu o relatório da sexta semana. Aí até chegou a publicar em inglês, a gente começou a divulgar, falou pra todo mundo. Aí começou a falar: opa, era de fato o Maranhão, não tinha indígenas assassinados, os quilombolas assassinados, que agora ele ficou enfrentando os fazendeiros e tal, e ninguém dizia isso. Os quilombolas assassinados ninguém falava nada. Assim, não é que não falava, a gente não conseguia reverberar tudo isso.

O Flavininho implementando uma política de rede de pagamento do serviço ambiental e ninguém falava nada. Parece assim. parece que ninguém escutava o que tava sendo dito Ninguém escutava E o cara ali fomentando pegando recurso mais de 400 mil mil reais ele fez o Maranhão pegar o recurso do governo não sei se eu não me engano que já era pra isso pra fomentar o governo do estado do Maranhão criar jurisprudência pra implementar o pagamento de licença ambiental o REI e tudo Tem várias matérias sobre isso o site do governo falando sobre isso e o Flávio Dino fazendo isso Então assim não foi o cara que trouxe toda essa matéria ela veio e Se a gente tá vivendo sozinhos estamos vivendo Se a gente tá vivendo sozinhos estamos vivendo essa situação de inércia Todo esse assédio, todo esse conflito da parte de cima tá indo pro governo do Flávio Dino.

Porque foi ele que chancelou tudo isso. Foi ele que assinou a lei do governo dos três. E isso pra gente, mas infelizmente, pra questão indígena, não foi muito bom. As T os nomes são mais. É uma pena, né? Tipo assim, outro dia nós estávamos na privativa dos Biscos, no primeiro ano de. Aí vai o Chico Gonçalves. Olha, no governo eu segurei a lei de Caralho com o cara Marcos. Meu Deus, não me fala uma burla mais dessas. Tu era secretário lá, foi quando tu tava ainda, tu sabia disso? Você segurou a informação, não passou pra ninguém, vocês fizeram, discutiram isso. Outras questões, mas todas essas questões aí que estamos vendo hoje não têm condição de ninguém dizer uma coisa dessa. Mas assim, o cara é do pau.

Infelizmente, sim, essa situação hoje a gente pode dar atribuição ao governo Flávio Dias, sabe? Maranhão hoje do rédio, né? Que vem todo esse processo Maranhão Verde, né? Depois vai a legislação específica e depois a aprovação do rédio. Que se ele quisesse, não seria aprovado. E o cara não tinha oposição na Assembleia. Não tem, não tinha oposição que nem o Brandão, não tem. Hoje tem quatro, né? Hoje se diz que tem quatro: Otelino, o Rodrigo Laga, o Carlos Lula, né? E o Júlio Mendonça. E o Júlio, quatro não tinha. Oposição. Na época do Flávio Dias, nem isso. Tinha o cara, tinha 100 da Assembleia. Ele dizia: " Não, olha, isso é que estamos batendo junto com os territórios indígenas. Isso aí não, bola não, isso aí não, tira, tira isso aí e a gente bola outra coisa. Não, não, não fiz nada. Isso lá não foi um. Isso tá ótimo, né